FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

AB`SÁBER, Aziz Nacib. *Aziz Nacib Ab`sáber (depoimento, 1977).* Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 159 p.

AZIZ NACIB AB`SÁBER
(depoimento, 1977)

Rio de Janeiro
2010

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Márcia Bandeira de Mello Leite Ariela; Nadja Vólia Xavier
levantamento de dados: Equipe
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
sumário: Patrícia Campos de Sousa
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: São Paulo - SP - Brasil
data: 29/06/1977 a 01/07/1977
duração: 8h 30min
fitas cassete: 06
páginas: 159

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC." Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984). A escolha do entrevistado se justificou por ser um dos mais respeitados geomorfologistas do Brasil, e por seu cargo de Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

temas: Antropologia, Aziz Nacib Ab'sáber, Cassações, Congressos E Conferências, Cooperação Científica E Tecnológica, Crises Políticas, Desenvolvimento Científico E Tecnológico, Ensino Secundário, Ensino Superior, Estados Unidos, Florestan Fernandes, França, Geografia, Geologia, Golpe de 1964, História da Ciência, Inquérito Policial Militar, Metodologia de Pesquisa, Missão Cultural Francesa, Máquinas E Equipamentos, Perseguição Política, Professores Estrangeiros, Pós - Graduação, Reforma Educacional, Subdesenvolvimento, São Paulo, Universidade de São Paulo

Sumário

Entrevista: 29.07.1977

Fita 1: a cidade natal; origem familiar; a mudança para Caçapava; a posição social de seu pai; os primeiros estudos; o ambiente cultural de Caçapava; o ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; a transferência de sua família para São Paulo e as dificuldades econômicas enfrentadas; o primeiro trabalho de campo e as relações com Aroldo de Azevedo; o vestibular para a Faculdade de Filosofia da USP: as aulas do professor Camargo; a missão francesa na Faculdade de Filosofia e a influência de Jean Gaget em sua formação; a participação política e a liderança cultural dos melhores alunos; os cursos preparatórios para o ingresso na Faculdade de Filosofia; a formação universitária: o interesse inicial pela história e a opção pela geografia, o incentivo de João Dias da Silveira; o interesse pela geologia: a influência de Josué Camargo Mendes; o curso de Keneth Caster: o contato com a cultura norte-americana no campo das ciências da terra; João José Bigarella; a contratação pelo Departamento de Geologia e Paleontologia da USP; a experiência como bibliotecário do Departamento; as freqüentes visitas à Biblioteca Municipal de São Paulo; o contato com a antropologia cultural e a influência dessa ciência em sua formação; o desenvolvimento da antropologia cultural em São Paulo: a relação "simbiótica" da Faculdade de Filosofia da USP com a Escola de Sociologia e Política; o relacionamento com Florestan Fernandes; a vocação para as ciências da terra; a primeira excursão geográfica: a viagem à região do Aragarças com Miguel Costa Júnior e Paschoale Petrônio; a contratação de professores estrangeiros pela USP: sua importância para o desenvolvimento científico e cultural de São Paulo e para a modernização da universidade brasileira, a reação dos bacharéis paulistas; a concepção de universidade; a preponderância da cultura francesa nas ciências humanas; o antiamericanismo de sua geração; a ciência e a universidade norte-americana; as dificuldades de ascensão social e colocação profissional do recém-formado no Brasil; o sistema de seleção dos professores secundários.

Fita 2: a escolha da carreira; as dificuldades financeiras da família e a formação universitária; a experiência como "assistente" de Aroldo de Azevedo; a especialização em geografia: o trabalho de campo; o contato com José Veríssimo da Costa Pereira; a importância das ciências humanas em sua formação; as preocupações no campo social: o trabalho apresentado no Congresso Internacional de Geografia de 1956; o subdesenvolvimento brasileiro; o posicionamento político-social : a crítica à Revolução de 64; a crise universitária de 1968 e as cassações nas universidades; a experiência na direção do Departamento de Geografia, durante a crise; o problema do elitismo das universidades em países subdesenvolvidos; a cassação de professores da USP em 1968 e o envolvimento do entrevistado em inquérito policial-militar.

Fita 3: as escolas francesa e norte-americana de geografia; a teoria do ciclo vital dos relevos; a filiação do entrevistado à escola morfoclimática liderada por Bertran; os três níveis de tratamento da geomorfologia; a aproximação com os arqueólogos; a colaboração com Paulo Vanzolini; as três fases do seu trabalho; a falta de auxílio financeiro para suas pesquisas; os primeiros anos de vida profissional como técnico de laboratório da USP e professor da PUC-SP, da Unicamp e da Faculdade de Filosofia de Sorocaba; a Campanha de Formação de Geólogos no Brasil (CAGE); a experiência como professor da Escola de Geologia do Rio Grande do Sul: os conflitos com a missão de geólogos da USAID, o aprendizado das técnicas de fotogeologia; os laboratórios do Instituto de Geografia da USP; a transferência para o

Departamento de Geografia da USP; o doutoramento em 1956: a orientação de Aroldo de Azevedo; as relações com Viktor Leinz; o apoio à teoria da separação global dos continentes e as críticas recebidas de Otávio Barbosa, Fernando de Almeida e Aroldo de Azevedo.

Fita 4: a reforma universitária da USP: a criação do Instituto de Geociências, a manutenção do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e a organização do Instituto de Geografia; a crise neste instituto após a saída de Aroldo de Azevedo; os cursos de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP; o caráter autofágico da universidade brasileira: os critérios de seleção dos professores; a pós-graduação no Departamento de Geografia da USP: os estágios especializados nos laboratórios do Instituto de Geografia, a contratação de Carlos Augusto Figueira de Monteiro, os orientadores, as linhas de pesquisa dos alunos, o convênio com a França, a formação e as pesquisas de Olga Cruz, as teses; o intercâmbio do Departamento com cientistas estrangeiros: o apoio da FAPESP; o antigo doutorado em geografia da USP; a reestruturação do curso e a luta pelo seu reconhecimento pelo governo federal; a livre-docência nas universidades brasileiras; a procedência dos pós-graduados do Departamento de Geografia da USP; o mercado de trabalho para os pós-graduados; as teses orientadas pelo entrevistado; as atuais linhas de pesquisa de Ab' Sáber.

Fita 5: atuação como conselheiro do CONDEFAT SP; as aplicações da ciência e o sistema nacional de planejamento; as atividades do entrevistado no campo do planejamento; a orientação do CONDEFAT SP: a defesa do gerenciamento dos recursos naturais; a administração de Ab'Sáber no Instituto de Geografia da USP; as publicações, os laboratórios, os recursos e os pesquisadores do Instituto; o auxílio recebido das agências de financiamento à pesquisa; o papel das associações profissionais e das sociedades científicas; a participação de Ab'Sáber nessas entidades; o intercâmbio de publicações entre o Instituto de Geografia da USP e as universidades estrangeiras; a biblioteca do Departamento de Geografia da USP; as publicações e a biblioteca da Associação de Geógrafos Brasileiros; as demais bibliotecas da USP; o arquivo de fotografias aéreas do Instituto de Geografia; os equipamentos necessários à pesquisa geográfica.

Fita 6: a produção acadêmica do Instituto de Geografia; a utilização de métodos quantitativos e da análise sistêmica na pesquisa geográfica; os critérios de avaliação da produção científica dos geógrafos; as aplicações da ciência geográfica; o recrutamento de cientistas estrangeiros para o Instituto; os trabalhos de Mombey e seus assistentes; as influências de Keneth Caster, Moraes Rego, Fernando de Almeida, Josué Camargo Mendes, Jean Tricart, Orlando Ribeiro e Pierre George na formação do entrevistado.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR AZIZ AB'SABER
SÃO PAULO, 29 DE JULHO DE 1977.

M.B. – Acho que o Sr. poderia começar com a parte do resumo biográfico.

AAS. – Eu penso, que, do ponto de vista do interesse de n tipos de pessoas, o depoimento de um pesquisador sempre pode mostrar alguma coisa de humano. Acho que devo iniciar dizendo um pouquinho de como vim ao mundo, de onde procedo. Nasci numa pequena cidade do Estado de São Paulo, chamada São Luís do Paraitinga, numa região de morros do alto Vale do Paraíba dominada pela presença do Vale desse rio, que os caboclos da região chamam de Paraíba, e que na realidade é um setor formador do Rio Paraíba do Sul.

Por volta de 1924, essa cidadezinha onde nasci era um aglomerado urbano de funções de apoio à vida rural, uma vida rural posterior ao declínio do ciclo do café no vale do Paraíba. Havia uma espécie de retorno às atividades de subsistência e uma necessidade de que a população rural contasse com um centro de comércio quase que de trocas. A minha cidadezinha era um centro de mercado de relações urbano-rurais muito intensas, em que o pessoal vinha aos domingos para assistir missa e trocar mercadorias.

Havia uma tradição bastante longa de vida rural e de cultura popular nessa área, de forma que os seis primeiros anos da minha vida estiveram ligados à atmosfera desse pequenino centro que era área de comércio e centro social e religioso ao mesmo tempo.

Meu pai era um modesto comerciante que, para as dimensões da cidadezinha a esse tempo, tinha uma posição de imigrante bem sucedido. Infelizmente, foram só nos primeiros seis anos da minha vida que ele teve esse sucesso, porque gradualmente, à medida que a adolescência foi chegando, os problemas financeiros e da casa foram aumentando. Houve, de certa maneira, dificuldades enormes para que eu pudesse realmente chegar a iniciar meus estudos num nível mais ou menos de maturidade.

Bom, isso é o que posso lhe dizer sobre o começo da minha vida. Desde os primeiros tempos, o problema da educação dos filhos em casa do meu saudoso pai serviu para modificar a situação de residência. Ele mudou-se de São Luís para uma cidade, do médio vale do Paraíba, Caçapava, por causa do problema de educação dos filhos. Em São Luís realmente não havia condições. Naquela época havia um modesto Grupo Escolar e quase mais nada. Então, ele procurou um centro maior e ao mesmo tempo, como todos os imigrantes da época, foi obrigado a essa mudança por motivos familiares. Ele já tinha irmãos morando em Caçapava,

Lá me vou para uma cidade que tinha trem de ferro, que tinha Grupo Escolar, Jardim de Infância, coisas que eu conhecia muito por alto. Quando muito, a minha São Luís do Paraitinga tinha luz elétrica e eu me lembro quando a luz elétrica chegou. Curiosamente, na passagem da cidade de São Luís para Caçapava eu talvez tenha feito minha primeira excursão de Geografia. Dessa eu me lembro muito bem.

Meu velho, eu tributo aos anos que passou em São Luiz e que foram muitos, resolveu fazer uma viagem até o litoral, até Ubatuba, por um caminho mal preservado, que era quase uma herança da era do café, que serviu para o transporte da produção cafeeira do vale até Ubatuba. Essa estradinha, que estava quase escondida pelo mato, foi a minha primeira perspectiva de um fato de ligação entre uma área e outra. As famílias se reuniam, alugavam uma casa velha – existiam muitas nesse período de decadência lá em Ubatuba – e desciam três ou quatro famílias a cavalo. Os meninos iam no jacá. Esse era o sistema de transporte em 1924 para se chegar ao litoral norte paulista.

Bem, devo dizer a vocês que em Caçapava vi pela primeira vez um mundo, apesar da cidade também ser muito modesta. Dentro da rede urbana do médio Vale do Paraíba, Caçapava era uma cidade pequena. Nas cidades do Vale onde havia a presença de um quartel, havia uma certa problemática de relações sociais. Houve cidades que se garantiram evitando a presença do quartel, porque isso significava uma massa que desequilibrava as relações sociais. Caçapava tinha e tem esse problema de ter um grande quartel para onde ocorrem pessoas recrutadas nas mais diferentes áreas de São Paulo e algumas vezes de fora de São Paulo. Isso criava um desequilíbrio e algumas diferenças de estratificação social que foram as primeiras que eu consegui

perceber na minha vida. O Clube dos Oficiais e da geração remanescente dos antigos fazendeiros de café era “o Clube”, depois havia os outros secundários, mais proletários. Havia uma certa separação e até mesmo barreiras sociais grandes entre os frequentadores.

Meu pai era um imigrante que nunca se naturalizou, em parte porque ele não tomou iniciativa, em parte porque penso que os velhos imigrantes tinham um tipo de relacionamento com a sua terra natal e com a estrutura social da área de procedência muito viva. Apesar de ser, do ponto de vista da língua portuguesa e da cultura ocidental, uma pessoa de pouquíssimas letras, quase nenhuma, ele tinha algumas possibilidades do ponto de vista da sua área de procedência, da sua terra natal e da sua cultura. Lia bem o árabe, assinava jornais árabes publicados em São Paulo e achava que o seu filho um dia pudesse estudar em Paris, porque alguns de seus familiares tinham relações muito boas com a França.

Naquela época, a França era a salvadora dos grupos maronitas residentes no Líbano. Meu pai tinha sofrido e visto todas as perseguições dos grupos drusos e dos grupos religiosos mulçumanos, mas sobretudo dos drusos, que faziam uma feroz guerra santa em forma de guerrilha urbana no Líbano. Ele tinha uma admiração especial pela cultura francesa, mais por uma compensação pelo que ele achava que a França tinha feito para com os grupos católicos do Líbano.

O velho era de muito fácil relacionamento com os grupos sociais brasileiros. Era recebido como uma pessoa exótica, nervosa, porém interessante, de bom caráter e de boa convivência. Dessa maneira, a gente tinha uma posição superior aquela que as nossas condições financeiras e econômicas talvez possibilitassem. Eu cresci nesse mundo meio marginal, no sentido antropológico do termo participando das classes populares e das classes de maior relevo social, cultural e político. De modo que eu transitei com facilidade pelo mundo nesses primeiros quinze anos de minha vida.

Em Caçapava, eu fiz os primeiros estudos primários num Grupo Escolar que tinha o pomposo nome de Grupo Escolar “Rui Barbosa”, onde convivi com os filhos das classes mais abastadas da cidade. Depois passei a ter uma outra luta que quase nos leva a mudar de residência de novo, foi o problema do ensino secundário.

Naquele tempo existia uma separação radical entre as cidades que tinham o Ginásio e aquelas que não tinham, São Luís de Paraitinga não tinha, Caçapava não tinha, Taubaté possuía. Então, durante dois anos e meio, eu precisei viajar de Caçapava a Taubaté diariamente para fazer os meus estudos secundários.

N.X. – Quanto tempo?

AAS. – Dois anos e meio viajando.

N.X. – Quanto tempo levava de uma cidade à outra?

AAS. – Nesse tempo não existia, naturalmente, a Dutra. Era uma estradinha de terra, a estrada Rio-São Paulo, e nós gastávamos de quarenta e cinco minutos a uma hora e vinte. Tentamos resolver de todo jeito com ônibus, com aluguel de carros para quatro ou cinco pessoas interessadas, mas foi uma luta, viu? Nós saíamos muito cedo e voltávamos para um almoço muito tarde. Tínhamos dificuldades muito grandes. Voltávamos muito cansados e o ambiente de Caçapava era dramaticamente curto em matéria de apoio para estudos.

Não existia uma biblioteca, a não ser meia dúzia de livros no clube principal da cidade, nesse famoso clube em que militares, fazendeiros e alguns comerciantes da pequena burguesia se encontravam. Não existia um clube literário nem um clube cultural. Foi a primeira vez em que senti a falta de apoio documental para a gente se desenvolver em termos de uma cultura que não fosse apenas a da sala de aula.

Lembro-me que um professor recém-chegado me pediu que fizesse uma análise da carta de Pero Vaz de Caminha. Onde encontrar a carta de Pero Vaz de Caminha, em 1935, 36, numa biblioteca em Caçapava? Era utópico. Tudo isso dá uma idéia das dificuldades que o interior possuía em matéria de apoio para o desenvolvimento cultural de seus filhos naqueles idos tempos da década de 30.

Depois houve um movimento para formar um colégio em Caçapava. Nós, os alunos de Caçapava estudantes em Taubaté, conseguimos ativar esse movimento, e

Caçapava acabou por ter um Ginásio, recém-formado. Vem daí talvez a primeira e mais importante atuação que alguém pode ter tido sobre mim do ponto de vista cultural. Quando esse ginásio foi formado, alguns dos primeiros professores, saídos da recém-fundada Universidade de São Paulo, sobretudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que foi fundada por volta de 34, ainda que com recursos muito pequenos num sentido da cliente lá que eles tinham para o ensino e também das possibilidades que, tinham na cidade, puderam me influenciar.

Um dos primeiros professores que chegou a mostrar uma abertura de um nível cultural que era o da minha expectativa foi o professor de História, que ainda vive e a quem eu quero muito bem. Chama-se Hilton Fiederiche. Ele fez História e Geografia, mas permaneceu mais no campo da História. Infelizmente, não progrediu tanto quanto seu talento talvez pudesse ter possibilitado.

Curiosamente, outros professores saídos dessa mesma casa não me influenciaram muito nem no campo das Ciências Naturais, nem no campo da Geografia ou no campo das Ciências Humanas. Alguns saíram, nos primeiros tempos, com um emaranhado de informações e muita vontade de transmitir em bloco aquilo lá. Era um somatório de conhecimentos não muito correlacionados e alinhavados que me influenciaram pouco.

Bom, a partir desses primeiros contatos com uma abertura dentro das Ciências Humanas e das Ciências do Campo é que eu me preocupei em vir para São Paulo fazer a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não quero dizer a vocês o que foi a luta para uma pessoa que teve essa formação inicial muito parcial, muito restrita, para poder, ingressar na Faculdade. Curiosamente, eu só contei com a parte dos meus pequenos talentos em termos de redação, desenho e conhecimentos empíricos.

Naquele tempo, era necessário para fazer o vestibular matérias como Sociologia, por exemplo. Eu terminei o 5º ano ginasial daquela época e não fiz os Colégios Universitários e nem os famosos cursinhos mais prolongados que já começavam a existir. Fiz apenas um treinamento com um professor da área de Ciências Sociais e de Economia no setor de Sociologia, para poder enfrentar um campo que eu não tinha tido no Ginásio. Com o meu conhecimento de coisas, minha vivência, minha

capacidade de dialogar como aluno, como colega e de tomar algumas decisões importantes... Devo dizer que, mesmo nessa vida mais ou menos simples e provinciana, em face a certos incidentes de relações entre alunos e professores, eu tive que tomar decisões que considero muito importantes do ponto de vista de uma opção e de uma tomada de posição e que hoje me alegram muito. Em função disso, aliado à minha capacidade de redação, de observação de coisas e também de desenho – que não era uma aptidão capaz de me forçar a ir para uma Escola de Belas Artes, mas que influiu decisivamente na minha possibilidade de ingressar numa escola superior –, eu me transferi para São Paulo, criando um problema familiar enorme.

Minha mãe, sobre quem falei ainda, era brasileira. De cultura caipira em toda a extensão do termo, ela representava bem aquele *folk* do Vale do Paraíba, que era um substrato da longa duração da instalação de padrões culturais rústicos na zona rural. Mamãe era uma cabocla decidida, tremendamente sentimental e ligada a seus filhos por um sentimento muito arraigado. Ela jamais deixou os filhos na primeira fase ficarem muito longe dela. Foi de um imperialismo em relação à família que me deixa pensando como os representantes das culturas mais simples desse país fazem para aglutinar o seu pessoal e os seus filhos.

Então, quando ingressei na Universidade, criou-se um problema. Papai liquidou todas as coisas que tinha, instado por minha mãe, e se transferiu com a família no momento mais inoportuno possível – era pelos idos tempos de 1941, em plena Guerra –, com dificuldades inumeráveis e inenarráveis. De antigo pequeno comerciante de roupas ele, passa a ser em São Paulo um mero quitandeiro, com uma dificuldade tremenda para sobreviver e para prover a sobrevivência da família. Esses primeiros tempos foram dolorosos e, inclusive, houve um decréscimo de padrão de vida.

Morávamos em bairro popular simples, rústico, sem nenhuma tradição social, cultural ou representatividade. Era um bairro operário chamado Tatuapé. A troca de ambiente, as dificuldades econômicas, as dificuldades de uma alimentação correta e uma série de outras coisas foi muito desfavorável para minha família em todos os níveis. Houve doenças na família e eu mesmo tive os reflexos disso. E não foi o último degrau dos problemas que tivemos. Nós tivemos que enfrentar

desdobramentos disso, como mudanças para bairros ainda piores e mais periféricos.

Eu hoje tenho razão para entender um pouquinho do problema de como as populações de classe média inferior, desde que descapitalizados em seus salários, são obrigadas a fugir para as periferias e sobretudo as periferias em áreas metropolitanas, porque senti o problema na minha carne. Prefiro não falar muito dessa época triste, mas ela teve um reflexo indireto de ordem cultural. Fiquei muito doente e sofri todos aqueles problemas que a cidade grande industrial pode acarretar para uma pessoa que está pensando em outros níveis e que não tem muitas bases de sobrevivência.

Por outro lado, eu tinha muito tempo para meditar, para ler e para fundir um pouco a minha cultura de homem de interior com a cultura da cidade grande, que ainda não me pressionava de modo nenhum, e ao mesmo tempo me preparava para poder ter uma certa criatividade. Esse período mais crítico da minha vida talvez tenha sido o período de efervescência de criatividade maior que eu tenha tido, tanto que não afetou muito a minha carreira dentro da Universidade. Serviu, talvez, para chamar atenção para a maneira pela qual eu compensei os dias difíceis.

Talvez fosse conveniente contar nesse momento uma coisa muito curiosa que me ocorreu. Nesse tempo não se podia tirar fotografias nem usar máquinas. Quem pesquisava não tinha o direito de fotografar as paisagens. Havia uma série de preconceitos, havia o *black-out*, e quem usasse máquina fotográfica podia ser tomado como espião. Ainda hoje existem, em outros níveis, fatos residuais dessas coisas ridículas, mas naquele tempo era justificado por causa da guerra, da necessidade de defesa e outras coisas mais. O Brasil ainda não tinha entrado em guerra com a Alemanha, mas nós já tínhamos essas restrições.

Eu me lembro muito bem que o primeiro trabalhinho de campo que o professor Haroldo de Azevedo, saudoso mestre, me passou era estudar uma pequena área aqui nos arredores de São Paulo, Jaraguá, naquele tempo mais rural do que urbana ou suburbana e dotada de um acidente de relevo muito importante na leitura dos quadros do entorno da cidade de São Paulo. Então, o meu primeiro trabalho foi feito no campo e, como eu não tinha como apresentar ilustrações, eu desenhava. Desenhava as colinas, os matacões enterrados nas encostas, a silhueta do morro, essas coisas

todas. Eu não tinha máquina de escrever, evidentemente, então entreguei tudo por escrito e desenhado para o Professor Haroldo.

No período em que eu estava de cama e muito doente, qual não foi minha surpresa e quase minha vergonha, porque nós morávamos numa casinha muito modesta, em receber o professor Haroldo com toda a sua imponência de filho de fazendeiro ilustres do Vale do Paraíba. Ele tinha um assistente, o professor Araújo Filho, que se tornou um grande amigo meu, porque tinha reparado nesse pequeno trabalho de um aluno que, não podendo fotografar, desenhava. Isso mostra um pouco as coisas que acontecem na vida.

Em função desse primeiro contato, o professor Haroldo reparou era mim e mais tarde, quando eu tive alguns problemas sérios de relacionamento com professores e colegas, ele sempre intervinha com muita simpatia e com muito espírito conciliador a meu favor. Mais tarde, embora eu não tenha entrado na Universidade pelas suas mãos, ele colaborou decisivamente para minha passagem para o Departamento de Geografia. Eu iniciei num outro departamento, que foi o Departamento de Geologia, sobre o qual depois falarei.

M.B. – Duas curiosidades, o Sr. diz que teve aulas com um professor de Sociologia para entrar na faculdade. Quem foi?

AAS. – Professor Camargo, que depois se especializou em assuntos de migrações internas no Brasil. Ele hoje é um dos pró-reitores da Universidade, trabalha mais no Setor de Orçamentos da Universidade.

M.B. – Ele também teria sido importante na formação do Sr.?

AAS. – Eu prefiro não fazer uma avaliação, porque na realidade eu só estava interessado em obter um conjunto de conhecimentos mínimos para poder enfrentar uma banca, um júri. Havia provas escritas e orais. As provas orais podiam envergonhar um cidadão naquele tempo. Era uma banca imponente com cinco, seis elementos e além disso ao nível de escuta, de forma que a gente tinha um certo receio de enfrentar o vestibular.

Eu fui assistir alguns vestibulares na Faculdade de Direito de São Paulo para sentir o ambiente de um vestibular, era um negócio tremendamente imponente e formal. Então eu tratei de me escudar em alguns conhecimentos genéricos dentro do ramo da Sociologia, pelo menos conceitos de campo, conceitos de fatos sociais, grupos sociais, contatos sociais e traços culturais. Eu não podia enfrentar um exame desse campo porque não tinha tido formação nenhuma.

M.B. – Como o Sr. chegou ao Professor Camargo?

AAS. – É uma história, que talvez fosse interessante contar, de como era a corrente da Faculdade de Filosofia naquele tempo. Havia uma mística da cultura nesses primeiros dias da Faculdade de Filosofia com aquelas missões de professores estrangeiros que ainda atuavam ativamente. Havia a missão francesa com os Bastide: Bastidão e Bastidinho, Professor Roger Bastide e Professor Paul Auguste Bastide; professor Pierre Monbey e Professor Jean Gaget.

Quando eu cheguei à Universidade, já como professor, os primeiros historiadores que instalaram os cursos de História em São Paulo já tinham regressado. Estava substituindo ou sucedendo, porque não era um substituto, ao professor Brondel o professor Jean Gaget, medievalista ilustre, um homem que teve influência muito grande na minha formação no campo da História. Os outros meus colegas mais velhos tiveram uma influência muito grande do Brondel que por muitos anos deixou influência marcada, mesmo depois do seu regresso. Eu fui mais influenciado pela figura do Jean Gaget. No caso do professor Camargo, devo dizer que ele estava no começo de sua carreira e fazia o ensino de recauchutagem para aqueles que estavam necessitando de Sociologia.

A mística a que eu me refiro e que é importante talvez ser destacada, é que nos melhores alunos do ponto de vista cultural e numa seleção que não era feita por outros valores senão culturais, não existia senso de politização naquela época. Todo mundo era contra a ditadura do Getúlio Vargas, porém nada mais do que isso. Não havia uma ideologia ou ideologias que separassem pessoas, apenas todos nós éramos antiditatoriais. Curiosamente, não se falava muito era linha esquerda e direita, não

havia o problema do ponto de vista das relações particulares. Todos nós nos sentíamos na obrigação de ter um pensamento social elevado, mas não na obrigação de nos filiarmos a uma categoria rígida. Ainda que houvesse partidos em organização no fim do período ditatorial de Vargas, todos nós tínhamos dedos em participar. Alguns procuraram a esquerda democrática apenas porque era um partido de relativo embasamento socialista não radical, e outros procuraram o Partido Comunista Brasileiro se retirando muito rapidamente.

Eu me lembro que assisti a uma reunião do Partido Socialista Brasileiro e fui um pouco infeliz na minha apreciação sobre as coisas internas dos partidos nessa fase de restauração da democracia, posteriormente a 1945, porque eu vi uma competição de ordem cultural com pouco embasamento teórico e muita influência de posições pessoais. Os primeiros partidos me deram a impressão de ser o que na época nós chamávamos de o maior saco de gatos do mundo, lutando por linhagens ora trotskistas ora leninistas. Aquilo não me impressionou nada e eu me retirei quase que definitivamente para uma posição pessoal de não ter atividade partidárias. Não tive e não tenho atividades partidárias, embora tenha ideologia, evidentemente.

Essa mística fazia com que os melhores elementos da nossa Faculdade tivessem uma liderança cultural que era transmitida através dos cursos de preparação de alunos para o ingresso na própria Universidade. Pessoas que eram ou não candidatos a ficar na Universidade, mas que tinham grande valor reconhecido pelos colegas, participavam dos cursinhos de ingresso, que naquele tempo eram feitos nas ferias, intensivamente, e no próprio edifício da Universidade.

Eu tive o prazer de conviver com a maior parte dos elementos de excelente nível cultural sobretudo, no campo das Ciências Humanas. No campo das Ciências da Terra infelizmente não era hora ainda, não existiam ainda condições. Convivi e fui influenciado por eles diretamente. O meu ingresso na Universidade não esteve associado apenas àquelas qualidades primarias de que eu falei no início, mas evidentemente a essa corrente de nível cultural e acadêmico que se instalou desde os primeiros tempos nessa Faculdade.

N.X. – O Sr. poderia citar alguns grandes colegas?

AAS. – Bom, dos colegas que participavam desse grupo, que depois a vida separou pelos mais diferentes campos culturais e também ideológicos, posso citar, alguns: o Assis Bastos, que fazia Geografia Humana nessa época e depois derivou para História; Paulo Cretela Júnior, que depois foi para Direito; alguns elementos egressos do campo das Ciências Sociais como a professora Suzana, que depois casou com Benedito F. de Barros e naturalmente hoje e nome dela ser Suzana de Barros, uma pessoa que me influenciou muito decisivamente; Aziz Simon, um homem que teve uma influência muito grande pelo seu valor cultural, pessoal e pelo seu exemplo de vida. Esses são alguns entre muitos outros que seguiram rumos os mais diversos.

Havia uma aglutinação cultural nesse grupo que mantinha os cursos de preparação de pessoas para o ingresso na Universidade. Depois eu mesmo passei a participar de grupos iguais, dando aulas e tendo presença, ainda que não estivesse na Universidade. Era assim uma maneira das pessoas não se desligarem totalmente da Universidade, essa corrente cultural de que eu estou falando a vocês.

Bom, fazendo uma pausa nessa primeira parte, vou passar a descrever a vocês um pouco da minha formação em termos do curso que eu segui e que possibilitou depois uma carreira científica, universitária e profissional. Eu ingressei no então curso de Geografia e História. Considero de memória muito respeitável a união inicial dos cursos que ligavam disciplinas do tempo e do espaço entre nós, ainda que nessa época a aglutinação de fatos referentes a tempo e espaço não fosse tão sentida quanto presentemente.

Certamente, nos primeiros tempos da minha vida acadêmica, o conjunto de disciplinas que mais me impressionou foi o grupo das disciplinas históricas. Eu tinha uma admiração total pela maneira como eram dados os cursos de História em nível universitário dentro da filiação metodológica da historiografia francesa. Isso foi motivo de meditação e de amadurecimento. Eu senti, e talvez tenha sido um dos momentos mais pragmáticos da minha vida, que não poderia ter uma formação básica em História, naquela época é naquele momento, à altura das expectativas dos outros e, sobretudo, da minha própria.

Nós tínhamos dificuldades, naqueles idos tempos, para obter até mesmo os livros didáticos elementares que vinham do exterior. Era um período em que estava fechado o mercado de livros do exterior. Havia umas pessoas que por uma série de motivos, possibilidades econômicas ou relacionamentos, tinham condições de terem uma biblioteca embrionária de História. Eu senti que eu não poderia. Talvez tenha sido decisiva na história da minha carreira essa opção. Eu também não podia obter uma biblioteca no campo da Geografia, que seria tão necessária quanto a outra, mas a Geografia me possibilitava um laboratório aberto e livre que era o campo, o terreno, o espaço. Como eu tinha uma aptidão multo grande pelo espaço emergida desde muito cedo, já nos dois primeiros anos do meu contato com a Universidade eu senti que aquele era o meu campo e o meu objetivo.

O fato de eu ter feito Geografia e História me deu cultura geral suficiente para enfrentar os grandes problemas da explicação dos fatos geográficos em termos da retrospectiva histórica. Também me deu a possibilidade de pensar em conjunturas do passado na explicação das conjunturas presentes, ainda que naquele tempo eu não pensasse em prospectiva, não pensasse na possibilidade de extrapolar para o futuro. O curso me abriu um campo enorme de possibilidades novas em função das aptidões que eu tinha para observar fatos da natureza e fatos da organização humana do espaço ao mesmo tempo, quer dizer, o homem sob o embasamento geoecológico como diríamos hoje.

Devo dizer a vocês que na história da minha formação universitária houve uma série de desvios, e de acréscimos ao mesmo tempo, que tiveram uma importância essencial na minha formação. Já que eu nunca pensei em sair do país por motivos particulares e familiares, que depois se desdobraram em outros motivos familiares e particulares, eu tive que me aproveitar sempre das possibilidades internas da minha universidade.

Depois de ter tido os primeiros cursos de Geografia em nível superior com professores que serviram para me alertar sobre os grandes, problemas de uma ciência geográfica renovada, professor Pierre Mombey sobretudo, eu tive um trânsito mais livre naqueles setores em que existiam especialistas de formação mais restrita porém suficiente para dar, um primeiro empurrão, um primeiro impulso, na minha

formação. Nesse sentido tiveram muita importância os contatos, às vezes muito positivos, às vezes um pouco negativos, que tive, com o saudoso professor João Dias da Silveira. Ele foi o primeiro professor de Geografia Física na Faculdade de Filosofia desde que as cadeiras começaram a ser desdobradas.

Não sei se vocês sabem que o Mombey inicialmente dava um pouco de tudo: Geografia Física, Humana e do Brasil. Foram professores polivalentes no tempo em que a polivalência era obrigatória por dificuldade de se encontrar elementos outros para as especialidades definidas. O professor João Dias, ex-assistente do professor Mombey, foi o primeiro professor de Geografia Física. Ele teve muita importância, nesse meu primeiro, empurrão, ainda que mais tarde eu tive, em termos culturais, sérias divergências com ele.

O professor João Dias acabou por fazer uma das obras que eu reputo das mais importantes no conjunto do ensino superior da São Paulo, que foi a instalação correta e bem feita da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, onde existe hoje um dos melhores grupos de geógrafos da América do Sul. Vejam vocês que eu gostaria de, sem deixar de ser critico, ser muito honesto, como sempre pautei minha vida e minhas decisões, em relação a avaliação das pessoas.

Bom, além desse incentivo inicial do professor João Dias da Silveira, eu mantive contatos corvo professor Josué Camargo Mendes, então assistente em início de carreira, que se dedicava ao ensino da Geologia e da Paleontologia no Departamento de História Natural da Faculdade de Filosofia.

O primeiro professor de Geologia e Paleontologia contratado pela Universidade, o Barão de Fiori, que era mais um vulcanologista do que propriamente um geólogo ou paleontólogo moderno, tinha tido alguns problemas sérios com a saída do Barão de Fiori, o professor Josué Camargo Mendes dirigiu, temporariamente, o Departamento de Geologia.

O professor Josué Camargo Mendes me influenciou muito, sobretudo porque me levou para o ramo da cultura de origem norte-americana no campo da ciência da terra, um setor um pouco diferente daquele que eu estava obtendo que era a cultura

da Europa Ocidental filtrada pelo estoque acumulado na França. O Josué Camargo Mendes foi o meu primeiro professor de Geologia.

Eu me encantei com a Geologia, com as excursões de campo, com as possibilidades de obter da Geologia o embasamento e o suporte necessário para fazer uma boa Geomorfologia, ainda que eu não estivesse preocupado diretamente naquele momento em fazer Geomorfologia.

Devo dizer a vocês que, ao findar o curso básico, o Departamento de Geologia e Paleontologia da antiga Faculdade de Filosofia recebeu um professor visitante que teve uma importância fundamental na minha formação, o professor Keneth Caster. O professor Caster era especializado em paleontologia dos invertebrados, mas dotado de todo aquele embasamento cultural da ciência da terra nos Estados Unidos.

(Final da Fita 1 – A)

AAS. – Aquele tipo de curso de extensão universitária e especialização que eu gostaria de ter tido no exterior mas que não pude, foi de certa maneira compensado pelos cursos e sobretudo pela atuação pessoal do professor Keneth Caster em relação a seus alunos. Ele era um professor muito entusiasmado em ciências da terra e um homem filiado à cultura norte-americana nesse campo, de forma que os seus cursos tinham o valor de um depoimento de um grupo, sem nenhum elogio gratuito.

Eu acho que, realmente, o que os americanos fizeram, mais ou menos isoladamente, no campo da ciência da terra, desde o meado do século passado até a década de 50, 60 e até hoje evidentemente, mas com mais intensidade nesse período, foi um movimento cultural digno da maior nota. O professor Caster, que era um bom representante daquela cultura, deixou extravasar um pouco dos fatos essenciais da ciência da terra nos Estados Unidos para os seus jovens alunos. Foi nos cursos do professor Caster que eu tive os primeiros contatos com pessoas que mais tarde fizeram carreira paralela.

Por exemplo, o professor João José Bigarella que era um discípulo do Professor

Rheinert Mark, de Curitiba, pesquisador isolado que desenvolveu uma atividade universitária um pouco parcial porque não se dedicou inteiramente a ela, mas que desenvolveu um trabalho extraordinário em relação ao conhecimento fisiográfico, geológico e fitogeográfico do Estado do Paraná. Ele foi certamente, no passado recente, o maior conhecedor do Estado do Paraná e o homem que mais contribuiu para a bibliografia da ciência da terra no Paraná.

Rheinert Mark enviou Bigarella, seu discípulo em início de carreira, químico de formação, para fazer os cursos do professor Caster em São Paulo, que era respeitado pelo nome que trazia, pela Universidade de procedência e também pela sua atividade multivariada em trabalhos de campo sobre terrenos. O Bigarella, embora sendo químico mas filiado a um geólogo e interessado em fazer ciência da terra, sobretudo Geologia dos primeiros tempos, foi colega meu nesses cursos do professor Caster. Não é preciso dizer que disso resultou um contato pessoal, uma amizade, em certos momentos muita cooperação e uma influência recíproca.

O curso do Caster, dado em nível de pós-graduação como uma das disciplinas para o então Curso de Especialização, que foi essa prévia paulista dos cursos de pós-graduação, possibilitou certa concorrência de liderança cultural. Foi aí que alguns relatórios, discussões etc., sobre estudos de campos, que era o meu setor mais alto, levaram o professor Caster a reparar em mim.

Eu, que já tinha terminado o curso básico e não tinha sido nunca contactado para permanecer na Universidade, acabei entrando por mero acaso, porque o professor Caster reparou em mim. Naquele mo monto, muito introvertido e muito tímido como pessoa do interior, eu jamais teria coragem de me aproximar de um professor visando um lugar na Universidade, ainda que o sistema só pudesse ser esse.

O sistema de cátedra, apesar de não ter sido substituído ainda por nada melhor, devia realmente estar morto desde há muito tempo, porque é muito ruim. Eu não considero que tenha sido resolvi do o problema de substituição da cátedra, porque nesse caso particular, sabemos disso, os problemas são mais do homem do que do sistema.

O professor Caster não conseguia me abordar para falar sobre a possibilidade de eu ser agregado, em nível muito inicial, a uma equipe da Universidade. Apesar de ser uma pessoa de difícil amizade, eu tenho a sorte de ter tido algumas poucas que valeram por quase todas as outras. Um amigo meu tratou do assunto diretamente com o professor Caster numa excursão que eu não pude ir e eu fui quase que intimado a comparecer a uma fala com o professor Caster.

O Caster me disse: “Aziz, nós queríamos aproveitar você, mas não temos lugar. Acontece que existe no quadro desse Departamento um absurdo lugar de jardineiro. Se você estiver de acordo, você entraria para a Universidade contratado como jardineiro e viria trabalhar conosco. Enquanto eu estiver aqui, você exerceria realmente o papel de um orientador de alunos, de um homem que cuidasse daqui do laboratório – que na época se reduzia a uma biblioteca – e seria considerado um assistente”.

Embora a gente tenha seus princípios, nunca tive vaidade nesse setor. Não tive a menor dúvida e aceitei o cargo de Jardineiro. Isso causou um certo mal-estar entre os professores do grupo de Geografia, porque eles perceberam que eu, que era um elemento potencialmente razoável para ser experimentado na Universidade, acabei por ser capturado para ela através da visão de um professor norte-americano. Não agradou muito e, inclusive, no início do processo de contratação, aí pela primeira vez, outras pessoas vieram me dizer que não deveria ser esse o caminho, que poderia ser outro e tal. Porém, eu já tinha dito que sim ao professor Caster, aceitei e por alguns anos permaneci no Departamento de Geologia e Paleontologia.

Ali, eu desenvolvi uma atividade curiosamente paradoxal: transformei-me num bibliotecário. Eu, que tinha verdadeira sede de livros numa época em que os livros estavam muito curtos para os alunos mais pobres, cuidava de catalogar, arrumar as coisas e ao mesmo tempo ler. Foi um período de muita leitura, porque foi o lugar onde, pela primeira vez, encontrei um estoque de bibliografia reunido e à minha disposição. Tornei-me um pequeno rato do setor, por muito tempo aproveitando desses livros.

Se vocês tiverem curiosidade de saber como é que eu fazia antes, eu vou contar. Eu e um outro grupo, que também era um prolongamento daquela corrente que ficava preparando pessoas para entrarem na Universidade através de cursinhos, de grêmios etc., éramos frequentadores da Biblioteca Municipal de São Paulo, então recém-remodelada.

Quando eu estava me preparando para o vestibular, havia uma biblioteca ridiculamente pequena na Roa Sete de Abril. Como fruto do trabalho combinado de Mário de Andrade, Rubens Borba de Morais e outros intelectuais de São Paulo, bruscamente surge uma verdadeira biblioteca, a primeira a meu ver no Brasil, que foi a Biblioteca Municipal de são Paulo. Nós fomos privilegiados porque assistimos à passagem da biblioteca de estrutura muito pequena e muito ínfima da Rua Sete de Abril para o grande edifício que até hoje existe na cidade e que só agora está superado precisando de uma reestruturação total.

Então, nós éramos os freqüentadores da biblioteca nos sábados e domingos. Ficávamos horas e horas entre os livros e a conversa de saguão, entre o saguão e os livros, cada um sentindo o que o outro está fazendo e se envergonhando um pouco por não ter chegado até o ponto em que os outros chegaram, falando às vezes, outras vezes só ouvindo. Lembro-me que nessa época eu ouvia muito mais do que falava, porque no campo das Ciências Humanas eu tinha muito mais deficiências de absorção de conhecimentos e de estrutura interna de trabalho do que em relação à Ciência da Terra. Eu estava lá para fazer Ciência da Terra e eles estavam lá lendo Spengler e discutindo os primeiros trabalhos de Antropologia Cultural importantes. Eu me interessava profundamente pelos trabalhos de Emile Willems que foi meu professor e também teve uma influência muito grande na minha formação.

Eu acho que a Antropologia Cultural é um dos campos que realmente representam uma "Saltação" na formação universitária. Ainda hoje faz isso. A pessoa começa num curso de Ciências Humanas no campo da História, mas o primeiro saldo em termos de Ciência ela dá no campo da Antropologia Cultural. Depois absorve aquilo em termos de formação histórica e em termos de uma intelectualização inesperada para ela, a meu ver.

Teve, realmente, muita importância esse meu contato com as ciências antropológicas culturais, ainda que, do ponto de vista da Geografia Humana, as coisas se complicassem. O nível de tratamento genérico e os métodos de trabalho da Antropologia Cultural são feitos dentro do campo do social e do cultural e, até certo ponto, independentemente de um embasamento regional mais explicitado e mais aprofundado.

Então, para a Geografia Humana, os conhecimentos de Antropologia Cultural tinham o caráter de generalidade e eu sofri algumas reprimendas fortes dos meus professores que gostariam que eu me pautasse por uma Geografia que levasse em conta o espaço e não apenas o tempo social, o tempo histórico e o tempo cultural. Vocês estão me possibilitando relembrar de coisas muito antigas que talvez merecessem uma análise a parte.

Na Universidade de São Paulo, a Antropologia Cultural entrou como uma exigência dos padrões de ensino que a antiga Escola de Sociologia e Política tinha implantado. O grupo de sociólogos vindo da França, Roger Bastide e Paul Auguste Bastide, e os antropólogos que vieram para a Escola de Sociologia e Política criaram uma atmosfera de estudos antropológicos culturais em São Paulo num dos padrões mais elevados possíveis para a época, se antecedendo realmente ao tempo de maturidade necessário para essas coisas.

Eu de certa maneira me beneficiei do trabalho bem feito, herdado do grupo do Professor Donald Pearsons e do Professor Emile Willens, grupo da revista *Sociologia*, que tinha como editor também o Romano Barreto, e do grupo do **(?)** que estava mais propriamente fixado na Faculdade de Filosofia. Todos os nossos colegas, que mais tarde viriam ser "os" sociólogos e "os" antropólogos no Brasil, tiveram esse benefício duplo: faziam a Faculdade Filosofia dentro de um campo de formação mais ou menos integrado, incluindo vários setores, inclusive etmologia tupi-guarani, mas davam uma atenção especial à metodologia dos trabalhos de *survey* e dos trabalhos regionais de estudo de comunidades que àquele tempo estava sendo desenvolvido na Escola de Sociologia e Política.

A meu ver, essa simbiose entre o que fazia uma escola e outra, apesar de nós estarmos numa delas apenas, tevê muita importância na formação, por exemplo, do meu colega e diletíssimo amigo Professor Florestan Fernandes. O Florestan teve uma vida muito parecida com a minha e nos primeiros tempos timidamente porque ele era já uma pessoa de muito mais nível cultural no campo das Ciências Humanas, nós mantivemos um relacionamento extremamente fértil.

Eu morava num dos bairros populares em São Paulo, numa das muitas mudanças de minha família, e naquele tempo o único intervalo bom que a gente tinha para refazer os esforços mentais era a caminhada pelos bondes. O meu companheiro de regresso da escola, por acaso, por razões muito circunstanciais, era sempre o professor Florestan Fernandes. Ele me deu uma série de aberturas nas nossas poucas conversas, discutindo coisas tão variadas como o modernismo e seus grandes expoentes em São Paulo. Falávamos também sobre trabalhos essenciais de algumas pessoas que combateram o Modernismo mas foram modernos, vim pouco como as pessoas que, sem serem revolucionários extensivos, fazem revoluções culturais. Eu guardo desse tempo uma memória muito boa.

No campo da Ciência da Terra, o meu desenvolvimento, por incrível que pareça, foi sempre muito mais fácil e normal, dadas às minhas aptidões, dado ao meu preparo desde o primeiro dia no Curso Básico e dada à minha falta de restrições à comunidade. Eu nunca fui uma pessoa que medisse as coisas pelas dificuldades da comunidade. Então, as duras tarefas de campo, os incômodos tipos de viagens que uma pessoa era obrigada a fazer no Brasil dessa época, sobre tudo as pessoas que ainda não tinham um estoque de trabalhos publicados muito grande, essas asperezas das tarefas de campo nunca me impressionaram muito.

Vou contar a vocês como é que foi feita a minha primeira excursão geográfica, porque ela me possibilita falar de outras pessoas e de um fato que foi decisivo no meu desempenho e na minha projeção para os trabalhos de campo. Quando estávamos nesse curso de especialização, éramos obrigados a assistir a algumas matérias básicas e a fazermos um trabalho. Terminados os cursos e os trabalhos, e não estando ainda com grandes possibilidades de trabalho profissional, tive muita

dificuldade para encontrar aulas, para me entender com diretores. Eu me impressionava com a imponência de cidadãos que depois a vida me demonstrou, acabou por me convencer, que eram tão fartos como a sua própria roupa. Mas eu tinha dificuldade de me apresentar a eles, uma timidez tremenda. Então, o tempo sobrava, porque eu não estava trabalhando.

Embora com uma pobreza extraordinária de acadêmico em fim de curso, eu resolvi, instado por esse colega que foi o meu advogado junto à Universidade, que falou com o professor Caster, o professor Miguel Costa Júnior, fazer uma viagem muito longa.

O Miguel tinha tido uma vida aventuresca e continuou sempre com esse tipo de vida muito desapegada em relação ao lugar de trabalho e em relação ao lugar de residência. Durante algum tempo ele tinha feito umas excursões pelo Centro-Oeste, como jornalista, para fazer uns anuários regionais, Anuário de Corumbá, se é que estou bem lembrado, no qual foi por sinal lançado o primeiro trabalho de Geologia do Sul e Mato Grosso pelo professor Fernando de Almeida.

Eu e o professor Pascoal Petrônio, que é mais moço do que eu na Universidade, é de uma geração um pouco posterior a minha – eu fui professor dele no cursinho, note que a corrente sempre continua –, com mais outros colegas nos atiramos a uma excursão até o Aragarças.

Nessa época, a Fundação Brasil-Central tentava, pomposamente, fazer uma das primeiras investidas para as terras ainda não ocupa das ou não abrangidas por aquilo que hoje nos chamamos Sociedade Nacional e que foi uma espécie de prévia desse grande esforço de penetração e integração que já se fez, muito mais recentemente, na direção da Amazônia. O Aragarças era um ponto de base operacional da Fundação Brasil-Central na fronteira entre o sudoeste de Goiás e o leste de Mato Grosso.

O Miguel, que conhecia bem o Brasil Central, sobretudo a parte de Mato Grosso, resolveu promover entre mais dois colegas uma viagem a três para conhecer essa região. Nós somamos nossos esforços, cada um com pouquíssimo dinheiro, e fizemos uma caixinha comum. Partimos de trem pela Mogiana até Uberlândia. Em Uberlândia nós procuramos um acesso qualquer na direção de Aragarças,

encontrando apenas um caminhoneiro que transportaria sal e mercadorias para armazéns de secos e molhados, para vender nos pequenos armazéns da área de Aragarças.

Nessa época, Aragarças estava sendo motivo de um planejamento. Era um plano pioneiro de difícil implantação, porque o pessoal das antigas corruptelas de áreas de garimpagem preferiam ficar na beira do rio onde viviam. Tentaram transpor o núcleo central da cidade para uma área um pouco mais enxuta, menos infectada por doenças tropicais e mais ampla, suficiente para um organismo urbano melhor planejado. Era um pouco como acontece hoje no caso de Marabá, uma parecência quase total.

Então, nós tomamos esse caminhão de sal e mercadorias e, em cima dele, nós fizemos todo o percurso desde Uberlândia até Aragarças. Três dias de viagem para aquela época. Os problemas enfrentados nesses três dias nos deram uma dimensão das dificuldades das excursões de campo e, sobretudo, nos deram idéia real daquilo que, naquele tempo, era a periferia no conjunto dos setores desenvolvidos do Brasil Sudeste.

Eu tive uma noção perfeitamente clara de que aquilo era a margem da área de utilização do solo para cafezais e para uma pilicultura que apenas se esboçava no oeste de São Paulo. Também tive uma noção, que para mim foi importantíssima, de que era outro domínio de organização de paisagem, quer dizer, uma paisagem organizada num espaço diferente, numa compartimentação topográfica diferente e a custa de elementos de cobertura vegetal diferentes.

Por isso mesmo mais tarde, redigindo o trabalho fruto dessas primeiras observações de campo, vamos dizer, independentes, sem nenhuma interferência de professores e de colegas, nós pela primeira vez identificamos o domínio do cerrado como uma área nuclear a ser considerada independentemente daquelas pequenas ilhas do cerrado que existiam, por exemplo, no interior co espaço geográfico natural do Estado de São Paulo.

A meu ver, foi dessa excursão que resultou mais tarde, com o conhecimento de outras áreas e com o acréscimo de outras contribuições e experiências de pesquisas,

um trabalho meu que considero bastante significativo na minha bibliografia. Nesse trabalho eu tenho a pretensão de teorizar sobre os modelos de distribuição espacial dos grandes domínios geoecológicos do Brasil, sublinha dos por fatos superpostos de origem geológica, ecológica, hidrológica e vegetal, condicionando depois a fatos do uso humano do solo.

Esses três dias de viagem também me abriram um pouquinho a atenção para as áreas de desenvolvimento lento de comunidades interiores no Brasil à margem da região da mineração e à margem da região do café. Era uma civilização rural de extravasamento da população que fugiu das regiões de mineração e que conseguiu se desligar das áreas pioneiras do Estado de São Paulo, num outro campo geográfico, num outro tipo de paisagem, num outro ambiente ecológico.

Nós fizemos um relatório que, infelizmente, não foi assinado pelo Petrônio. Ele tinha grandes possibilidades para fazer Geografia Humana e demonstrou isso depois, mas não quis colaborar porque estava numa fase psicológica muito ruim. Esses problemas típicos dos adolescentes e que nós três, pelo menos dois de nós, estávamos enfrentando. Ele não quis colaborar, então o trabalho saiu só com as observações registradas por mim e algumas registradas por Miguel. A redação foi minha e, parcialmente, do Miguel Costa Júnior. O trabalho se chama “O Sudoeste de Goiás” e representou talvez a minha primeira grande experiência de conhecimento de uma região em termos de Geografia Física integrada de fatos humanos superpostos.

M.B. – Havia aqui professores – visitantes estrangeiros. Como é que era esse clima na época? Que critérios eram utilizados para convidar essas pessoas e como é que era a relação com os alunos?

AAS. – Evidentemente, eu usufruí mais do que realmente participei deste movimento cultural da década de trinta a quarenta em São Paulo. Posso dizer a vocês que a vinda dessas missões de professores estrangeiros recrutados em Paris, Roma e alguns em Berlim, sobretudo em Berlim de uma fase de entre guerras, pré-guerras e guerra mesmo, foi essencial para o desenvolvimento da Universidade brasileira. Acho que todo o movimento científico é cultural novo do Estado de São Paulo, que se somou ao desenvolvimento literário dos modernistas paulistas de 1924, embora não muito bem

entendido por eles próprios, foi devido à vinda dessas missões.

As missões trouxeram uma cultura amadurecida, não cristalizada mas amadurecida, e transpuseram para São Paulo uma tradição de cultura e de trabalho universitário sério, correto e, certamente, mais qualitativo do que quantitativo. Mesmo frente a um centro cultural que tinha valores mais antigos ligados ao grupo de forma dos pela Faculdade de Direito; mesmo na área cultural onde já havia ocorrido uma manifestação modernista impressionante como foi a de 22 com Mário de Andrade, Flávio de Andrade e seus companheiros todos, Menotti del Picchia, Rubens Borba de Moraes, afetando todos os setores da cultura e das artes, mesmo assim esses movimentos foram revolucionários.

O pessoal da Faculdade de Direito, acostumado a manter toda a tradição cultural de São Paulo, se sentiu incômodo perante essa invasão de cultura mais universal, que visava o regional mas que, de qualquer maneira, no primeiro memento, na partida, era de fora, era exógena. O entendimento foi difícil. Eu senti, como pessoa muito introvertida e observadora, as dificuldades da conciliação, que ainda não estão totalmente resolvidas. Quando se pretendeu trazer para esse campus, que já é uma realidade, que já é uma organização, um anexo da Faculdade de Direito para estudo dos primeiros anos do nível básicos – como tem, no caso de Ciências Médicas, um-Instituto de Bio-Ciências –, foi a maior reação do mundo, mas uma reação não cultural, quase que profissional.

A mistura de interesses do campo do profissional para o campo do cultural é difícil de ser resolver até hoje, mas no passado o conflito era ativo. Eu assisti todo esse conflito e devo dizer a vocês que, naturalmente, fiquei rigidamente dentro do campo da cultura, porque mesmo no setor das Ciências Humanas, da Filosofia, o que se fez de sério em termos de contribuição nova posteriormente à atuação desse grupo, e sobretudo através dos seus primeiros discípulos mais representativos, foi uma coisa que não pode ser com parada com a contribuição longa, porém relativamente frágil e até certo ponto culturalmente frouxo, do grupo que estava relacionado apenas com alguma formação bacharelista.

Notem bem que sou um dos admiradores do nível alcançado pelos bacharéis paulistas da importante Faculdade de Direito que aqui existiu e que foi a base de todo desenvolvimento cultural desta terra numa época definida.

Por que? Porque é um grupo de pessoas que, apesar de terem feito um curso profissionalizante, escreviam muito bem, tinham uma clareza de expressão que foi importante inclusive do ponto de vista da criação de um professorado brasileiro universitário e, realmente, tinham um padrão que, embora paulista e brasileiro, não deixava muito a desejar em termos dos padrões europeus.

Agora, o tipo de cultura que a universidade recebeu a partir dessas missões era uma cultura que não se contentava com tetos, que era criativa, crítica e reflexiva, e isto não existia antes. Aí entra um problema muito sério que envolve a própria definição de Universidade que cada um de nós teve que refazer para si próprio. A todo momento me perguntam: “Mas o que é a Universidade? Como você entende a Universidade?” Eu sou ortodoxo em relação ao entendimento da Universidade. Para mim a Universidade é uma fusão de dois níveis de tratamento: o da cultura e o da criatividade.

Em primeiro lugar a Universidade é, e não pode deixar de ser porque senão ela não da base nem alicerça, uma instituição complexa, em que a cultura é repensada é transmitida. Qualquer cultura re pensada, reflexionada e transmitida pe o começo de uma pesquisa, de uma investigação. A investigação, que é o segundo nível sem hierarquia a participar do Conselho de Universidade, diz respeito à criatividade em função da pesquisa. Essa criatividade em função da pesquisa não pode estar dissociada da cultura acumulada e repensada. Então, de uma coisa decorre a outra e a Universidade tem que caminhar como instituição complexa, seletiva, de cultura acumulada e repensada, que é capaz de estimular a criatividade correta e não empírica.

Eu sei que a criatividade é fruto de um cruzamento da formação básica, reflexiva, integrada e amadurecida com um campo de trabalho, uma temática. É fruto também da associação de alguns talentos pessoais com um certo empirismo, compreendido

com a possibilidade de trabalhar num setor de fronteira da ciência. Para mim o único empirismo aceitável é aquele que possibilite incursões nos setores das fronteiras da ciência.

Assim sendo, como instituição complexa para a transmissão de uma cultura acumulada, criticada, filtrada e a custa do talento pessoal, da escolha de uma temática, da possibilidade de um campo dentro de sua área de atuação e de um trabalho capaz de atingir as fronteiras do conhecimento científico, ainda que necessariamente empírica nessas incursões, a Universidade desempenha esse duplo papel de ensino superior sem teto, ensino de alto nível e sem teto, para não falar no termo superior que já está muito desgastado, e de atmosfera propiciadora da criatividade.

Naturalmente, todas essas idéias só puderam ser obtidas, e até certo ponto amadurecidas, em função do entrechoque dessas influências maiores ou menores que esses diferentes grupos de professores e de colegas tiveram sobre a gente. Não é uma coisa minha, é uma coisa que amadurece em mim mas que é fruto de n cruzamentos de vetores de influência cultural das mais variadas.

Uma coisa boa que aconteceu devido ao contato com esses grupos de pessoas provindas de áreas diferentes foi uma certa falta de [rigidez] de escola. Certamente, no campo das Ciências Humanas, houve uma preponderância da cultura francesa. Porém, note que foi uma preponderância da cultura francesa filtrada a nossa moda, porque alguns valores do tipo, vamos dizer, psicológico do homem francês contemporâneo não foram tomados como padrões entre nós.

Nós aceitamos uma cultura acumulada, amadurecida e de alto nível, de alto padrão e nível intelectual, mas não aceitamos outros valores, às vezes menos positivos, do grupo humano que detém essa cultura. Certos fatos do temperamento próprio do gaulês, que é um temperamento duro de ser aceito... Eu pessoalmente sou, talvez, uma das pessoas que mais contribuiu para a divulgação do tipo de trabalho e do roteiro de pensamento dos franceses no campo da Ciência da Terra, mas nem sempre eu os aceitei como um padrão em termo humanos. Acho que o universitário francês tem todos os defeitos de uma universidade extremamente agredida por valores de

personalismo, inconciliáveis com certos valores comunitários e sociais mais abrangentes.

M.B. – Essa sua visão tem a ver com a colocação anterior que o Sr. fez a respeito do contato benéfico com alguns professores norte-americanos?

AAS. – Toda a minha geração era totalmente antiamericana por razões psicológicas óbvias. Os Estados Unidos era o grupo dominante por excelência na política e na economia mundial, e para nós simbolizava o próprio elemento que segurou a tocha do imperialismo econômico, que é tão odioso quanto outro qualquer tipo de imperialismo. Apesar disso, do ponto de vista cultural, esse contatos tiveram muita importância, porque me ensinaram o outro lado do nível de cultura, do tratamento sério da cultura americana em relação à atividade científica.

Uma coisa é o Estado dominante e imperialista do ponto de vista econômico; outra coisa é a universidade americana que, inclusive, é antiimperialista na sua essência e que possui uma mocidade altamente contestadora em relação a esses sistemas de dominação por dependência econômica.

Quando eu tive oportunidade de entrar em contato com a Universidade americana, eu já levava uma idéia boa dos valores melhores dessa Universidade e também das preocupações sociais dos cientistas norte-americanos, e só pude confirmar uma coisa que normalmente eu já sabia. Então, eu separo muito o problema da cultura norte-americana média que representa um produto histórico e social de uma série de grupos humanos até certo ponto muito provincianos e dotados de uma grande rigidez do ponto de vista religioso. Eu não meço a cultura norte-americana pelos agentes de extravasamento político e social, elementos tecnocratas vindos por relacionamento a nível burocrático e internacional. Isso não tem nenhuma relação com a realidade norte-americana.

Eu tenho uma profunda admiração pelos Estados Unidos em sua área nuclear. Porém, todo país que tem força para extravasar em termos de sua posição política e econômica internacional é antipático por excelência em relação a todos os grupos. Eu participava, e participo ainda, dessa antipatia porque vejo nisso um outro tipo de

relação de dependência e interdependência, formação de áreas de centro e de periferia, no cotejo das grandes áreas nacionais e internacionais.

Não sei se seria interessante relembrar aquela questão, que já esbocei em poucas palavras, de que houve um momento crítico na minha vida: ou eu tentava lutar dentro da cidade grande e vencer os entraves que existiam para uma pessoa muito simples e acanhada em relação à Universidade ou regressava para uma vida de homem do interior dentro de uma atividade de ensino secundário para a qual eu também estava preparado.

Ocorreu aí um episódio que considero digno de nota. Logo que me formei, eu tive grandes dificuldades para vencer a burocracia administrativa dos colégios de uma certa tradição em São Paulo. Eu não podia avaliar culturalmente bem esses colégios. Avaliava apenas como uma coisa solene eram edifícios muito maciços e impenetráveis. Tentei, então, fazer uma experiência no interior, na minha própria terra, na minha área de procedência onde fiz os estudos secundários.

Considero muito natural essa tendência da gente querer contribuir, poder exercer uma profissão de ensino em retornando às origens, mas isso só me deu uma medida das dificuldades outras que imperavam no sistema de ascensão social e cultural de uma pessoa que tinha poucas bases e pouca proteção sócio-política.

Regressando à Caçapava, sabendo que havia uma vaga para professor de Geografia no Ginásio onde me formei, e ao tentar postular esse lugar, disseram-me: “Não, é impossível, porque acaba de chegar um professor vindo de Goiás que deve ter uma influência política muito grande, pois veio muito bem recomendado pelas esferas burocráticas do ensino na capital”. Assim eu não pude obter esse primeiro posto numa das cidades em que iniciei a minha formação básica. É bom lembrar que essa pessoa assim recebida era um professor normalista, sem curso e sem diploma, o que mostra...

(Final da Fita 1 – B)

AAS. – Eu penso que esse episódio mostra como era a conjuntura da seleção de pessoal para o nível de liceu, nível de ensino secundário no Brasil, coisa que não mudou muito até hoje. A dificuldade dos concursos públicos, o receio dos concursos públicos, uma série de outras tradições erradas e o sistema de lotar as unidades ainda hoje trai esses remanescentes de influências colaterais na escolha das pessoas.

Eu tive uma outra experiência, também desse tipo, que conviria lembrar nessa distendida hora de recordações. Houve um concurso nacional para escolha de professores para um colégio da Fundação Getúlio Vargas, na cidade de Nova Friburgo. Eu me interessei pelo lugar, já que era uma coisa nova que ia se formar; fiz o concurso público nacional; fui selecionado a nível regional e depois fui para a segunda fase de seleção, de provas seletivas. Fui muito bem classificado, porem não alcancei o posto.

Esse episódio, aliado à outra minha tentativa de regressar ao interior e colaborar para melhorar as coisas no campo da cultura na minha "província", tem um significado muito grande na minha formação psicológica. Ao mesmo tempo que fiquei ressentido, ganhei estímulos para trabalhar em outros níveis, já que comecei a sentir, pela primeira vez, aquele conjunto de dificuldades e de entraves existentes na conjuntura para que um adolescente, em fase final de adolescência e recém-formado, pudesse encontrar um lugar econômico e profissional na sociedade brasileira e paulista.

M.B. – No início o senhor se referiu a um conjunto de incidentes entre professores e alunos, e que o senhor teria tomado um conjunto de decisões das quais não se arrependeria. Dava para o senhor explicitar isso um pouco mais?

AAS. – Do jeito que eu falei sobre esse conjunto de incidentes dá a impressão que era uma coisa contestadora e radical. Não. É coisa simples, pequenas injustiças que afetaram a coletividade. Por exemplo, um professor que amanhece com os bofes mais ou menos minados, que passa pelos alunos para ir a uma aula de Educação Física ou coisa parecida e não os cumprimenta. Passa à margem e, depois que atinge um ponto no meio do pátio, regressa e diz: "Todos vocês estão suspensos porque não me acompanharam." Coisas desse tipo. Nesse momento, sozinho e ainda muito menino,

eu não tive duvidas; passei a mão num lápis – sabia escrever, eles tinham me ensinado a escrever – e protestei pelo inusitado da situação e pelo alto grau de injustiça coletiva. Naturalmente sofri pressões, mas elas me levaram depois a pensar mui to em outras coisas mais sérias e também eu me fiz respeitar o suficiente para não precisar baixar a cabeça em certas situações. Coisas desse tipo. Não é nada de muito grave.

M.B. – Uma outra coisa que não fica muito clara para nós. Por que o senhor escolhe especificamente fazer Geografia e História? Há algum motivo especial?

AAS. – Há. O motivo é simples e até deprimente do ponto de vista da Ciência tal como nós a entendemos atualmente. Eu era, e ainda sou, profundamente um qualitativo, apesar de ter sensibilidade para a geometria das coisas; para o arranjo, para a disposição dos pontos em relação aos conjuntos. Então, pelo nível de ensino que as escolas de formação básica possuíam e para minha expectativa em relação ao treinamento em certos setores de ciências ditas puras, eu percebi que não teria força alguma para seguir uma carreira em ciências exatas.

As flutuações de professores nas unidades escolares: uns muito ruins, outros muito indiferentes, outros muito bons mas maus didatas, e as mudanças que tive no decorrer do meu ensino: primeiro dentro de uma conjuntura de uma cidade, depois dentro de uma conjuntura de um colégio em formação, me deram a idéia exata de que eu não poderia fazer nem Ciências Naturais – apesar de ter reparado um pouco nos conhecimentos geológicos do setor de Ciências Naturais ou História Natural como se dizia na época – nem Química, nem Física e nem Matemática. Eu senti perfeitamente a minha fragilidade no momento de uma escolha.

Por outro lado, algumas, coisas que eu gostaria de ter escolhido e que me pareciam fundamentais para um país grande e cheio de problemas de desenvolvimento material e tecnológico me foram vedadas, apesar de, eu achar que teria muito papel a desempenhar naquilo. Por exemplo, Engenharia. Eu achava que, num certo momento, eu tinha o dever de fazer Engenharia pensando na solução de algumas coisas. Em geral, para o meu modo de pensar da época, a Engenharia era muito simples, era um pouco de obras nacionais, pontes, barragens e coisas desse tipo. Não

era nada de muito essencial, mas eu tinha consciência de que não tinha condições.

Talvez tenha sido a escolha mais seletiva que eu impus a mim mesmo a de entrar num curso que eu admirei através das pessoas que dele saíram. Eu pude medir, sentir, através de certas amostrinhas da formação de pessoas que dele tinha se beneficiado, em detrimento de outros setores que eu considerava igualmente importantes, porém que não estavam à minha altura.

M.B. – O senhor já veio de Caçapava com a idéia de fazer Geografia e História?

AAS. – Eu vim fazer o cursinho para fazer Geografia e História, especificamente para me preparar naquelas matérias que eu achava que não tinha condição. Também não tinha condição muito boa nas outras, mas, pelo menos naquelas, eu não conhecia nada.

Até hoje eu me ressinto de duas coisas, duas aptidões que não tenho e que não é nada vergonhoso denunciar, porque é uma auto-denúncia. Eu tenho muita dificuldade para Ciências Químicas; dificuldades ainda grandes, porém menores, para Ciências Físicas, e, sobretudo dificuldades para taxinomia em Ciências Naturais, que envolve principalmente uma memorização. Eu não tenho memória. Basta dizer que uma das tristezas da minha vida é que eu não consigo me lembrar dos termos da minha poesia, e sim da temática, que fazia nos primeiros tempos acadêmicos, quando ainda se fazia poesia. Isso mostra que realmente eu não tenho memória sistemática; eu tenho memória conjuntural.

Outra coisa também que tornou minha carreira mais difícil ainda e me obrigou a me desdobrar em termos de um cruzamento entre o empirismo e a pesquisa direta sobre o terreno, à custa de outros talentos, e a dificuldade para línguas. Meu pai era libanês de origem. Eu consigo reter do contato com meu pai – que aliás só falava português em casa – nem mesmo meia dúzia de palavras. Talvez saiba mais alguma coisa de muitas outras línguas do que da língua de meu pai, para tristeza dele, o que é altamente justificado. Esse episódio eu só quero relevar para lembrar que eu tenho dificuldades lingüísticas natas. E cai no campo da memorização. Não memorizo nada. Quando eu fui para São Paulo, estava na época do meu serviço militar. Eu tive que acumular duas atividades: a de me preparar para entrar na Universidade e a de

fazer, paralelamente, um desses cursos que não são de caserna plena, más que já era um pouquinho de caserna, no sentido de cumprir com a minha obrigação militar, obrigação básica para com o meu país. Foi muito difícil conciliar as duas coisas morando em pensão; não trabalhando, mas tendo recursos mínimos para sobreviver, e fazendo o serviço militar.

Bom, na hora de memorizar os componentes de um fuzil ou de uma arma qualquer, e a minha arma era artilharia de dorso tinha esse nome –, eu tinha a maior dificuldade do mundo. Odeio profundamente toda e qualquer coisa em que é preciso decorar, memorizar e depois expor, decoradamente, as coisas. Sou um inimigo total disso, e era pedido naquele momento. O problema lá no treinamento militar era designar as coisas pelo nome certo, com as vírgulas certas e com o conceito tradicional dos livretos que passam de pai para filho. Eu não podia fazer isso e não posso até hoje. Não consigo.

Poderia se dizer que eu esteja sendo cínico em relação a um fato de ordem militar, mas não é, porque isso é válido para todas as minhas outras atividades. Quando fui fazer o exame de motorista, também tinha que falar as frases segundo os padrões pré-estabelecidos. Eu fui reprovado na primeira prova, porque não tinha condições de dizer sinteticamente qual o correspondente a um daqueles símbolos de trânsito.

M.B. – Enquanto o senhor fazia os cursos, tanto de bacharelado como o de especialização, o senhor assinalou dificuldades financeiras familiares sérias. Como é que o senhor se mantinha nesse tempo?

AAS. – Meu pai é que estava na transição entre a sobrevivência relativa – era o período de guerra – e o período de deficiência total de ordem financeira em casa. Ele tinha uma pequena loja numa rua comercial, mas estávamos indo de mal a pior. Devo dizer a vocês que – aí eu faço sempre uma interpretação um pouco cultural – meu pai adaptou-s’ à área de serviço do Paraitinga para um comércio de fim-de-semana, em que os roceiros vinham à cidade para vender suas mercadorias no mercado e depois comprar panos para as suas necessidades mínimas. Porém, meu pai nunca se adaptou a outro centro mais desenvolvido.

Ele chegou ao Brasil e ali fez as suas amizades. Meu pai levava uma vida aventuresca a nível. Era um homem que não trabalhava de segunda a sexta, porque de segunda a sexta era dia de pescar, caçar passarinhos e andar pelos campos. Mamãe, coitada, trabalhava na máquina produzindo alguma coisa para revenda no fim-de-semana. Eu era companheiro do velho nas suas excursões pelos arredores dá cidadezinha. Papai nunca mais se acostumou a outro nível.

Quando fomos para outra cidade, ele recaiu num nível um pouco clubesco. Só ia para o clube. Não pensou muito nos seus negócios e nem teve muita possibilidade de se adaptar a outra conjuntura. A decadência de seu pequeno comércio, da sua pequena loja, foi total. Não conseguimos manter nem mesmo a casa que ele tinha comprado com o dinheirinho acumulado na outra cidade.

Quando vim para São Paulo, era o pior momento financeiro da família. Quando muito eles podiam me mandar dinheiro para a pensão. Eu não tinha dinheiro para livros e terminei como professor de Sociologia. Faltava tudo, um pouco de tudo. Inclusive, isso foi muito ruim para minha saúde. Fazendo serviço militar, estudando, e com muito poucos recursos, você há de imaginar que...

São Paulo já era uma cidade dramática para a adaptação de uma pessoa vinda do interior, em termos de seu ambiente. Não era tão poluída como é hoje, mas já era muito ruim. E a gente sentia isso em termos de doenças pulmonares, resfriados e gripes. Depois isso veio me custar uma pleurisia que quase me leva. Eu tentei trabalhar, mas não estava preparado para enfrentar esse ambiente.

Lembro-me que às vezes, desde os meus primeiros anos de curso, devido às dificuldades financeiras, eu tentava largar a Universidade para arranjar um trabalho. Parece que a falta de trabalho colaborava para que eu não largasse a Universidade. Tentei uma vez encontrar um emprego, fui ver o que que era: lapidador de diamantes. Precisava ficar seis meses sem ganhar para depois passar a ter algum ganho. Eu não podia esperar tanto. Depois procurei um outro tipo de emprego. Era tempo integral, total, eu não poderia nem mesmo estudar. E assim por diante.

Inclusive, mesmo usando de relacionamentos mais ou menos antigos de papai com pessoas que mantinham relações comerciais com ele, eu não consegui nada, nada, nada para trabalhar. Não consegui estudar e trabalhar. Então, estudei apenas, mas em condições econômicas deploráveis. Isso eu não posso explicar a vocês com muitos detalhes, mas se refletia em termos de roupa, em termos de alimentação, lanches, essas coisas todas.

M.B. – Eu acho que...

AAS. – Vamos falar um pouquinho.

M.B. – No professor Haroldo de Azevedo, então.

AAS. – Tendo sido, na época do regime de cátedra, um assistente entre aspas, porque na realidade eu tinha outro cargo mais simples, mas efetivamente eu era assistente do professor Haroldo de Azevedo, eu gostaria de dizer duas palavras a respeito da sua figura e da sua personalidade.

Eu encontrei no professor Haroldo o inverso de tudo aquilo que eu era. Ao contrário de um humilde filho de imigrantes e de gente muito simples, o professor Haroldo de Azevedo era de uma família ilustre dentro da conjuntura social de São Paulo. Ele era filho de fazendeiros do Vale do Paraíba que tiveram expressão política na capital da República e que tinham nome de família a nível regional e nacional. Do ponto de vista de padrão de referência, o professor Haroldo era para mim o modelo de um tipo de sociedade que não era, certamente a do meu grupo. Eu o respeitava porque ele nasceu numa conjuntura totalmente diversa e assim viveu e desenvolveu suas atividades.

Eu admirava nele a retidão do seu caráter, o seu esforço sobre-humano para sair dos quadros da sua classe e fazer um trabalho sério, à sua moda, na Universidade, ainda que tendo todos os entraves da herança, da posição de um professor que começou com o ensino secundário e com um livro didático. O professor Haroldo é uma das figuras pelas quais eu tenho uma admiração filial e, ao mesmo tempo, uma das pessoas que eu vi, em momentos diferentes, sobre o prisma mais crítico e reflexivo

possível.

Por exemplo, o professor Haroldo preparava as suas aulas com uma racionalização extraordinária, dentro da sua capacidade de erudição. Ele era um erudito em todo o sentido do termo, mas não era um modelista e nem um homem de criatividade cultural flagrante. Então, a sua preocupação era a de integrar conhecimentos disponíveis e nos dar ou transmitir um conhecimento depurado de impropriedades, dentro de um nível muito homogêneo: sem ter muitos decréscimos, mas também sem ter mui tos picos. Eu talvez tenha sido o seu maior é mais irreverente crítico, no sentido de que eu aceitava totalmente a pessoa, a cultura e as suas aulas de Geografia do Brasil, sobretudo as de Geografia Regional, mas pressentia que aquilo era o clássico redondo sem possibilidades de extravasar grandes criatividades. Curiosamente, eu me centrei numa espécie de posição intermediária. Adotei aquele esforço de recuperação do fragmentário e acrescentei a minha imaginação que, por sinal, era muito criticada por ele.

Quando eu avançava qualquer coisa nos primeiros tempos de aluno, apesar da admiração, inicial que ele sempre teve, para comi go, ele dizia: "Isso tudo corre por conta da imaginação árabe do Aziz Ab'Saber". O meu grande esforço era para provar – não a ele, mas a mim mesmo –, através de trabalhos posteriores que eu fiz, que a imaginação é parte integrante da criatividade, e que o empirismo é parte integrante do aprofundamento, do tratamento analítico das questões.

Nós tivemos um duelo muito amigável e muito conciliador, por longo tempo, no início da minha formação, enquanto não fui guindado à posição de seu colega. Depois que eu me tornei co lega, houve algumas divergências normais, ocasionais, que foram sempre resolvidas com muito cavalheirismo por ambas as partes. Ao recordar a figura do professor Haroldo hoje, eu presto uma homenagem à sua pessoa, à sua cultura de brasileiro, erudito, bom representante da cultura de uma época, muito meticuloso, muito cuidadoso, muito integrador, e, ao mesmo tempo, me desculpo da minha irreverência em relação a duas posições psicológicas centradas em conjunturas totalmente diferentes de encarar o mundo.

Talvez o professor Haroldo tenha me tomado sempre como “o” irreverente, “o” boêmio, “o” atrevido – no bom sentido do termo, em relação a querer avançar por certos caminhos com muita rapidez e ao mesmo tempo – mas, por outro lado, ele reconhecia em mim, nos momentos em que eu manifestava algum desânimo, um trabalhador nato. Nisto preciso fazer uma justiça especial a ele. Num momento de crise em que, depois de lutar por muitos anos, eu permanecia na Universidade com funções de professor, mas dentro do meu humilde cargo inicial de técnico de laboratório...

A minha sensibilidade para a Ciência da Terra. Por outro lado, ele me dizia que, naquele memento, a minha possibilidade de fazer Ciências Humanas era muito pequena. A minha Geografia Humana, perante a rainha Geografia Física, era um aleijão segundo ele.

Eu levei muito em conta essa observação porque no fundo, no fundo, apesar de ter facilidades e aptidões muito grandes para ciências Humanas, eu não queria ficar nas Ciências Humanas. Pode-se dizer que eu não tinha jeito, não tinha facilidade para redigir em Ciências Humanas. Eu dialogava, fazia inquéritos, sentia os problemas humanos dos grupos envolvidos numa área, mas não sabia escrever sobre esses assuntos. Isso pesou muito no começo da minha formação e eu tive de acumular esses conhecimentos sem nunca transpô-los para o papel.

Curiosamente, vinte ou vinte e cinco anos depois, esses conhecimentos acumulados, que não foram divulgados em trabalhos escritos, têm sido de uma utilidade plena para mim em termos do Planejamento Regional. No planejamento Regional, de um modo não acadêmico, eu posso utilizar muito esses conhecimentos sobre as relações entre grupos humanos, regiões e áreas; sobre as relações entre grupos humanos e redes de cidades dentro de, suas redes; sobre as relações entre grupos humanos de cidade e de campo, relações urbano-rurais, e também as relações dos grupos humanos em relação aos organismos espaciais das aglomerações urbanas, agigantadas da área metropolitana.

Curiosamente, eu não podia me atrever a assumir uma responsabilidade maior e nem eles podiam resolver a minha situação por causa do problema de saúde. Eu era

obrigado a fazer exames periódicos por causa do velho quadro pulmonar relacionado com a pleuris. Eu tinha receio de me candidatar a um tempo integral na Universidade e depois não ingressar no serviço público, que era extremamente rígido na aprovação dos exames de saúde para os recém ingressantes. Inclusive foi dramática essa situação na minha vida. Disse decorre que eu ficava desesperado, mas não havia culpa de ninguém. No fundo, no fundo, era culpa de circunstâncias minhas mesmo.

O professor Haroldo, um dia, depois de eu reclamar de uma série de coisas, porque eu já tinha uma posição equivalente a de muitos colegas meus e estava numa situação altamente inferiorizada do ponto de vista de carreira e de posição, disse: "Você não precisa pensar em termos dessas coisas menores, por que você é um trabalhador nato e é um vencedor". Ele tinha dessas coisas que sempre estimulam a gente nas horas mais críticas da vida. Então, é por isso que eu faço questão desse destaque.

N.X. – Em que ano o senhor é admitido como professor na Universidade?

AAS. – Vou dar uma cronologia rápida para vocês. O meu curso de bacharelado foi feito entre 1941 e 1944. Em 1943, fim do bacharelado. 1944, o ano de licenciatura. Depois de um ano de intervalo, em que fui professor de cursinho, essa coisa toda e não conseguia encontrar o lugar adequado, eu regressei e fiz a especialização. Dois anos, 1946 e 1947. Essa especialização constava de algumas disciplinas – acho que duas, mas eu fiz três – e um trabalho de pesquisa de campo. Escolhi a região de Itu, Salto, que era uma espécie de laboratório à mão, aqui próximo. Por ocasião do carnaval, eu, Petrônio e outros fazíamos excursões a pé por essa área, quilômetros e quilômetros. Descíamos numa estação distante e depois, a pé, atingíamos a área, Isso teve uma importância fundamental no meu treinamento de campo. Era um pouco de escoteirismo, de trabalho de campo e também de oportunidade de discussão. Éramos sempre o Miguel Costa Júnior, eu e o professor Pascoalle Petrônio.

Então, escolhi essa pequena área para fazer o meu trabalho de especialização, que ficou muito geológico demais. Eu tive mais oportunidade de trabalhar, sobre o terreno, com menos diálogo suficiente para suporte de uma pesquisa de Geografia Humana. Na fase da Geografia Humana, eu apenas tratei de problemas de localização de aglomerações, forma e aspectos, mas não tive força naquele momento – porque eu

estava super sensibilizado com as Ciências da Natureza – de fazer, paralelamente com o estudado suporte geológico, um estudo de Geografia Urbana.

Hoje, por exemplo, vejo com satisfação que, por causa dessa vivência, tenho uma grande facilidade de compreensão e entendimento da nova ecologia urbana existente nas áreas metropolitanas dos países subdesenvolvidos. Essa é uma das temáticas paralelas que eu desenvolvo e que, independentemente de publicar ou não tudo o que faço, uso muito para aulas, para cursos e conferências, mesmo da área da Geografia, ao nível de ensino em faculdades de Arquitetura e Urbanismo.

Realmente, de uma total falta de jeito e facilidade para Ciências Humanas em termos de redação, eu parti para uma acumulação a capitalização de conhecimentos que hoje me é muito útil profissionalmente, mesmo extravasando o nível do trabalho propriamente universitário, quase que em termos de compreensão de uma conjuntura e de um sistema em termos político – sociais do meu país.

M.B. – O senhor poderia tentar reconstruir para nós como foi a evolução desse pensamento em torno do campo social?

AAS. – Daquela experiência acumulada da vivência dentro, de um país subdesenvolvido durante uma época de crise econômica e de dificuldades muito grandes do ponto de vista da economia da classe média em São Paulo e no Brasil, eu herdei uma consciência dos problemas de diferenças de níveis salariais e de diferenças de possibilidades dentro do conjunto de uma sociedade como é a nossa. E, de um modo irrefreável, algumas manifestações desse nível de tratamento dos fatos da vida sócio-econômica foram sendo colocadas ao acaso em trabalhos meus.

Devo dizer a vocês que nessa primeira fase eu travei conheci mento com um professor de fora de São Paulo, representante também de uma linha de pensamento um pouco empírica, autodidática, mas muito interessante, que foi o professor José Veríssimo da Costa Pereira. Ele trabalhava no Colégio Pedro II e foi um dos primeiros brasileiros sem formação universitária que participou do Conselho Nacional de Geografia na sua fase de formação. Veríssimo me incentivava muito e

admirava muito.

Certa ocasião, a pedido do professor Haroldo, três de nós fomos convidados a fazer uma espécie de panorama do Estado de São Paulo para fins de divulgação, por ocasião de um congresso internacional de Geografia que iria se realizar no Rio de Janeiro. Esse congresso foi, a meu ver, um marco tanto para a mudança da marcha dos processos de pesquisa em Ciências da Terra no Brasil, como também em termos de reorientação no campo de técnicas de pesquisa e novos métodos de concepção da pesquisa geográfica.

Nesse trabalho de conjunto, eu fui encarregado de falar sobre a terra paulista. Se vocês atentarem para dois ou três trechos do começo do trabalho, a sua introdução e as suas conclusões ou considerações finais, é melhor dizer, aí está o começo da minha manifestação, mais ou menos empírica e de caráter pessoal, a respeito dos problemas de desigualdades econômicas entre classes sociais e entre regiões no Brasil. Eu vou ler duas ou três partes do começo do trabalho e depois as tais considerações finais onde eu entro em assuntos mais sérios do ponto de vista social.

Eu disse assim: “A análise das bases físicas da geografia paulista guarda um especial interesse para a explicação de alguns dos fatos que fundamentaram a expansão do homem e das riquezas sobre esta parcela relativamente pequena e tão importante do planalto brasileiro. Por força deve existir uma combinação de quadros fisiográficos propiciadores da expansão do homem e de um certo tipo de civilização no território paulista. “Evidentemente que eu estou relendo “sic”. Muita coisa daquilo que escrevi talvez tivesse que ser apurada para não dar uma impressão de determinismo, o que não era a minha intenção.

“Entretanto, não se pode negar que às vezes permanece um pouco indefinida a originalidade física deste território eleito e privilegiado que equivale apenas a três ou quatro por cento das terras brasileiras”. Devo dizer que essa abordagem quem me sugeriu foi, numa das minhas viagens, uma conversa com um homem muito simples que vendia coisinhas de bebericagens ou petiscos no meio de uma rua em João Pessoa. Ele me dizia: “O senhor é de São Paulo? É capaz de me explicar, por acaso, por que que aquele pedacinho tão pequeno do território brasileiro tem tanta

importância na economia do País e faz com que todos nós queiramos ir para lá para poder ter lugar de trabalho mais bem remunerado?" Eu, naturalmente, não respondi porque era difícil para mim naquele momento. Porém, guardei aquela frase e a proposição foi feita depois nestes termos de que permaneceu um pouco indefinida a originalidade física para justificar um desenvolvimento tão grande.

Então, eu continuo assim: "Desconcertante para os adventícios parecem ser os primeiros contatos, com a terra paulista. Do litoral para os compartimentos interiores do planalto, sucede-se uma série de faixas de relevo e zonas de uso da terra onde a natureza parece predominar (naquele tempo, não é?) sobre a humanização ou, pelo menos, onde as atividades humanas não foram capazes de criar paisagens agrárias de grande destaque. Aqui, a Serra do Mar com suas extraordinárias escarpas e sua exuberante mata tropical, em geral bem conservadas. Mais além, morros desnudos recobertos de pastos pobres e, por quase toda a parte, sinais de uma agricultura itinerante, rotineira e predatória".

"Na realidade, as portas habituais do território paulista escondem, sobremaneira, as paisagens rurais mais representativas. Penetrando-se pela bacia do Paraíba ou pela Região de São Paulo, via Santos, observam-se terrenos cristalinos de diversos graus de movimentação topográfica e, ocupando espaços relativamente restritos, pequenas bacias sedimentares modernas e inumeráveis pequenas planícies alveolares. Nos morros malgolonares da bacia do Paraíba, a maior parte dos espigões amorreados, desde as suas encostas mais baixas até o topo das elevações, foi destituída de sua antiga cobertura florestal e transformada em áreas de pastagens modestas. Por todos os recantos a vida urbana depende mais da situação geográfica privilegiada que de uma ligação mais estreita com a vida rural. A industrialização, ligada à circulação fácil, energia barata e mão-de-obra pouco exigente, é a base principal da verdadeira riqueza atual dessas regiões".

Depois falo de outras áreas que não representam bem, flagrantemente, o grau de desenvolvimento de São Paulo e para terminar vou mostrar que, cada vez que se interioriza, mais o observador adventício encontra São Paulo. O grau de interiorização da rede de cidades e das áreas de uso do solo com maior intensidade e com maior produtividade está relacionado com estarem avançadas para o Oeste e

para regiões que são o quintal de produção do conjunto de São Paulo. Então, é preciso se adentrar muito em São Paulo para perceber a sua força. Pelo menos era o que acontecia naquela época. Agora a industrialização em outros núcleos, a conurbação urbana e também o agigantamento das metrópoles criou uma imagem um pouco diferenciada, mas naquele tempo, por voltada década de 50, era isso que valia.

Para terminar, depois de tratar de uma série de fatos de um modo setorial e pouco empírico, geomorfogênese, geologia, o solo, os climas etc., eu entro no problema social e digo o seguinte: "Bases Físicas da Riqueza Paulista. A relatividade do termo riqueza pode ser posta a prova a toda a hora e em toda a parte. É irrisório e paradoxal falar-se em riqueza quando o custo de vida é elevado, os salários médios são muito baixos e a classe média das grandes aglomerações urbanas sofre toda a sorte de dificuldade. No nosso caso especial, mais frágil é ainda o seu conceito quando nos lembramos que, entre os fatores que propiciaram a industrialização de São Paulo, há que contar a pobreza e a pouca exigência da mão-de-obra".

Naturalmente, eu não adivinhei isso. Eu inseri isso por estudos de Geografia Industrial feitos para outras áreas que apliquei a São Paulo de um modo empírico, mas já estava me aproximando de um problema fundamental que é o problema do vago conceito de desenvolvimento aplicado ao conjunto do Brasil.

"Por outro lado, é triste falar-se em riqueza quando há populações marginais, pobres ao extremo, mendigando pela Metrópole, dormindo embaixo de viadutos, nas arcadas de velhos edifícios universitários (a Faculdade de Direito é que me inspirou essa imagem), nas portas de apartamentos das ruas sossegadas ou por entre os pilares externos dos grandes santuários." Aí, evidentemente, corre por conta da minha envolvência na observação diuturna da vida da cidade. Nessa época, como sentimental que sempre fui, eu não podia concordar que a terra tão rica pudesse ter resíduos de pobreza tão berrantes. Eu ainda não tinha condições de saber que pobreza e riqueza se encontram por motivos muito especiais.

"Irritante, sobretudo, é falar em riqueza quando de antemão sabe-se que a assistência social no Estado mais rico da Federação é um doloroso mito." Eu escreveria isso de novo, porque nesse país os problemas da assistência social são encarados como uma

coisa extremamente ancilar e, inclusive, é uma tradição brasileira colocar os postos chaves da assistência social na mão não de pessoas que se prepararam para ser isso, mas nas mãos das Primeiras-Damas, com o que estou inteiramente em desacordo. Acho que é uma das distorções absurdas nos mecanismos de compensação que normalmente deveriam existir na nossa sociedade.

“Pessoalmente não gostaríamos de tratar da decantada riqueza paulista, enquanto não houvesse uma reação efetiva dos que têm uma parcela de responsabilidade pelos destinos públicos no sentido de realizar uma assistência social solícita e bem avisada. É preciso reconhecer no entanto que os contrastes aqui não poderiam deixar de apresentar tais extremos.” Isso aqui é bem meu. Uma estocada e depois uma conciliação a favor de uma interpretação.

“É de se admirar que tais contrastes não sejam maiores ainda do que realmente os são. São Paulo é o ponto de encontro das mais variadas correntes humanas do país e do exterior”. Nesse tempo já tinha se deslanchado, de um modo irrefreável, a migração interna para São Paulo em função do mercado de trabalho e em função do corte nas correntes migratórias de elementos vindos da Europa, da Ásia Menor e até mesmo do Extremo Oriente.

“Há toda uma série de tipos humanos que procuram São Paulo numa aventura pessoal que pode ter os mais inesperados desfechos, indo da mendicância ou do trabalho braçal até às alturas de um exagerado capitalismo. Em levas sucessivas para aqui vem o nordestino pobre e de família numerosa. Para aqui vêm os desfavorecidos de todas as partes: aleijados em busca de hospitais e de esmolas; humildes em busca de pistolões, cargos e melhores dias; mocidade de ambos os sexos em busca de diversões, instrução ou uma utópica independência. Ao lado disso há que enumerar os imigrantes de terras distantes, cada qual com seu objetivo e sua aventura, procurando engrenar-se na dinâmica econômica da nova terra, buscando segurança material antes mesmo de que qualquer posição. Eis porque é difícil falar da riqueza paulista”.

“Nas considerações finais do presente estudo assaltou-nos o desejo de ferir o problema das bases físicas da riqueza paulista.” Agora eu deixei a minha

interpretação altamente pessoal e quase que sentimental para entrar num assunto importante. O geógrafo norte-americano Preston James, recentemente, ao escrever um ponderado estudo sobre os aspectos essenciais da fisiografia do Nordeste brasileiro, pôs termo ao seu trabalho analisando aquilo que denominou: “As Bases Físicas da Pobreza”.

Na presente oportunidade, dentro do campo estrito da Geografia Econômica Regional, pretendemos analisar aquilo que se poderia crismar por uma designação inversa. Não se trata, num ou noutro caso, de outra riqueza ou de outra, pobreza que não seja aquela que diz respeito tão somente às regiões geográficas e geoeconômicas. Queremo-nos referir apenas às riquezas estampadas nas paisagens a na produtividade da terra, ou seja, uma riqueza sobretudo baseada na prodigalidade de ambientes geográficos propícios. Desse tipo de riqueza é possível falar-se sem receio de ferir melindres ou estampar arrogâncias”. Isso que eu escrevi, nessa época, foi interpretado como uma fuga de...

(Final da Fita 2 – A)

AAS. – Eu gostaria de comentar a reação que esse trabalho teve em relação a pessoas de níveis diversos. Alguns de meus alunos, os poucos que lêem, porque eu sou daqueles que acham que o professor continua escrevendo dentro da Universidade para muito poucos lerem. Mas alguns dos poucos que liam a revista *Boletim Paulista de Geografia*, que era o principal veículo de divulgação da Geografia em São Paulo nessa época, me apoiaram do ponto de vista moral. É preciso falar nessas coisas.

Agora, por exemplo, a reação do meu caríssimo professor Haroldo de Azevedo foi um pouco diferente. Ele disse: “Aziz, você me faz um trabalho tal como foi encomendado, um trabalho acadêmico, um trabalho para mostrar fatos da terra paulista aos visitantes, mas termina com uma coisa completamente inesperada, que é esse tratamento dado por você sobre “As Bases Físicas da Riqueza Paulista”, e de um modo com o qual eu não concordo bem, porque a riqueza sempre estão perto da pobreza ou a pobreza sempre está perto da riqueza. Você foi acadêmico em todo o trabalho e de repente resvala para um campo bastante difícil e perigoso.” Eu disse: “Professor Haroldo, e o que eu penso. Talvez eu não tenha ainda força para abordar

em profundidade essas coisas, mas eu penso assim”. Ele disse: “Bom, mas eu vou deixar passar pelo nível acadêmico do conjunto”.

Eu hoje me lembro disso com muita satisfação, porque ele podia ter cortado. Ele era o editor, o diretor e era também o meu chefe dentro do Departamento de Geografia. Mas ele conservou na Íntegra, apenas melhorando os pequenos senões de redação que eu, por acaso, deixei no trabalho.

O tempo passou, eu continuei a acumular vivências e experiências, e passei a entender melhor o quadro que eu fazia descritivamente, que eu traçava descritivamente, mas que não tinha condições de analisar. Hoje eu sei, pelo menos penso que sei, que o preço de subdesenvolvimento global tem que acarretar esse tipo de quadro.

Eu julgo que não há áreas desenvolvidas e outras subdesenvolvidas dentro do Brasil. O que existe é uma engrenagem subdesenvolvida em seu conjunto. Por isso mesmo, o subdesenvolvimento pode ser encontrado nas áreas fontes onde predomina esse tipo de [vases] físicas de pobreza.

Por exemplo, o sertão nordestino, onde existem deficiências hídricas, onde há dificuldades para usar o solo e onde uma estrutura agrária bastante rígida impede que todo mundo tenha acesso a um pedaço de terra, indefinidamente, ao sabor do crescimento demográfico nacional e procuram outros meios de sobrevivência em mercados que possam atender as suas expectativas.

Aí começam as correntes de migrações internas das áreas de cultura tradicional, de baixo padrão de desenvolvimento econômico, baixíssimo padrão de desenvolvimento econômico, para as regiões que granjearam a fama de ser um mercado de trabalho mais satisfatório e com um grau de civilização global melhor. Isso é uma utopia, porque essas populações, evidentemente, não vêm participar do conjunto estabelecido em termos de alto nível de desenvolvimento tecnológico e social, mas vêm participar como mão-de-obra de reserva para continuar o processo de desenvolvimento já iniciado numa fase anterior.

Hoje eu sei, por exemplo, que num país subdesenvolvido os focos de pouco desenvolvimento global de grupos humanos e de seu *habitat* podem ser encontrados às portas da área desenvolvida. O subdesenvolvimento começa a um quilômetro e meio daqui da cidade universitária e se estende por vinte ou trinta quilômetros, num cinturão gigantesco. Isso é que vem modelando a nova estruturação ecológica das grandes áreas metropolitanas, não só no Brasil como na América do Sul de um modo geral, infelizmente.

M.B. – Professor, anteriormente a esse tipo de preocupação, que linha de trabalho o senhor vinha desenvolvendo desde que o senhor terminou, o seu curso?

AAS. – Eu estou isolando agora, aqui, só a parte social, porque sobre o ponto de vista da especialidade é mais fácil de falar. Então, eu prefiro propor essas coisas e depois a gente retorna ao problema da produção científica que é mais fácil, apesar de parecer mais difícil.

Eu gostaria de lembrar a vocês que, com todo este lastro que a vida me deu em termos de repensar os grandes problemas do homem e da estrutura social, na realidade eu sempre fui um interpretador dessas conjunturas. Eu me filiei a um grupo que não é totalmente aceito, sobretudo hoje, quando não se pode mais apenas entender um cientista pelo seu esforço de entendimento das situações, mas se procura entender também pelo seu esforço de participação para uma mudança, uma mudança que só pode ser estrutural e política.

Nesse sentido eu tenho uma posição que, a meu ver e na minha interpretação, é muito curiosa. Eu sou um revolucionário do ponto de vista cultural, mas não sou um subversivo do ponto de vista estrutural. Isso não me impede de procurar entender os grandes problemas da minha terra, do meu país e do meu povo. Eu tenho fortes laivos de nacionalismo em toda a minha vida, em toda a minha carreira, o que não me impede de fazer a crítica dos processos.

Por exemplo, eu era um amargurado com a situação que precedeu de imediato a revolução de 64: aquela elevação dramática do custo de vida, aquela inflação galopante e numa espiral que ofendia a dignidade do povo brasileiro em conjunto e

maltratava a classe média baixa à qual eu pertencia. Em termos de término de uma situação que eu considerava caótica e, até certo ponto, um caminho para o suicídio global, eu entendo a revolução de 64 como uma forma de paralisar um processo anômalo.

Curiosamente, a medida que o tempo passa, eu fico de novo numa situação crítica, porque a revolução – que foi mais uma contra-revolução efetiva e justificada – continuou sempre uma contra-revolução repressiva, cada vez mais ditatorial e cada vez mais presa à necessidade de garantir a continuidade de um certo sistema. Nesse sentido eu, pessoalmente e somente dentro de níveis mais ou menos restritos em termos de interpretação, sou um grande crítico da revolução, dos efeitos a médio prazo da revolução de 64.

Ela não teve a coragem de ser revolução. Não teve a coragem de entrar nos fatos estruturais que poderia ter aproveitado, para modelar e modificar. Não há revolução sem mudanças estruturais. Então, o próprio nome perdeu para mim um pouco da sua força inicial. Eu teria desejado que essa revolução tivesse um desdobramento através de medidas pensadas e criativas no campo de um planejamento mais amplo, ao qual todo mundo fosse chamado a colaborar, e que ela tivesse feito reformas estruturais. Digo reformas estruturais em vários níveis como, por exemplo, no processo de utilização do solo agrário, com modificações importantes a serviços do país e da elevação do padrão de vida dos homens da zona rural.

Eu queria que a revolução de 64 tivesse adotado uma política rígida, pouco liberal inclusive, em termos de controle do uso do espaço e de preservação dos recursos naturais. Gostaria de dizer a vocês que pertenço a um grupo que não faz a demagogia da Ecologia. Eu acho que o Ecologismo como um movimento global é muito ingênuo e impraticável, mas o respeito às necessidades de preservação de áreas ecológicas, de amostras de natureza, de filtros de biosfera, de reservas de biosfera é uma necessidade inadiável, para a qual qualquer falta de liberalismo, mas com uma racionalidade rígida, seria tolerada por todo o mundo, menos pelos interessados imediatos numa especulação galopante que é o que vem ocorrendo.

Também acho que entre um economismo exagerado e um ecologismo exagerado, o único termo exato... Nisso estou um pouco com um autor, do qual fiz uma reprodução de um trabalho aqui no Instituto que posso dar a vocês, um jornalista inteligente, chamado Valder Borges. Penso que tem que se achar um meio termo, porque nós não vamos retornar a um primarismo de condições naturais e nos integrarmos passivamente ao *habitat* natural, mas nós temos que caminhar dentro de um sistema organizado de natureza, paisagem e homens, sem o que nenhuma convivência pacífica e correta poderá ser encontrada pela humanidade. Então, "nem tanto ao ecologismo, nem tanto ao economismo", frase de Valder Borges, é a minha medida nesse setor, ainda que eu ache que tenhamos de fazer uma nova política de diretrizes de preservação dos recursos naturais, áreas ecológicas e regiões de lazer a serviço da sociedade corto um todo, e não a serviço da sociedade como um grupo ou um mero extrato da população.

Também gostaria de dizer a vocês que, nessa minha crítica à falta de operacionalização do processo de mudança, vai também uma certa mágoa pela convivência de um sistema com uma burocracia inoperante. Eu combati essa burocracia, e combaterei eternamente, porque ela é inviável para um país com as dimensões do Brasil. Nós temos uma burocracia entravante, uma burocracia distorcida, que faz seleção às avessas e que exagera o trabalho ao longo do tempo de tal maneira que há uma preguiça nacional em relação ao acerto do desenvolvimento.

Por outro lado, também tenho outra mágoa que é a seguinte: as pessoas que poderiam colaborar num nível não político e não burocrático nunca foram chamadas efetivamente a essa colaboração. Pelo contrário. Quando se pretende fazer uma revolução estrutural correta, dentro da ordem, deve-se fazer um esforço de aglutinação de todas as forças intelectuais disponíveis. A revolução fez o contrário: procurou cassar os que reclamavam por mudanças importantes.

Algumas cassações foram tremendamente injustas, outras foram inoportunas, outras poderiam ter sido totalmente diminuídas na sua intensidade de atuação perante um indivíduo como cidadão. Nós criamos, através dessas cassações, uma série de mortos cívicos e uma série de revolucionários verdadeiros, porque eles nunca mais gostarão de colaborar em um processo de revolução dentro da ordem. Acho que fomentou a

subversão de alguns espíritos, embora, aparentemente, a repressão tenha eliminado o processo subversivo. Porém, essa eliminação no campo ideológico é muito fácil e muito fraca.

Lamento, sobretudo, que não tenha havido entendimento para os efeitos de um caos criado por um governo – eu considero a fase final do governo Goulart e seus colaboradores como um último capítulo do caudilhismo sulista e sul-americano –, tentando fazer uma espécie de revolução, não muito pensada e nem muito planejada, de aplicação de afogadilho a um país e sem muita moral para ter o efeito de mudança. O problema moral, numa revolução dentro da ordem, é muito sério. Quem não tem moral não pode pregar mudanças. Esse é o meu modo de pensar.

Devo dar um depoimento pessoal sobre esse problema em relação à Universidade. Em primeiro lugar, existem alguns dos meus melhores colegas, e contemporâneos que foram cassados, e outros que eu conheci mal do ponto de vista pessoal, mas que conheci bem do ponto de vista institucional, que foram cassados ou foram reduzidos a mortos cívicos. Em segundo lugar, existe um episódio que está relacionado com um movimento de contestação que ocorreu aqui dentro da Universidade, liderado por alguns poucos professores e alguns intelectuais de dentro e de fora da Universidade, e que se chamou “A Crítica aos Rinocerontes”. Não sei se esses dois episódios deveriam ser melhor estudados, mas eu gostaria de tecer uns comentários em termos de reviver a história de um período de crise.

Em 1964 processou-se uma revolução em nome de uma reordenação das coisas e do estancamento de uma série de distorções formidáveis. Ela teve o apoio global para isso de quase todas as classes. Em 68, por influência de ideologias nascidas e crescidas na Universidade como um todo, sobretudo na França, houve uma outra crise que foi um co meço de revolução de tipo cultural. Foi nesse momento que as cassações atingiram elementos importantes da Universidade. Então, 68 em parece, em termos de depoimento de um universitário, mais importante do que 64. A revolução de 64 foi uma contra-revolução vitoriosa, aceita e necessária, a meu ver, mas 68 foi o ponto de cruzamento de “n” fatos da vida universitária internacional com a vida universitária nacional, com reflexos às vezes positivos, mas muitas vezes negativos.

Gostaria de dizer duas palavrinhas sobre o que aconteceu em 68. Interessados numa reforma da sua Universidade que significasse uma readaptação aos novos ideais de Universidade, numa reforma capaz de, inclusive, fornecer idéias estruturais para reformulação das partes menos satisfatórias das estruturas implantadas, os universitários passaram a fazer uma campanha séria de contestação. Contestação que atingia os elementos pouco produtivos de um lado e que atingia também a mudança de sistemas de ensino, no que a razão nem sempre lhe cabia.

O ensino universitário de modo nenhum tem que ter os comedimentos pedagógicos de um ensino primário ou secundário. O ensino superior vale pela força das idéias, pelo nível e padrão do trabalho de pesquisa integrado com o trabalho de transmissão da alta cultura, e necessariamente não pressupõe que todo mundo seja didata ou que tenha que obedecer a padrões ditados pela moda. Em nenhum país do mundo foi necessário adaptação à moda para sobrevivência de nenhuma grande universidade. Tanto faz o tratamento coloquial, como o tratamento teórico exaustivo, como a pratica intensiva e quase que não alternante de seminários, como trabalhos de grupo, como associação de todos os tipos de trabalho. A meu ver, tudo é Universidade, é trabalho universitário. Então, nesse ponto eu não concordo muito, mas foi a fórmula pela qual os alunos puderam efetuar a sua interferência para contestar criticamente.

Para mim foi doloroso porque, devido ao estágio em que eu estava na minha carreira científica e dentro da Universidade, tive que assumir, praticamente naquele momento, um cargo de direção. Para dirigir alguma coisa numa época de crise, é preciso ser um mágico ou então não ter um caráter definido e nem um amadurecimento sob muitos aspectos, porque aí a gente banca uma espécie de ventoinha que segue a todos os ventos e termina por ficar situada e orientada para o último vento que a dirigir. Mas eu não estava nesse caso.

Então, assumi o Departamento de Geografia numa crise de ordem universitária que era nacional. Foi uma experiência dolorosa para mim, porque com algumas coisas eu concordava e com muitas outras não. Sobretudo essas que eu estava em desacordo, hoje são fáceis de serem enumeradas. Aproveitando o movimento de contestação, que era quase uma corrente filosófica e pedagógica de origem externa com variáveis

internas, os interessados em subverter uma hierarquia que não tinha aprovado bem, mas para a qual ninguém tinha outra para substituir, baralharam profundamente as atividades da Universidade.

Nesse contexto, o meu comportamento foi exclusivamente de conduzir o barco com acréscimos, porque acho que a Universidade só ganha quando há acréscimos, ou seja, transmissão de alta cultura sem acréscimos não adianta coisa nenhuma. A transmissão de alta cultura tem que se fazer por reflexão e acréscimos, acréscimos esses que só podem advir no campo da criatividade, das pesquisas e das investigações cada vez mais aprofundadas. Então, eu procurei seguir esse rumo, mas fui bastante fustigado pelos que estavam interessados exclusivamente nos problemas pessoais.

Havia uma luta pelo poder nesse memento e para quem assume um cargo, que não esperou, não esperava e pelo qual nunca trabalhou, apenas porque necessariamente chegou à sua mão, foi extremamente desagradável. Pessoas que estavam começando uma carreira, que não tinham provado coisa nenhuma em termos culturais, achavam que a carreira universitária deveria ser feita apenas porque a pessoa e "bom". A pessoa é "bom" porque adotou bons métodos e poderá um dia trabalhar bem nesses métodos. Eu acho que não. Acho que os métodos só podem ser considerados bons depois de testados e depois de experiências acumuladas divulgáveis, mas não por uma demagogia pessoal e por uma auto-avaliação que, a meu ver, nunca foi aceita por universidade nenhuma.

Foi esse tipo de coisa exatamente que fez com que as universidades do mundo inteiro, desde muito tempo, se armassem de um mecanismo para exigir comprovações das suas capacitações. Eu não sou de todo desfavorável a esse tipo de esforço a que nós chamamos de defesa de tese. Pode parecer um esforço medieval, mas e uma das formas de comprovar alguma coisa que de outra maneira dificilmente poderá ser feita. É uma comprovação pública em termos de uma iniciação terminal e, ao mesmo tempo, uma maneira de garantir a seriedade do trabalho e divulgar os métodos, as técnicas e a própria produção a que a pessoa se propôs.

Então, nesse período, eu vi com muita amargura esses cruzamentos entre os interesses pessoais e os de ideologia, entre movimentos de contestação e movimentos de exigências, de uma paridade de tal maneira impossível que, para alguns setores em “que a transmissão da alta cultura era uma prévia, se pensava em fazer o inverso: primeiro fomentar uma pesquisa sem bases para depois adquirir-se uma cultura.

Por outro lado, eu tenho um pouco de noção de bom senso em termos do problema do elitismo na Universidade. Se defendo a melhor seleção para o corpo de professores, coisa dificílima na Universidade brasileira, eu também sou obrigado a defender uma seleção em relação as possibilidades de formação de pessoal. Naquele momento a crítica ao elitismo chegava às raias do absurdo, de tal maneira que se pensava que o país inteiro devia entrar na universidade ou que pudesse estar era condições de ingressar numa universidade. Os movimentos começaram com o problema dá contestação em relação às vagas; depois partiram para o elitismo e depois para isso e para aquilo.

Quem tem um pouco de vivência sobre isso sabe que é muito utópico o não elitismo na formação cultural de um país em conjunto. As necessidades de divisão de trabalho, as diferenças de temperamentos individuais e a necessidade de assegurar o caminhamento global das estruturas implica em diferentes tipos de formação, de abordagens e de situações do indivíduo perante o corpo social e o corpo da força de trabalho do país.

Eu aprendi muito com algumas pequenas frases colhidas aqui e ali em relação a isso. Na França, certa ocasião, em Toulouse, numa pequena loja em que eu procurava obter um reparo qualquer para um defeito mecânico em um aparelho, alguém me disse: “Pois é, esse e um país de doutores. Para isso que o senhor está procurando conserto, não há quem conserte, porque aqui *tout le monde pretend être docteur ou choses comme ça*”.

Pensando com muita intensidade no assunto do elitismo, acho mesmo que, em relação a um país subdesenvolvido, nós não teremos força para fazer uma universidade que não tenha uma missão de criar, em primeiro lugar, novas forças

culturais de elite para agüentar com o processo de reformulação global. Não há como fazer a solução de desenvolvimento global do país. Eu considero que, entre as forças que vão remodelar efetivamente, está a força dos indivíduos que passarem pela Universidade em setores científicos, humanos, em ciências exatas e em tecnologias e que colocarem as suas cabeças em conjunto para melhorar as distâncias sociais e criar um outro quadro que ainda está muito distante.

Esse problema, essa situação dramática dos países subdesenvolvidos não será resolvida apenas pelo esforço de criar grandes demagogias em torno da não elitização da Universidade. Não é esse o caminho, a meu ver, no momento. Acho muito mais sério que, no cinturão de subdesenvolvimento de cidades do tamanho de São Paulo, possa se caminhar por quilômetros e quilômetros sem se encontrar uma banca de jornal. Mais grave ainda é que esse vazio está sendo preenchido por programas culturais de televisão que representam uma anticultura.

Então, a essa acusação de que a gente aceita o elitismo na Universidade, eu oporia o problema de que não será através da Universidade diretamente que, a curto prazo, nós vamos resolver o quadro de anticultura e de desinformação da grande massa subdesenvolvida que habita os subúrbios-dormitórios e os bairros-dormitórios das grandes áreas metropolitanas. O problema é mais sério do que simples chavões.

Por falar em chavões, em 68 o que mais me irritou do ponto de vista dos que faziam a revolução de contestação que é simpaticíssima, por que é muito mais simpático desfraldar uma bandeira de contestação para eliminar os defeitos de estrutura do que ficar numa posição cômoda de um observador. Mas, os que o faziam usaram muito os chavões. Chavões de um simplismo e de uma impotência real de intervenção que me deixa duvidas sobre a sinceridade de todos os grupos num objetivo comum. Eram chavões nitidamente partidários às vezes e mecanicistas, que só pediam instigar conflitos e provocar, nos que não estavam preparados para aceitar dialogo, uma reação em contrário, ou seja, a repressão, a cassação.

Eu me lembro que, em algumas reuniões aqui havidas entre alunos, eles mantiveram comigo um tratamento extremamente respeitoso. Apesar de eu estar num cargo de direção e apesar.de eu não ser um homem de chavões, eles me convidaram, como

diretor de Departamento, para lhes falar sobre algumas conjunturas. A única coisa que eu pude lhes dizer no meio de muitas outras considerações, numa reunião que houve nesse anfiteatro que vocês acabaram de conhecer, foi a seguinte: “A política de alguns dos revolucionários entre aspas que visa o “quanto pior, melhor”, ou seja, quanto pior a situação, melhores as possibilidades de ganhar um tipo de vitória sobre uma conjuntura; essa política é extremamente asquerosa. O problema não é “o quanto pior, melhor” em termos daquilo que nosso país necessita, mas é o de quanto mais idéias para resolver problemas e defeitos estruturais, melhor”. Essa foi a tecla com a qual felizmente eu me casei e permaneci dentro dela durante o tempo todo. Devo dizer que fui um pouco caso isolado, porque muita gente adotou com facilidade os chavões. Eu penso que a isso e que se deve a repressão mais violenta havida naquele momento.

Um outro episódio que eu gostaria de contar a vocês é o seguinte: havia muito oportunismo da parte de alguns para receber as simpatias dessa força de contestação do movimento de 68. Numa ocasião, passando por uma reunião de alunos no grêmio, eu vi dois professores da casa, atendidos como elementos de proa dos movimentos de contestação, e uma série de alunos representando as elites de contestação. Um deles quando me viu me perguntou se eu não queria participar da reunião. Eu tive o maior prazer, sentei-me ao lado e ouvi todas as considerações.

Os absurdos que ouvi eram tão grandes que não me permitiram levar muito a sério esse tipo de trabalho de contestação crítica. Foram ditas coisas como essas a um professor, a mim por exemplo, “O senhor, que está para entrar nessa Universidade e pelo que sei gosta ria de fazer um trabalho renovador (Eu ainda não tinha feito nada), que tipo de colaboração em termos de grupo de pressão que nós poderíamos lhe dar?” e coisas similares. Acho doloroso que alunos de universidades, esclarecidos, pensem nesses termos.

Havia uma discriminação: a contestação era simpática a tais grupos, antipática a tais grupos e acusadora para outros grupos. Então, eu me situava no campo dos antipáticos para a época, para a crise. Eu disse ao rapaz que dirigia a sessão do ponto de vista dos alunos: “É uma tristeza que vocês, com a força e capacidade intelectual potencial que têm, não se dediquem também um pouquinho à formação especializada

dentro do campo que vocês escolheram. Você, por exemplo, poderia ser um dos melhores geógrafos desse país e no entanto está preocupado apenas em distribuir chavões". Foi com essa coragem que eu abalei um pouco os ânimos de alguns.

Essas coisas no momento parecem antipáticas, mas vou revelar uma coisa a vocês muito séria. Quando de um inquérito policial-militar que afetou esse nosso Departamento de Geografia e História, dois Departamentos da Faculdade tidos como subversivos por razões ligadas a essa crise de contestação em 68, essa maneira pela qual eu falei a esse moço extravasou para as autoridades militares. Quando eu fui ouvido, fiz uma descrição de bom senso de todas as coisas que tinham ocorrido, procurando separar as intrigas de Universidade da propalada subversão. Procurei separar os fatos de mau relacionamento de professores entre si dos reflexos ditos de subversão que eram tidos como predominantes. Na hora que eu disse: "pois é, esse cidadão, a meu ver, poderia ser um dos melhores geógrafos desse país", curiosamente o cidadão que estava me inquirindo abriu um ponto do processo e mostrou: "isso que o senhor acaba de revelar aqui já foi repetido por alguém em um outro depoimento." O que mostra como eles cruzavam os depoimentos.

Devo dizer a vocês que nesse meu depoimento, que muito me honra, honra a minha vida e quero que seja resguardado para meus filhos, eu tive que pôr as coisas em ordem em muitos setores de mau entendimento para aqueles que, saindo de casernas e não entendendo a vida da Universidade, imaginavam que aqui era d caos total em todos os momentos. As coisas que me foram ditas ou perguntadas revelavam um total desconhecimento de que a Universidade é o país das controvérsias e dos conflitos de idéias, sem o que ela não pode colaborar em nada para provocar efervescência de criatividade. Havia, uma ruptura total entre o que eles imaginavam que devesse ser a Universidade, organizadinha na moda hierárquica da estrutura militar, e o que é realmente a Universidade em todo o mundo. Uma área livre de diálogo e de contatos culturais independentemente das posições pessoais e ideológicas.

Surpreendentemente, em 68, quando foram feitas as primeiras cassações de professores na Universidade de São Paulo, a primeira lista era seletiva e os maiores nomes, os mais representativos da cultura universitária paulista, estavam no rol. Isso

me deixou profundamente entristecido, porque era uma forma de transformar um grupo inteiro de pessoas do mais alto nível, em termos de criatividade e de pesquisa, em mortos cívicos. E foi o que ocorreu. Nós criamos frustrações imensas que custosamente serão absorvidas pela cultura brasileira nesses últimos vinte anos, nesse fim de século.

Falava-se depois no segundo grupo de cassados. No segundo grupo deveria constar nomes dos que, tendo menos projeção do que os primeiros em termos nacionais e internacionais, também deveriam ser cassados. Surpreendentemente para mim, que era um homem de uma posição apolítica, constava o meu nome e o nome do professor Pascoalle Petrônio dentro do grupo da Geografia. Agora, vejam vocês como são as coisas. Eu não fui chamado a depor e nem o professor Pascoalle, nós, que éramos apontados como os próximos.

Quando o inquérito já estava na sua fase final e já tinha apurado muitas coisas, inclusive muitas manchas injustas ficaram em relação a algumas pessoas, eu fui chamado. Procuraram-me em casa para ser o próximo a depor. Eu estava numa excursão na Bahia e, quando voltei, me apresentei voluntariamente para depor. Aí eu vi a imensidade da perspectiva armada pela mistura entre problemas domésticos da Universidade, rivalidades, processos competitivos de carreira, cera os processos aparentemente de uma subversão organizada.

Uma coisa que eu gosto de lembrar como um fato circunstancial: o cidadão a quem eu me apresentei e que deveria naquele dia fazer o inquérito, tinha sido meu colega de grupo escolar me Caçapava. Quando eu entrei ele disse: “me conhece?” Eu disse: “Não.” Eu não podia me lembrar, já em vida de adulto, da fisionomia do colega. Ele se deu a conhecer e, recordadas nossas coisas comuns, eu partir para o meu depoimento. Esse depoimento foi possível, no nível de liberdade e distensão em que ele foi feito, exclusivamente por um fato circunstancial.

Eu pude dizer tudo aquilo que tinha a dizer e desalinhavar uma laçada das relações diferentes, porque se tratava de um colega de grupo escolar que me conhecia desde menino, conhecia a minha família, o meu comportamento na vida de menino e de adolescente, e que deu um crédito de confiança muito grande para que eu pudesse

falar tudo. É pena que não sei se ficou gravado, a gente não sabe se essas coisas são gravadas. Pena que eu não tenha o depoimento em mãos, sobretudo, para mostrar a vocês como eles, num momento de crise e estando em posições muito diversas de hierarquia e de sistema de atividades, não podem entender o outro campo, que é o campo das liberdades estouradas e da efervescência das idéias.

(Final da Fita 2 – B)

M.B. – Nós gostaríamos de colocar algumas questões mais específicas. O senhor se referiu a uma diferença de metodologia, vamos dizer assim, entre o que seria a abordagem francesa e a americana. Dava para o senhor precisar que diferença é essa? Onde é que o senhor sentiu essa diferença? Onde é que ela se localiza?

AAS. – A escola francesa estava um pouco mais amarrada à alemã em Geomorfologia, mas depois seguiu um caminho mais próprio. Nos primeiros tempos, as diferenças básicas entre a escola francesa e a americana situavam-se no campo de teorias abrangentes. Os americanos muito cedo procuraram uma teoria generalizante para resolver todos os problemas da Geomorfologia, antes mesmo de conhecer todas as paisagens do mundo. Então, há a introdução de uma teoria, no campo da Geomorfologia, chamada “Teoria do Ciclo Vital dos Relevos”, que veio complicar a possibilidade de permanência dos postulados iniciais. Através dessa teoria se procurou, logo de início, quase que de saída, resolver todos os problemas de todas as paisagens do mundo.

Em síntese, eu diria a Vocês que houve um geomorgologista nos Estados Unidos, de boa formação geológica e climatológica também – mas em separado, não é integrado –, professor William Morris Davis, que pretendeu estabelecer um sistema de evolução dos relevos válido para qualquer área do mundo. Ele imaginou aquela “Teoria do Ciclo Vital dos Relevos”, ou seja, todo relevo passaria por um período de uma certa conjuntura a que ele chamou de juventude; depois a maturidade, que seria representada por outras feições, e depois a senilidade. A mola principal, o processo mecânico principal dessa evolução seriam os rios.

Ele entendia que o rio, era face de um conjunto qualquer, quando estivesse em fase de entalhamento do conjunto, quer dizer, os vales criando aprofundamento numa área

porque a região se levantou ou porque o mar baixou de nível, estaria na juventude. Seria um período marcado por forte encaixamento geral dos vales; presença de uma paisagem herdada, relativamente plana, entre os vales; ausência de planícies; muito trabalho erosivo predominando sobre o trabalho de sedimentação, enfim, um quadro em que o rio estaria numa atividade plena, que seria o marcante da juventude. Isso seria válido para qualquer área do mundo e, até certo ponto, não ficava bem claro para que tipo de estrutura.

Essa maneira de encarar o rio como a mola de todos os processos não pode ser aceita de modo nenhum, porque existem rios em regiões úmidas, subúmidas, temperadas úmidas, semi-áridas moderadas, e as paisagens não são de maneira nenhuma relacionadas com o rio, mas sim com a conjuntura climática, ecológica, meteorológica e hidrológica geral, e não hidrológica apenas através dos cursos d’água. Davis,que era um herdeiro do racionalismo, mas do simplismo também, dos professores de Geografia americanos, pretendeu fazer disso um corpo de idéias.

Ele dizia que, a medida que os vales se abriam – e não explicava como –, os interfluvios originais eram reduzidos e dissecados a tal ponto que a região ficava extremamente acidentada. A este grau de acidentamento geral, independentemente de uma cobertura vegetal, de um tipo de solo ou de outras coisas mais, ele chamava maturidade. No dia em que o rio paralisasse um pouco o seu processo de encaixamento e a região fosse reduzida a um plano, o conjunto seria senil.

Imaginem vocês se uma região altamente dissecada, que e o máximo de movimentação de forma, de relevo, pudesse passar, através do rio, diretamente a um plano. O rio não tem capacidade de atuação em níveis mais altos do que o seu talvegue e a sua planície. Então, essa imagem de que se passaria de uma coisa extremamente dissecada a um plano praticamente envolve toda a história do relevo e torna inútil o caráter de teoria abrangente, porque só os processos da degradação climática, de modificações, de mudanças de marcha dos processos erosivos sobre aquele conjunto é que poderá reduzir o que está entre os rios. O rio não tem poderio de ataque direto sobre interfluvios e sobre vertentes.

Nos primeiros tempos, por influência dos norte-americanos, apesar de ter apreendido muitas coisas essenciais de Geologia, de Geologia Estrutural etc., em termos de teoria, essa teoria era um bem passo em falso e custou muito, sobretudo para quem estava longe dos grandes centros culturais da Europa, poder fazer uma crítica direta a essa imagem muito agradável e didática da “Teoria do Ciclo do Relevo”, para depois recolocar as idéias num nível melhor. É por isso que eu digo que houve conflitos.

Eu só vim a ter um corpo de idéias suficiente para combater esse defeito de origem na minha formação a partir do famoso Congresso Internacional de Geografia de 1956, quando as teorias novas sobre as influências climáticas no modelado já estavam definitivamente implantadas e possibilitaram uma revisão rápida desses defeitos de nascença da Geomorfologia. Devo dizer a vocês, para meu susto, esses defeitos prosseguem nos Estados Unidos até hoje.

Existem grupos em conflito nos Estados Unidos procurando recolocar as coisas nos devidos termos. Para recolocar e não destruir a imagem dessa teoria, que foi muito bem aceita por, mais de meio século nos Estados Unidos, eles fazem hoje uma Geomorfologia quantitativa que visa corrigir o conhecimento dos processos sem derruir totalmente a teoria abrangente. Isso é muito ao estilo do americano. No ensino de Geologia aqui no Brasil, até pouco tempo, essas idéias eram residuais e defendidas intransigentemente pelos elementos vindos da área norte-americana de Geociência.

M.B. – Se entendi bem, o senhor diria que o seu trabalho poderia ser uma combinação de uma teoria de origem...

AAS. – Depois de ter absorvido a crítica que invalidava esse caráter generalizante, eu passei então a me filiar ao grupo que aceita os condicionamentos morfoclimáticos para a explicação dos diferentes grandes conjuntos de paisagens. Em função da zonação climática do mundo e das implicações dessa zonação climática em termos de solos, coberturas vegetais e de hidrologia, cada faixa zonal, tem uma assembléia de formas de relevo que evolui dentro de um mecanismo a ser estudado para cada caso. Não pode ser abrangente e relacionado com mudanças sofridas por essa mesma área em termos de clima durante um certo espaço de tempo. Essas áreas não tiveram sempre o

mesmo clima. Durante o quaternário, ora foram mais secas, ora mais úmidas, ora áreas que estão numa posição tiveram a posição paisagística de outra área etc.

Então, me filiei às Escolas Morfoclimáticas, ou seja, àquelas escolas que aceitam, como mecanismo principal do modelado, o conjunto dos processos climáticos capazes de implicar em processos erosivos e processos de formação de solo, de coberturas vegetais, integrados o suficiente para dar uma originalidade paisagística a um tipo de área. Agora, depois disso vem o problema de escala: tem as paisagens zonais, depois tem as regiões naturais, depois tem domínios morfoclimáticos, que já são na escala de cada continente, depois regiões naturais no sub-regional de cada domínio e, por fim, tem feições menores, que são aquelas que participam do quadro integrado.

Hoje existe uma escola em Toulouse, liderada por Bertran, que fala, além de paisagens zonais, em domínios e regiões. Fala em Geosistemas, Geofaces e Geotrópicos, paralelizando um pouco as coisas com os conhecimentos, por exemplo, de ordem ecológica. O Geosistema foi criado, em termos geográficos físicos, para se paralelizar com o Ecossistema que não tem potencialidade para avaliar áreas, apenas caracteriza um fato local das relações entre o suporte geoecológico e as condições ambientais. O Geosistema procura verificar até onde essas áreas se estendem, quais os seus limites relativos, e inclui o homem como participante nas modificações. É à essa Escola que eu me filio.

Curiosamente, mesmo antes de me filiar a esse tipo de taxinomia nova para apreciar os fatos da natureza, do espaço e do suporte geoecológico, eu tinha desdobrado os níveis de tratamento da Ciência Geomorfológica em três subconjuntos, em três estratos. Para um bom estudo de Geomorfologia, em se considerando uma área que não fosse totalmente superada em termos de tratamento regional e em termos de bibliografia de pesquisa, em se considerando que o entendimento da área devesse ser iniciado do princípio, eu estabeleci três níveis.

Primeiro, o nível da compartimentação da topografia e da caracterização das formas tanto a nível quanto a nível morfométrico. O segundo nível seria o estudo da estrutura superficial da paisagem de cada um dos compartimentos existentes numa

área, em nível de uma espécie de geologia de superfície, entendendo a superposição de solos, as heranças de depósitos capazes de mostrar como foram os processos anteriores aos atuais etc. só que, em vez de ser um estudo do tipo de Geologia Estrutural que procura ver a estrutura geológica de uma região, nesse caso não, é a estrutura superficial do chão da paisagem ao longo de todos os compartimentos e formas existentes.

Para esse segundo nível de tratamento é preciso um treinamento geológico. É preciso observar barrancos, é preciso fazer pequenos cortes de dois, três, cinco, dez metros, no máximo, de profundidade em diversos pontos ao longo de uma cadeia de pontos de observação. Por isso mesmo é um método parecido com o que os pedólogos usam para caracterizar a catena do solo de uma área. Catena de solo quer dizer a sucessão de perfis do solo ao longo de uma topografia e numa mesma condição de suporte geológico. Precisa ter as mesmas rochas, senão a gente não pode perceber as variações na cadeia.

Esse estudo de estrutura superficial da paisagem, que por outros grupos tem sido denominado de “Estudo das Formações Superficiais”, mas eu penso que é melhor falar em termos de “Estrutura Superficial”, eu aplico a todos os compartimentos, sobretudo nas’áreas chaves. à passagem de um compartimento para outro muito-diferente tem mais documentos das variações climáticas regionais.

Em função desse segundo nível de tratamento, que é muito mais sério, muito mais difícil e possibilita muito mais conhecimento do passado recente, eu passei a fazer Paleoclimatologia Relativa. Nunca há uma Paleoclimatologia de detalhe, o que se perdeu de conhecimento sobre as condições atmosféricas do passado se perdeu para sempre, mas pelo menos há conhecimentos médios, pode-se saber se foi mais seco, se foi mais úmido, e quais as possíveis condições paleoecológicas da área durante a vigência de tais climas, de tais processos criadores e de tais tipos de depósitos.

Eu aplico o principio já conhecido desde há muito tempo, que foi introduzido na Geociência por Peck, que é o princípio dos depósitos correlativos. Veja que eu não sou revolucionário na metodologia, apenas ponho em ordem as etapas, o roteiro do trabalho, do mais simples para o mais complexo. Caracterizar a compartimentação de

uma topografia ou as formas de relevo, eu posso fazer à custa de uma carta topográfica, de fotografias aéreas e de dois ou três transéctos no campo representativos, passando de um planalto para uma depressão, caminhando para o fundo do vale, observando os terraços da planície e os diversos setores da planície etc. É fácil de fazer, mas isso é geométrico demais.

A partir disso passa-se então a estudar a estrutura superficial do chão de cada um dos compartimentos envolvidos no espaço natural. Eu só tenho uma dificuldade: é que nem sempre existe um número de pontos suficiente para podermos formar uma idéia do global. Além disso é difícil mapear, porque muita coisa está escondida. Como parto do princípio que a nenhum cientista cabe o direito de fazer o *strip tease* da paisagem para poder saber as diversas roupagens que ela possui, então acho muito relativo o produto final obtido, da pesquisa mas, ainda que relativo, essencial. Esse princípio é, como toda ciência, muito parcial, porque do que se vê através de alguns pontos de observação eu deduzo certos fatos, mas não posso conhecer areolarmente, integralmente, uma área.

Devo lembrar a vocês que esse meu princípio me possibilita também mais conhecimentos em áreas as vezes com forte degradação. Degradação urbana, por exemplo; muitos cortes, barrancos, escavações, porque essas áreas exibem mais a ossatura superficial da paisagem. Esse termo: “Estrutura Superficial da Paisagem” foi usado indiferentemente por muitos, apenas eu o coloco dentro do meu critério de níveis de tratamento. Alguns autores chamam isso de “Estudo da Epiderme da Paisagem”. Também acho muito bonito, mas não é tão sugestivo, talvez, quanto “Estrutura Superficial da Paisagem”.

Em termos de ensino há confusões, porque a gente vai explicar o que é “Estrutura Superficial da Paisagem” e o aluno está com estudos de Geologia que ele vê e procura generalizar sobre o mergulho regional das camadas, independentemente da paisagem que está sobre elas no memento. Faz abstração da paisagem para entender a estrutura. Eu ao contrário. Eu me fixo na compartimentação da paisagem sobre uma estrutura geológica para depois entender a sucessão de perfis da estrutura superficial da paisagem ao longo de todos os tipos de formação geológica.

O terceiro nível de tratamento é a Fisiologia da Paisagem. Esse me dá uma lição de modéstia, porque se eu posso trabalhar no estudo, na compleição da compartimentação e da estrutura superficial diretamente – qualquer pesquisador bom pode trabalhar –, já não tenho condições de dizer que um homem sozinho possa entender a Fisiologia da Paisagem. A Fisiologia da Paisagem em termos de Ecologia, por exemplo, seria equivalente a Ecofisiologia de uma área. A Fisiologia só pode ser entendida por um trabalho conjunto de climatologistas, hidrologistas, geógrafos, fitogeógrafos, botânicos, pedólogos, etc., porque a paisagem, na sua funcionalidade, é estimulada pelos ritmos das condições climáticas habituais e também pelas não habituais. É um campo em que a gente pode colaborar ou tentar formar uma idéia, mas que na realidade continua a ser muito mais parcial ainda do que os outros. há uma dependência total da colaboração de vários outros cientistas.

Uma coisa que me aproximou de arqueólogos, foi o segundo nível de tratamento. Muitos jazigos arqueológicos estão dentro da estrutura superficial da paisagem, que é a parte mais recente da elaboração das paisagens terrestres. Disso nasceu uma fértil colaboração, porque eu posso fiscalizar um pouco o tratamento dos arqueólogos e posso dizer a eles, às vezes, "coisas sobre o momento climático em que viveram tais grupos humanos; eu ou qualquer outro geomorfologista.

Esses estudos são muito bem desenvolvidos na África, em que cada jazimento, que em geral tem muito mais amplitude de tempo do que os nossos, pode ser situado dentro de uma paleopaisagem em face de um contexto climático diferente do atual. É isso que me aproxima um pouco dos arqueólogos e dos paleohistóriadores num país onde esses métodos ainda são muito pouco conhecidos. A colaboração que Antônio Teixeira Guerra, um geomorfologista do Rio, eu, aqui em São Paulo, e o professor João José Bigarelo, no Paraná, demos de inicio para integrar esses estudos sobre o sitio dos jazigos arqueológicos e a paisagem vigente no momento em que o grupo humano era habitante da área foi muito importante. Daí a minha aproximação com os arqueólogos. Na minha vida tive várias aproximações eventuais por causa do tipo do trabalho.

M.B. – A sua aproximação com o professor Vanzolini como foi?

AAS. – Esse eu reservei para o fim porque Vanzolini não foi meu colega de turma, fez outro tipo de formação, partiu de outra origem disciplinar, e no fim nós nos encontramos numa colaboração extremamente fértil baseada nesse tipo de conhecimento. O meu conhecimento pessoal com Vanzolini é mais recente do que o nosso conhecimento em termos de troca, de intercâmbio de idéias.

O Vanzolini uma ocasião leu um trabalho meu sobre o sítio urbano de São Paulo e achou que ali havia algumas coisas novas e uma abordagem mais sistemática, mais acadêmica e mais universitária do que os trabalhos habituais... Disso nasceu uma primeira possibilidade de aproximação, mas foi durante o primeiro simpósio dos cerrados, que nós, finalmente, nos encontramos e passamos a ter uma colaboração intelectual e científica muito agradável e muito fértil.

Devo dizer a vocês que o Vanzolini está filiado à Escola Norte-Americana de Ciências Naturais, ao melhor grupo de trabalhadores em Ciências Naturais, ao melhor grupo de trabalhadores em Ciências Naturais dos Estados Unidos, que é o grupo de Harvard. Dessa colaboração de uma pessoa muito empírica como fui eu e de um cientista de alto nível em Ciências Naturais como é o Vanzolini, surgiu a possibilidade de cruzar informações de interesse mútuo. Tem sido um longo trabalho que ainda está em processo. Na minha mesa, a toda a hora estou recebendo publicações dele para analisar, opinar e ele recebe as minhas. Eu faço uma publicação já com vistas a que ele prolongue o trabalho por outros setores colocando fatos da Biota sobre os fatos de natureza geomorfológica e fitogeográfica. Então é uma colaboração muito contínua e que muito me honra.

Gostaria, entretanto, depois de explicar a vocês esses três níveis de tratamento da Geomorfologia, de explicar um pouquinho o meu trabalho. Queria dizer a vocês que sou muito inseguro na apreciação da validade do meu trabalho em termos de unidades isoladas, mas sou muito seguro na apreciação do meu trabalho em termos da sua situação na conjuntura do tempo, das épocas cientificas dos últimos trinta anos.

Eu me iniciei por um desafio. Apesar do esforço do professor Haroldo, dos seus colegas e meu mesmo, para entender o conjunto do território brasileiro, o que nós

dispúnhamos, na década de quarenta, para entendimento do conjunto era zero. Mesmo selecionando observações as mais diversas, não dava para formar uma visualização global dessa metade de continente que é o Brasil, Então, eu dediquei todo o meu tempo, já na fase anterior a de amadurecimento como pesquisador, já na fase de transição de aluno para colaborador de uma Universidade, ao entendimento da compartimentação topográfica do Brasil em nível meso e macro.

Eu queria entender a compartimentação ao nível das regiões e como é que era o Nordeste no seu conjunto. Não existia trabalho específico sobre isso. Havia viagens ao longo de um roteiro que dava uma idéia razoável, mas misturava descrição com interpretação e lá se ia todo o trabalho. Os mapas eram insuficientes. A Cartografia continuava sendo uma Cartografia válida para a Região Sudeste do Brasil, para São Paulo em alguns setores. Cartografia herdada do tempo da Comissão Geográfica e Geológica, esforço de Derby e de outros que, em São Paulo, antes de começarem estudos geológicos sistemáticos, pensaram em fazer uma Cartografia de escola. Era aquela a minha única base. O restante era um vazio.

Essas grandes viagens que fiz no começo da minha vida, mesmo antes de estar na Universidade ou quase também no instante em que estava iniciando os primeiros passos num departamento de Universidade, tiveram o condão de me dar um aviso duplo: existe uma compartimentação desconhecida e existem formas que são válidas para cada domínio da natureza. Compartimentos similares podem ter formas diferentes conforme seja o domínio morfoclimático.

Eu estava falando a vocês dessa famosa viagem a Aragarças, na qual entrei em contato com o Brasil Central: chapadões revestidos por cerrados nos interflúvios e nas vertentes e cortados por florestas, galerias de vários tipos e várias amplitudes. Quando fiz a outra viagem, segunda tentativa na minha carreira de pesquisador, que foi para o Nordeste, muitos anos depois, usando da boa vontade e de um ciclo de trabalho que a Associação dos Geógrafos Brasileiros desenvolveu, por muitos anos, através de reuniões anuais em cidade médias e não em capitais, com pesquisas de campo durante o próprio decorrer das reuniões, eu pude conhecer o Nordeste e comecei a entender a compartimentação da Região Semi-árida brasileira, na qual trabalho até hoje com muita intensidade. Talvez seja a região que conheça melhor,

talvez mais do que São Paulo, a minha terra.

Então, durante o período que vai 1948 a aproximadamente 1955, com um repiquete posterior para tema de tese, mas aí apenas por questão de comodidade porque precisava fazer uma tese em pouco tempo, eu tratei de entender a compartimentação do território brasileiro, a nível meso e macro. O primeiro trabalho que apresentei sobre isso talvez merecesse um comentário em termos do seu título. Fiz um trabalhinho, em 1948, intitulado: "Regiões de Circundesnudação Pós Pré-Clássica no Planalto Brasileiro", publicado em 1949. Esse trabalho, na realidade, foi um pouco abrangente e dentro do setor de uma Geomorfologia Estrutural ligada aos conhecimentos disponíveis de Geologia Estrutural.

Associando coisas que eu pude obter em excursões e mais outras coisas de publicações de colegas que estavam começando a densificar o conhecimento geológico estrutural do país, como o professor Fernando Marques de Almeida e o professor Caster, eu pude avaliar como no derredor das bacias sedimentares soerguidas houve uma desnudação semicircular criadora de depressões periféricas um pouco por toda a parte nas margens das bacias. Não me contentando em mostrar essa desnudação a margem das bacias soerguidas, eu correlacionei o processo de formação dessas depressões à conjuntura global do mosaico de escudos e bacias, escudos que são os grandes setores de terrenos précambianos do Brasil e bacias que são áreas sedimentares alinhadas no dorso desses mesmos escudos.

Então, fiz um primeiro trabalho de entendimento generalizante dessa situação. Era um pouco cedo porque não conhecia todos os quadrantes, mas à medida em que os geólogos acrescentavam anotações nos mapas geológicos e relatórios novos, eu fui aperfeiçoando esse conhecimento. Quando saiu esse trabalho, ele foi muito mal recebido porque era uma coisa que não estava em jogo pensar nesse nível no momento. Uns achavam que eu estava começando por onde alguns outros estavam já muito longe e outros achavam que eu estava desenterrando termos da Geomorgologia européia, circundesnudação por exemplo, e que não tinham muita importância. Mas eu achava que era importante para a minha temática, que era o entendimento da compartimentação geral do país, e me fixei nisso.

Praticamente o único crítico por escrito desse trabalho fui eu próprio, mais tarde, utilizando o tema para fazer a minha tese de livre-docência, que se chamou: “Da Participação das Depressões Periféricas e Superfícies Aplainadas na Compartimentação do Planalto Brasileiro”. Note que, recebido oralmente com grandes críticas, nunca realmente recebeu uma crítica honesta e bem feita, porque isso exigiria um retrabalhamento de uma teoria e um embasamento de conhecimento geológico estrutural muito sério, que o pessoal não tinha. Era mais fácil pegar uma pequena área como São Paulo e entender o compartimento como tendo sido afundado por uma falha do que procurar observar o mecanismo do conjunto que efetuou a eliminação das camadas mais periféricas, menos compactadas e mais expostas aos processos erosivos do passado.

Esse foi o primeiro tipo de trabalho que desenvolvi na minha vida. O trabalho sobre o Sudoeste de Goiás foi essencial nisso,porque lá existe essa desnudação marginal. Os trabalhos de Fernando de Almeida, feitos com finalidades diferentes, também foram essenciais. O meu esforço de revisão de bibliografia, escarafunchando aqui e ali fatos que interessavam ao entendimento da compartimentação, também foi importante. A única crítica que recebi sobre esse trabalho foi de um americano, residente no México, que escreveu ao professor Haroldo dizendo o seguinte: “Recebi o primeiro número da revista *Boletim Paulista de Geografia* e achei o trabalho do Aziz Ab’Saber uma análise exaustiva sobre a gênese dos compartimentos planálticos”. Para mim foi o suficiente para estimular e prosseguir.

Devo dizer a vocês que o professor Haroldo foi de uma correção à altura do seu cavalheirismo. Apesar das controvérsias com que esse trabalho foi recebido na hora em que foi exposto numa reunião lá em Anápolis, lá longe, no Brasil Central, numa dessas reuniões da nossa Associação de Geógrafos Brasileiros, o professor Haroldo colocou o trabalho em primeira mão, no primeiro número do *Boletim Paulista de Geografia* que iria representar o grupo dos geógrafos paulistas por muitos anos em São Paulo. Ele podia, inclusive, dizer: “Você é muito moço, está começando com um trabalho altamente pretensioso, e eu tenho receio de publicar”, mas não. Ele publicou inclusive como resposta às críticas de algumas pessoas que não podiam aceitar, àquela época, um trabalho já cuidando de coisas que envolviam integração de muitos conhecimentos.

Terminado esse primeiro ciclo, que eu considero de entendimento da compartimentação, parti para conhecimentos sobre os domínios morfoclimáticos. O meu espanto das diferenças que havia entre a minha área habitual de conhecimento paisagístico, que era a região do Vale do Paraíba com seus morros arredondados, e os novos conhecimentos que obtive lá no Brasil Central, com a organização natural das paisagens dos cerrados, me permitiu avaliar que eram dois mundos.

Então eu já separei dois domínios. Um domínio seria o dos cerrados, que mais tarde eu descrevi. Terminologicamente seria o domínio de planaltos interiores, com cerrados e uma vegetação aparentada com as savanas nos interflúvios e nas vertentes e penetrada por frestas e galerias ao longo dos talvegues. O outro domínio seria o mar de morros, expressão que foi captada pelo Pierre de Fontaine, um dos geógrafos que veio fundar os cursos de Geografia em São Paulo. Ele falou que a paisagem dos morros às vezes era chamada como um mar de morros. Eu estendi para o domínio paisagístico inteiro.

Eu chamo toda essa fechada Atlântica do Brasil, que vem do Sul de Minas, região da mata mineira, até o litoral do Estado do Paraná, não entrando no Planalto Paranaense, e que segue pelo Estado do Rio, Nordeste de São Paulo, Espírito Santo e depois pela faixa pequenininha, relativamente restrita, da costa do litoral brasileiro até a zona da mata nordestina, eu chamo esse domínio de mar dos morros, com vários padrões diferenciados.

Com a ida ao Nordeste eu caracterizei o domínio semi-árido do Nordeste nos meus termos. Não como o domínio das Caatingas, que é o que todo mundo já sabe, ou como Polígono das Secas, mas eu caracterizei como um domínio de depressões interplanálticas secas. O meu maior espanto foi a imagem que me tinha sido dada de Nordeste e a imagem real que eu vi. Para mim o Nordeste era a terra de chapadas, era a terra da caatinga, mas não sabia onde estava a chapada e onde estava a caatinga. Para meu espanto, o Nordeste seco com caatingas é aquilo que está entre uma chapada e outra chapada; uma depressão colinosa baixa; entre uma chapada e um conjunto saliente do escudo; entre um pedaço de escudo saliente e uma serrinha que

consegue limitar climaticamente a região. Daí então, introduzi o domínio correspondente a essa Região Semi-árida e Região de Caatingas; usando paralelamente todos os nomes; Domínio das Caatingas, Domínio Semiárido e também Domínio das Depressões Interplanálticas Semiáridas Ecumenais e Intermitentes, com diferentes tipos de caatingas.

A partir desse conhecimento estavam caracterizados o Domínio do Cerrado, o Domínio das Caatingas e o Domínio do Mar de Morros. Eu parti então, para incorporar o outro polígono. Devo dizer que a expressão “Polígono das Secas”, que foi a primeira a identificar uma área em forma poligonal, e válida para todas as outras. Todas as áreas nucleares das paisagens brasileiras têm a forma de um polígono, in dependentemente das variações internas.

Introduzi, então, a quarta área que interessa ao Brasil Intertropical, que e Amazônica, e depois duas subáreas. Uma é o domínio dós planaltos de Araucária num sentido mais abrangente do que o que foi dado por Almeida para esse mesmo domínio. Ele estava mais interessado em ligar Araucária às terras roxas e aos basaltos parece. Eu introduzi um conjunto fisiográfico que extravasa a área dos basaltos e ao mesmo tempo o domínio das pradarias mistas dos terrenos do Sudoeste do Rio Grande do Sul, que depois entra pelo Uruguai a dentro e pela parte de Entre-Rios na Região fronteiriça com a Argentina, que depois pode ser caracterizada. Hoje eu sei, naquele tempo não sabia, que se estende pelos pampas úmidos sob uma forma mais pura, de tal maneira que os pampas úmidos representam o clima temperado, a ecologia de zona de pradaria temperada, e o Rio Grande do Sul representa uma pradaria mista com penetrações de galerias subtropicais.

Com isso fechei o conhecimento dos núcleos e passei a estudar as regiões entre os núcleos, o que talvez tenha sido a minha maior contribuição científica, caracterizando os tipos de combinações existentes nos interespaços entre as áreas nucleares vizinhas. Quando havia três áreas nucleares vizinhas envolvendo uma espécie de espaço triangular podia ocorrer combinações de três conjuntos de elementos e, inclusive, uma diferenciação local, uma espécie de tampão, que não era nem uma, nem outra, nem outra e que tinha uma expressão própria.

Aqui eu gostaria de deixar um depoimento que considero importante para mim. Sempre que fiz esse tipo de estudos, eu os usei permanentemente e progressivamente em minhas classes. Sempre distribui mais idéias do que recebi. Eu tive uma tal facilidade de expor essas coisas com relativa clareza e com aspectos não globalmente abrangentes, mas regionalmente abrangentes e generalizantes, que logo que eu acabava de falar a um grupo, aquilo passava a ser do domínio público, o que me custou muitas perdas de prioridades na vida.

Não querendo lembrar coisas de injustiças, mas uma delas posso lembrar com muita facilidade. Numa reunião da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no Nordeste, quando já dominava todos esses aspectos, eu detalhei problemas das interferências de processos devidos a mudanças de clima na área nordestina com muito pouca base. Ao mesmo tempo que detalhava um assunto difícil com muito pouca base, porque ainda eram reduzidíssimos os conhecimentos, inclui uma tipologia dos brejos nordestinos, aquelas paisagens de exceção ligadas a ilhas de climas diferentes. Então, no meio da explanação global, introduzi uma coisa que deveria ser uma comunicação científica. Menos de dois anos depois a minha tipologia de brejo estava na boca de todo mundo e, inclusive, de colegas que estavam na seção ouvindo a minha exposição, como sendo deles.

Só para vocês terem uma idéia de como é difícil ao professor dizer: “Eu vou associar o ensino à pesquisa, esquecer os manuais e passar a dar aulas baseadas exclusivamente nas minhas pesquisas”. Se a gen te não tiver aquele necessário cuidado de preservar a prioridade, o que é humano, esse tipo de trabalho equivale a um contínuo dar, um continuo distribuir de idéias. Num país onde as citações das coisas orais são muito mal feitas, sempre se perde. Eu, nesse sentido, fui muito injustiçado. Inclusive, uma vez reclamei e alguém disse: “É, mas não está escrito”. Para mim isso é extremamente desonesto. A pessoa estava presente, ouviu e falou. Não pode, não pode ter a coragem de... Mas, como nós não estamos em processo para chamar testemunhas e outras coisas, isso se perde mesmo.

Depois dessa fase de entendimento dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos e das formas de contacto, transição e combinação nas áreas situadas entre esses domínios, nas faixas anastomosadas altamente heterogêneas que envolvem e rodeiam

esses domínios, passei a me preocupar com os conhecimentos paleoclimáticos.

Senti logo que esses domínios, ao serem caracterizados, representavam a roupagem final da paisagem, aquela que está mais próxima de nos, aquela que estaria mais próxima dos primeiros povoadores. Era necessário, em cada uma delas, obter conhecimentos de campo sobre a estrutura superficial da paisagem que fossem testemunhas dos climas do passado dentro dessas mesmas áreas que hoje.

Aí então é que passei a ter uma colaboração muito grande com o Vanzolini, porque a ele interessava muito conhecer ao mesmo tempo o quadro atual, que seria um quadro aglutinado em forma de áreas nucleares, e as faixas dó passado que teriam tido outro tipo de organização.

Esse tipo de trabalho eu continuo fazendo até hoje. Devido a essa notável colaboração entre dois amigos e colegas, o Vanzolini se comporta como meu crítico, como meu orientador, e eu o oriento naquilo que posso para os efeitos dos seus trabalhos. Nesse sistema de colaboração ele acabou exigindo muito mais de mim. Eu trabalhava a nível brasileiro e ele sempre insistiu comigo para que eu extravasasse do nível brasileiro a serviço dos interesses dos naturalistas, que deveriam trabalhar a nível continental.

Nos últimos tempos eu fiz um esforço tremendo para refazer criticamente todo o trabalho anterior e estender para áreas sobre as quais não conheço profissionalmente todas as regiões. Aí devo dizer que corre por conta do meu caipirismo a falta de solicitação de verbas para pesquisa, razão pela qual, por princípio, todas as minhas, críticas ferozes às organizações e agências de fornecimento, de auxílio para pesquisa não têm razão nenhuma. Eu me queixo mas não tenho razão.

Eu me jacto de nunca ter sido auxiliado por ninguém nas minhas pesquisas. Eu trabalhei em cima de caminhão, usando o extravasado de meus minguados ordenados, durante mais de vinte anos e nunca recebi um auxílio voluntário de nenhuma organização de pesquisa deste país. Sobretudo do CNPq eu tenho uma magoa tremenda, porque eles poderiam ter me ajudado, acompanhado melhor o meu trabalho.

Por outro lado, depois que eu já tinha feito toda uma carreira, fiquei numa posição extremamente bloqueada em matéria de pedir auxílio financeiro para pesquisas. Quando alguém me exige muito, ainda assim faço uma formula qualquer de ordem pessoal para resolver o problema de ir à área ou ao campo, mas, em geral, não recorro as companhias porque tenho ódio de precisar prestar contas de um projeto específico. Não me acostumei com isso porque não nasci nessa fase. Não tive tempo para me acostumar a trabalhar sob projeto como a turma faz, mesmo porque continuo sendo um grande empírico na própria temática que adotei.

Então, a primeira fase foi entendimento da compartimentação; a segunda fase foi entendimento dos domínios macro paisagísticos, os macroecológicos, as transições e os contatos; a terceira foi o entendimento dos quadros paleogeográficos e paleoecológicos que estariam sobre isso. Nessa última fase, que vai coincidir com muitas outras coisas que faço ao mesmo tempo, estou estendendo esse tipo de estudo para o nível continental.

(Final da Fita 3 – A)

AAS. – Tive que fazer uma mudança de linguagem porque, de manhã, a gente estava distendido, falando de coisas mais ou menos pessoais, posições teóricas e posições políticas. Agora de tarde, estamos falando de uma coisa que já está feita, é diferente.

Devo dizer a vocês que a falta de auxílio para as pesquisas e problemas familiares sérios... Não sei até que ponto certas coisas de ordem pessoal e familiar devam ser ditas aqui, mas devo dizer que fiz uma primeira união na minha vida, da qual tenho duas filhas moças, e depois, muito mais tarde, devido a uma série de conjunturas que a ninguém é dado analisar, me desquitei e fiz uma segunda união da qual tenho três filhos pequenos. Eu tenho cinco filhos.

Dessas duas experiências de vida, que eu considero fundamentais pa ra um homem, resultaram sempre dificuldades em relação à sobrevivência da família. Então, nos primeiros tempos, o drama de trabalhar e pesquisar, retirando dos minguados

vencimentos de alguém que ainda não tinha uma carreira formada, foi um negócio que não posso narrar a vocês. Eu tinha entrado como jardineiro, passei a técnico de laboratório e fiquei até ser livre-docente como técnico de laboratório em tempo parcial.

Por causa das contingências da minha vida particular, eu não podia pleitear um tempo integral. Eu fazia o tempo integral em pesquisa, mas não fazia na Universidade. Para isso precisei trabalhar em escolas particulares. Fui um campeão do trabalho fora da Universidade. Vocês vão dizer: “Mas é um absurdo, porque aí você exagerou o processo de desempenho físico além do natural desempenho intelectual”. Mas eu fui obrigado porque, trabalhando em todas as unidades que eu trabalhava fora, pesquisando e dando uma pequena colaboração à Universidade – diminui com o tempo por causa de precisar trabalhar nos outros lugares –, eu não percebia o que percebia um assistente de carreira na Universidade.

Isso é outra mágoa que até hoje me faz ter uma atitude muito crítica contra a atuação das faculdades particulares. São faculdades organizadas comercialmente, sem preocupações culturais muito decisivas, sem bibliotecas, sem apoio de coleções seriadas, sem laboratório, num regime de deu a aula, até logo, até logo, e, além disso, num regime de pagamento por aula.

Eu sofri toda essa trança das faculdades particulares. Trabalhei na Faculdade de Filosofia **(?)**, uma espécie de presente de casamento que o Professor Haroldo me deu. Foi também um alto nível de reconhecimento pelo meu trabalho, porque ser professor na Faculdade de Filosofia **(?)**, onde estudavam as moças da melhor sociedade de São Paulo, era quase um presente, mesmo que se ganhasse pouco. Depois, em função do meu trabalho lá, sobretudo no campo da Geomorfologia – porque no campo da Geografia Regional eu não tinha condições de trabalhar bem por dificuldades bibliográficas de conhecimento de área –, fui trabalhar em Geografia do Brasil e Geomorfologia na PUC de São Paulo, também de triste memória em termos de falta de apoio.

A PUC era uma universidade mal engrenada e com um corpo docente muito ruim. Eu trabalhava porque precisava, e assim mesmo procurava desempenhar meu trabalho

no melhor nível possível, mas era difícil conseguir alguma coisa. Havia pouco apoio dentro da estrutura e, entre os colegas, um ambiente muito desagradável. Um ambiente que inclusive foi muito perigoso para a continuidade da minha formação de cidadão de origem católica. Passei a entender que os homens, com batina ou sem batina, são sempre homens e tenho uma memória desagradável daquelas noites. Hoje, quando vejo a Igreja Católica em posição de liderança e mudancista, ainda acho que assim mesmo é muito relativo pelo que eu pude acumular de experiência daquele contato. A prova disso é que na hora de apoiar ou desapoiar o divórcio eles foram rigidamente antidivorcistas o que me dá uma impressão de uma incoerência filiada a um tradicionalismo fora de época.

Trabalhei em duas outras cidades. Iniciei, junto com alguns colegas aqui do Departamento, a Faculdade de Filosofia de Sorocaba. Sorocaba era uma cidade que vivia do seu passado: casarões, um comércio local, uma industrialização crescente, mas não tinha nível cultural nenhum. Tinha um clube e uma biblioteca onde um cidadão conhecia os títulos dos livros. No dia que ele desaparecesse não haveria mais biblioteca. Com muita dificuldade perante um ambiente cultural mui to tacanho, nós conseguimos fazer uma obra boa lá, embora o número de alunos e o grau de formação cultural dos alunos que procuravam a Faculdade fosse muito ruim.

Outro lugar em que tive de trabalhar também, por causa de estar dando colaboração à Faculdade de Filosofia **(?)** e à PUC, foi a Universidade de Campinas. Aí também pude desempenhar um papel grande, remodelando, mudando muita coisa. Realmente, instalei um Departamento, Tive a colaboração da bibliotecária. Os livros importantes que a Universidade recebia eram guardados num porão porque não havia clientes.

M.B. – Em que época foi isso?

AAS. – Isso é fácil vocês verem depois aqui no meu currículo, mas foi entre 1954 até mais ou menos a minha ida para Porto Alegre. Bom, isso foi se tornando crítico na minha vida. Trabalhar em três ou quatro lugares; um dia por semana em Campinas, um dia em Sorocaba, fazendo ensino, organizando Departamento, movimentando-me para ver se melhorava a estrutura, sobretudo em biblioteca, e fazendo excursões com os alunos.

Devo dizer que, por quinze anos sucessivos e praticamente ininterruptos, fui uma espécie de orientador assíduo do aluno. Coisa que não posso fazer, não pude fazer nos outros quinze anos. Eu inaugurei uma época em que os alunos permanentemente tinham contato com o professor, no escritório, na aula ou no campo. Hoje isso já é muito distante. O desgaste que eu tive com esse trabalho em vários lugares, atendendo vários grupos de alunos nesse nível, não dá para contar.

Isso me valeu uma porção de problemas, entre eles um problema de coluna sério e depois um problema cardíaco que quase me leva. Felizmente, depois foi re-analisado. Acredito que não é só a re-análise, eu mesmo tive força para reagir como já tinha reagido em outros tipos de crise.

Tudo isso é para contar a vocês que num certo momento, com dificuldades financeiras, pagando as minhas próprias pesquisas à custa desses resíduos de ordenados – todos eles não formando o ordenado de um assistente – e na Universidade ganhando como Técnico de Laboratório, recebi um convite do Rio Grande do Sul para ser um dos professores colaboradores na Escola de Geologia então formada lá.

Fui membro da CAGE – Campanha de Formação de Geólogos no Brasil –, que era liderada por pessoas de alto nível do Rio: professor Sílvio Fróes de Abreu, o Othon Leonardos, o Avelino Inácio de Oliveira e um dos irmãos mineiros que tiveram um desempenho muito grande no Ministério. Um deles esteve relacionado com o problema político na época do Getúlio, fim do governo do Getúlio, eu não me lembro bem, mas ele deu apoio. Era o coordenador gerencial da CAGE. Como era o nome do mandatário do crime da rua Toneleros? Não lembro disso não? Esse era o político. Jurandir Lott era o último elemento.

Eu não tive a sorte de poder, trabalhar com a minha Geomorfologia no Curso de Geologia da Faculdade de Filosofia, então fundado sob a liderança de Viktor Leinz e de Reinaldo Saldanha, por razões de ordem interna, hierárquicas. O professor de Geografia Física era o professor João Dias. Então, eles não podiam, pelo menos nesse setor externo ao Departamento, contratar alguém que não fosse catedrático.

Eu tinha condições de trabalhar, tinha me preparado para isso, então aceitei ir para Porto Alegre a convite do professor Irajá Damiani Pinto e com todo o respaldo desse grupo da CAGE, que já me conheciam pelos trabalhos etc. Ao mesmo tempo, havia um grupo lá da Faculdade de Filosofia, do Departamento de Geografia, que tinha assistido um curso meu de férias, dado em Porto Alegre, e que gostaria que eu voltasse para trabalhar também na Faculdade de Filosofia. Eu não tive dúvidas, larguei todos os meus lugares, que só me davam trabalho e pouquíssimo rendimento; pedi uma licença não remunerada na Universidade, onde ganhava miseravelmente; fui um dois anos ao Rio Grande do Sul, sem ordenado, numa missão autorizada pelo governo do Estado, e lá trabalhei dois anos.

Foi um divórcio a atuar em muitas coisas da minha vida e que considero uma experiência formidável. Formidável não só pelo lado positivo, mas também por coisas negativas que ali se sucederam. Em primeiro lugar, essa GAGE se apoiava na campanha do governo centrada no Ministério da Educação e num auxílio extra do Ponto Quatro da USAID. Era a época da atuação máxima da USAID. Havia uma missão de geólogos norte-americanos, jovens liberados de atividades de após-guerra, que estava colaborando com a Escola de Geologia.

O meu contato com esse grupo foi dramático, porque eu já tinha uma formação bastante grande através da Geografia e os norte-americanos queriam um professor de Geomorfologia filiado à Geologia. Nos Estados Unidos, em função das próprias fragilidades do pensamento geomorfológico do grupo Davisiano, eles conheciam a Geomorfologia como um auxiliar do campo da Geologia para poder entender um pouquinho fatos de relações entre uma estrutura e um acidente de relevo, coisas desse tipo, e não como uma ciência um pouco mais abrangente que quisesse por si só representar uma certa síntese do quadro global.

Os conflitos foram inumeráveis, sobretudo porque cheguei lá conhecendo o Brasil inteiro, podendo dar exemplificação brasileira, e eles tinham vindo dos Estados Unidos, sem conhecer o Brasil, para dar aulas e Geologia usando do espaço geográfico do Rio Grande do Sul para fazer suas pesquisas com uma certa racionalidade, porém tendo muito pouco embasamento teórico e muito pouco

conhecimento global de Brasil. Então, imaginem um professor colaborador em face ao professor titular americano, por convênio internacional, quantos conflitos não devem ter ocorrido.

Por outro lado, o americano é tremendamente imperialista quando trabalha para o governo americano numa missão. Então, comportavam-se como uma missão salvadora através de trabalho que estavam fazendo. Na realidade, o trabalho era, evidentemente, eivado de erros, porque não era possível alguém chegar numa região, sem conhecer um país, e imediatamente colaborar numa missão universitária. Alguns nem eram professores universitários. Isso era o pior.

Foi um período muito ruim, em que as traduções dos termos geológicos eram feitas em cima dos manuais. Eu tive uma impressão horrorosa. Mandaram comprar para a biblioteca vinte manuais de texto iguais aqueles que eles estudaram no tempo da sua formação. Eles diziam aos alunos, depois de dar uma aula muito raquítica, “Vocês vão estudar essa lição da pagina três à pagina cinqüenta e sete”. Para mim, que estava “noutra”, este tratamento foi horroroso. As traduções de termos que já estavam arraizados no português técnico do Brasil, traduções absurdas de termos específicos, eu as conhecia, então “aquela” crise.

Sempre tive uma certa capacidade de transformar alguma coisa negativa num fato positivo para mira, para minha formação ou para a minha produção, então aproveitei, no Rio Grande do Sul, para aprender técnicas de fotogeologia, e nisso eles eram muito bons. Durante a guerra os americanos progrediram muito nas técnicas de interpretação de fotografias aéreas. Eu, que nunca fiz estudos e estágios no exterior, fui obter isso no Rio Grande do Sul, muito modestamente. Depois estendi e melhorei aquilo, adaptando mais especificamente à Geomorfologia. As técnicas de foto-interpretação geológica deles eram rigidamente destinadas a fazer mapeamento geológico. Eu usei para interpretações geomorfológicas e depois para planejamento etc.

Esse foi um campo de técnicas, mais do que de métodos, que eu trouxe para São Paulo quando voltei, dois anos depois, e serviu para instalar uma série de laboratórios como esse que vocês estão vendo. Esse no momento está desativado, mas existe um

de aéro-foto-interpretação que eu fundei e chamei de Laboratório de Aéro-Foto-Geografia.

Quando o professor Haroldo fundou o Instituto de Geografia, eu insisti e batalhei pela estrutura laboratorial. Então, foi fundada uma série de laboratórios, liderados por várias pessoas adaptadas aqueles laboratórios, e um deles, o mais inovador, foi chamado de Laboratório de Aerofotogeografia, destinado a atender aos estudantes de especialização, a alguns grupos de estagiários e às pessoas eventualmente interessadas no campo das técnicas da foto-interpretação geomorfológica e geográfica. Infelizmente, ficou um pouco exageradamente interpretação geomorfológica porque os especialistas que faziam o treinamento eram mais geomorfologistas, e até hoje são, e por deficiência dos outros em não colaborar.

Foi fundado também um laboratório de Pedologia e Sedimentologia que, imediatamente depois da sua instalação, entreguei a um pedólogo de formação, um agrônomo, o professor José Pereira de Queiroz Neto, que, chegou a São Paulo mais ou menos por volta de 67, 68, vindo de Campinas. Ele ficou sendo instrutor na área de Campinas, depois de ter sido formado em Piracicaba. Mais tarde, com o aumento das minhas atividades administrativas, entreguei à Dona Olga Cruz, que é uma especialista, o Laboratório de Aerofotogeografia.

O Laboratório de Cartografia do Instituto de Geografia, que foi formado por outro grupo, foi instalado pelo professor André Dubois, um velho professor de Cartografia. Ele já tinha sido professor em vários lugares na França, Aposentou-se na Sorbonne e aceitou vir trabalhar no Brasil para instalar esse laboratório. Com recursos do CNPq, na FAPESP e do próprio Instituto, instalou-se um laboratório razoável, com máquina mecanográfica e todas as instalações mínimas necessárias para fazer uma Cartografia Temática e Geográfica.

Mais tarde desdobrei os Laboratórios, um para Geografia...

O primeiro laboratório do Instituto de Geografia, antes de eu dirigi-lo, foi o de Geografia Econômica que continuou a trabalhar e depois paralisou um pouco. Agora está em fase de dormência, mas poderá ser reativado. Isso não depende de mim,

depende da colaboração de outros. Mais tarde eu desdobrei os laboratórios.

Agora, o grande problema dessa fase posterior à minha atividade em Porto Alegre na Faculdade de Filosofia e na Escola de Geologia foi que, ao regressar a São Paulo, encontrei algumas mudanças pequenas e alguns desvios de objetivos que dificultaram meu relacionamento com o grupo que eu havia deixado. Tinha melhor quando parti.

M.B. – No mesmo cargo de Técnico de Laboratório?

AAS. – No mesmo cargo de Técnico de Laboratório, apenas pleiteei o tempo integral.

M.B. – O senhor nessa época ainda era da Geologia ou já era da Geografia?

AAS. – A minha passagem da Geologia para a Geografia esteve ligada à saída do professor Caster com o término do seu contrato. Aquela posição que eu tinha de quase um professor sênior tornou-se incômoda para outros participantes do Departamento que sabiam que o meu titulo a li era primário, Técnico de Laboratório. Eu era um licenciado de Geografia e História, fiz valer minha posição e em absoluto concordei em ser reduzido a verdadeiramente um técnico.

Tive alguns problemas pessoais sérios, sobretudo, com o professor Rui Osório de Freitas, que era um geólogo razoável, mas com um temperamento horrível, amargurou a sua própria vida mais do que a minha, e com esse desentendimento eu me aproximei da Geografia. Aí o professor João Dias, que nunca tinha reparado em mim, mas que já estava acompanhando o meu trabalho, me aceitou. Inclusive, nós não tínhamos boas relações, mas ele foi de um cavalheirismo muito grande e passei, com o mesmo cargo, para o Departamento de Geografia.

Curiosamente, desde o início, trabalhei mais com o professor Haroldo do que com o professor João Dias, por uma série de razões. Devo dizer a vocês que fiz a minha inscrição para a tese de doutorado com o professor João Dias. Escolhi uma área adequada às minhas possibilidades porque sabia que tinha que contar comigo mesmo só e só. Escolhi o sítio urbano de São Paulo. Minhas excursões eram de bonde. Ia até

o término do bonde, andava quilômetros em torno da área e voltava no mesmo bonde, Quando estava aborrecido fazia isso com mais intensidade.

O professor Haroldo me propiciou comprar as primeiras coisas necessárias para fazer uma pesquisa. Foi fiador de uma maquina fotográfica, a primeira e única fiança que tive na vida. Comprei a máquina fotográfica e aí não precisava mais desenhar. Fiz o trabalho de doutorado lentamente, Quando houve o Congresso Internacional de Geografia, já estava com o trabalho pronto. Defendi logo depois, mas senti que mesmo o meu trabalho poderia ter sido muito melhor se eu tivesse tido um contato maior com os pesquisadores estrangeiros na minha área.

O professor João Dias estava fora. Tinha ido fundar uma Faculdade em Santa Catarina, a atual Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Quando ele regressou, não gostou muito que eu tivesse terminado a tese sem a sua orientação. Eu me inscrevi com ele, trabalhei sozinho, fiz a tese inteirinha, e depois quase corri o risco de não poder defendê-la porque o catedrático era decisivo no seu parecer. Ele podia aceitar de dez pessoas que fizessem sem a sua orientação e um dia chegassem com o trabalho e apresentassem a ele, mas podia também não aceitar. Era discriminatório.

O professor Haroldo foi de uma correção total. Quando terminei de escrever a tese, mostrei a ele que era o único que estava aqui naquele momento. O professor João estava fora. O professor Haroldo, inclusive, deu umas sugestões para alterar o título e a estrutura. Quando o professor João voltou e não quis se responsabilizar pela tese, o professor Haroldo pediu em Congregação que fosse transposta a autorização. Aí eu defendi a tese sob a condição de que o professor João Dias fosse meu examinador.

Na banca, para minha honra e meu prazer, estavam o ex-orientador; o novo orientador; o professor Francisco Uerlan, que nesse tempo estava desenvolvendo um trabalho muito bonito no Conselho Nacional de Geografia e na Faculdade de Filosofia do Rio, tendo um papel muito grande na instalação dos estudos e pesquisas de Geomorfologia na área do Rio de Janeiro; o José Veríssimo da Costa Pereira e o professor Ari França. Então, vejam vocês que tivemos até dificuldades para passar uma tese porque foi feita inteiramente em caráter pessoal.

Eu tive realmente uma carreira difícil. Às vezes me lembro de uma frase... Um dia eu fui fazer exame médico para entrar no Serviço Público e o médico psiquiatra, que em geral fazia duas ou três perguntas quando via que o indivíduo não era imbecil, perguntou-me: “Com esse nome que o senhor tem, Aziz Nacib Ab’Saber, altamente árabe, o senhor não tem tido alguma dificuldade de vencer numa terra em que há uma certa tradição de família?” E era muito mais arraigada naquele tempo do que é hoje. Hoje São Paulo é uma cidade popular, a meu ver, e não existe mais a São Paulo tradicional funcionante.

Agora São Paulo é uma cidade diversificada, muito mais liberal e democrática, mas no passado essas coisas tinham uma certa importância. Quando a gente era citado – não eu só, mas muitas outras pessoas de todos os níveis e de todas as posições – para um certo cargo, ter nomes como esse pesava. No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para aceitarem um cidadão brasileiro com nome árabe foi um problema. Felizmente, as coisas sempre correram a meu favor e nesse ponto não tenho queixa nenhuma de um entrave barrante. Não houve barragem na essência cultural e universitária.

N.X. – Professor, agora uma questão de simples cronologia. O senhor poderia nos dizer quando o senhor consegue ser admitido, a primeira vez, como jardineiro?

AAS. – Em 1946. Quando o professor Caster me contratou foi exatamente em março de 1946.

N.X. – E quando o professor Caster foi embora?

AAS. – Eu não posso precisar muita coisa porque exatamente em 1948 tive a [pleurite], fiquei doente, pedi licença e, quando voltei, já estava o Viktor Leinz. O professor Viktor Leinz teve muita importância na minha formação, um pouco como crítico. Eu vinha de uma área francesa, sofisticada, com uma linguagem solta, cartesiana, mas um pouco literária, típica de uma Faculdade de Filosofia. O professor Leinz vinha de uma formação alemã rígida.

Por outro lado, ele não entendia bem a minha posição naquela situação. Custou um pouco. Ele precisava apoiar as pessoas que já tinham mais posição, mais trabalhos, e por isso mesmo, na fase em que o professor Viktor Leinz dirigiu o Departamento de Geologia, eu tive uma posição de quem está saindo. Isso até que se criou um problema com esse meu colega. Rui Osório de Freitas, que foi decisivo.

Houve também um incidente de tradução, dessas coisas que não seria bem revelar mas que as vezes dá, vontade de dizer. O Caster tinha proposto ao professor Josué Camargo Mendes a tradução de um livro de Alexander Dutoit sobre a questão de comparação entre a Geologia do Sul do Brasil com o Sul da África e de apoio à Teoria de Vegner. Naquele tempo não se podia falar em Teoria de Vegner, sobretudo num ambiente de pessoas de formação norte-americana. O Josué Camargo Mendes mesmo era extremamente reacionário e foi, até pouco tempo, reacionário à essa Teoria.

Não é que a Teoria hoje seja aceita por todos, mas foi ela o princípio da aceitação de um conhecimento sobre a separação global dos continentes que hoje, através de outros conhecimentos de tectônica global, chamada Tectônica de Pratas, é aceito por todo o mundo. Essa Teoria é aceita desde 1968, apesar de alguns brasileiros importantes a vida inteira a terem combatido.

Eu me lembro que, nas minhas divergências com os colegas que tinham mais formação do que eu, eu aceitava a separação, embora não tivesse base ainda para dizer que devia de ser outra teoria e não a de Vegner que iria explicar isso, porque ninguém tinha nessa época. Os vegnerianos ou os que eram ligeiramente simpáticos à teoria da separação sofriam sistematicamente. Eu sofri uma campanha e apanhei demais porque, por volta de 1955, 1958, eu quis incluir algumas pedrinhas a mais na documentação de que houve separação.

Eu tinha idéia de que, se houve a separação a partir de um certo memento, algumas coisas que estiveram em conjunto integradas ou ligadas como Geologia, também como superfície poderiam ter sido desligadas. E isso era Geomorfologia. Aí então o Otávio Barbosa e o Fernando de Almeida ficaram muito bravos. O Fernando de Almeida, e isso não é muito honroso para ele, dizia o seguinte: “O Aziz acha que a

África um dia esteve ancorada em Santos”. Curiosamente hoje o Fernando de Almeida dirige um simpósio na Academia Brasileira de Ciências sobre a origem e evolução da plataforma brasileira, no qual a Teoria de Vegner é aceita como uma coisa normal.

Depois de uma violenta reunião na Associação dos Geógrafos contra um trabalho meu, no qual eu manifestava simpatia pela teoria de separação de continentes, ainda que com muito pouca base, todos foram muito simpáticos. Eu precisava de uma base muito variada de Geociências e de Ciências Paleontológicas que eu não tinha. Porém, o professor Otávio Barbosa, que tinha sido o mais violento contra mim tanto numa reunião em Goiânia quanto aqui na Associação de Geógrafos Brasileiros numa reunião interna, procurou meus familiares e, muito jeitosamente, começou a dizer: “Pois é, depois daquelas reuniões, acaba de chegar às minhas mãos os primeiros estudos sobre Paleomagnetismo”.

O Paleomagnetismo foi o começo da comprovação da Teoria. Pessoas especialistas em Paleomagmetismo na Inglaterra vieram ao Brasil e outras foram à África, tomaram amostras orientadas e verificaram para que direção estariam orientados os pólos na época do derrame basáltico ou dos derrames dos tempos do cretáceo inferior, naquele tempo tomado como triásico. Aí então, colocando os dados da África e do Brasil, viram que só unindo os dois continentes para orientar-se o conjunto para o mesmo lugar em termos de pólos magnéticos.

O Otávio foi corretíssimo, procurou-me e disse: “Olha, a gente brigou tanto e agora, uma semana depois, estão começando a chegar coisas que talvez venham justificar as suas idéias”. Não as idéias detalhadas, mas a minha propensão a aceitar a separação, que aliás era aceita pelo professor Caster. O professor Caster era um dos poucos norte-americanos que aceitavam a teoria, embora não exibisse muito as suas idéias nos Estados Unidos. Ele viajou para o Brasil, para a Austrália e para a África procurando encontrar motivos de justificação dessa Teoria. Nesse sentido, a influência dele certamente existiu, embora eu adotasse outros partidos para poder acrescentar fatos a isso.

Devo dizer que fui sempre muito combatido em certos detalhes das minhas idéias ou das minhas pesquisas e sempre fui muito agressivo com os meus combatedores. Às vezes eu passava anos sem falar com pessoas que eu quero bem, que respeito, por causa de coisinhas de nada. Uma delas foi o problema da tectônica na formação de bacias sedimentares do tipo dessa aqui de São Paulo, de Taubaté etc.

O professor Almeida tinha sido aluno dileto de Moraes Rego, um geólogo federal que veio depois fazer carreira aqui em São Paulo e foi um ilustre professor da Escola. Politécnica e da Universidade. Era um professor exemplar, embora circunscrito ao seu campo e fora um pouco dos quadros da Engenharia. O Almeida, que era engenheiro civil, ligou-se muito a ele e foi um dos seus primeiros discípulos mais completos. Existiam dois: o Tarcísio de Souza Santos, que depois derivou para estudos de Metalurgia, e o Fernando Almeida, que da Geologia Civil acabou sendo um assistente de Geologia e fez uma carreira que é a melhor carreira de Ciências da Terra na América.

No começo da carreira nós éramos concorrentes. Eu fiz uma apreciação dizendo que a bacia de São Paulo, esse conjunto de terrenos sedimentares que está aqui, a base da Cantareira, essa região da Cidade Universitária e a região de Mogi-das-Cruzes teria sido originada por tectônica – embora não se conhecesse bem o arranjo da tectônica –, quer dizer, por falhas que teriam barrado o rio Tietê. O Almeida dizia que não havia falhas e não aceitava etc. Porém, sempre tive a grande vantagem de que o tempo resolveu todas essas controvérsias. O próprio Almeida, mais tarde, escreveu um trabalho chamado: “A Tectônica da Cantareira e a Origem da Bacia de São Paulo”, exatamente com o mesmo tipo de tratamento que eu, recém-formado, dava para a origem de São Paulo.

A única coisa que me desagrada é que essas pessoas nunca foram muito corretas em referir as brigas iniciais em que eles estavam em posições diferentes. Isso é uma queixa que levo comigo porque, quando alguém tem razão num ponto que me chama a atenção, a vida inteira eu digo: “Olha, você tinha razão naquele ponto”. Entre nós não há essa humildade de reconhecer erros. A pessoa depois muda para uma posição totalmente diferente e se esquece de que combateu de um modo inclusive prejudicante.

O meu crítico permanente, que era o professor Haroldo, depois dessa reunião da Associação dos Geógrafos em que o Otávio Barbosa e o Fernando de Almeida assestaram as baterias contra essa possibilidade da separação dos continentes, disse; “Aziz, apesar do seucargo etc., você agora tem responsabilidade com seus alunos, não pode errar tanto”. Eu fui obrigado a lhe dizer: “Professor Haroldo, na discussão sobre problemas de separação de continentes, o “errar tanto” é apenas uma idéia, porque ninguém sabe ao certo como é que foram as coisas. Tratam-se de assuntos muito profundos em que as controvérsias são válidas, de forma que esse seu puxão de orelhas não me atinge”. Para vocês terem uma idéia de como afeta um pesquisador a crítica controvertida num certo momento, não era uma questão de opinião pessoal, era uma questão que podia afetar até a minha profissão. Isso é que eu acho que é sério.

Existem numerosos outros incidentes. Com o professor Leinz os problemas foram curiosíssimos. Tenho um grande respeito e admiração por ele, acho que ele é uma potência moral na Geologia brasileira, mas Leinz não aceitava muito a Geomorfologia. Quando ele fez o seu curso de Geologia, teve cursos muito complementares no campo de Geografia. Ele tinha razões para não gostar da Geomorfologia norte-americana por não aceitar a Teoria de Davis; no que tinha toda a razão, eu é que não tinha. O professor Leinz, em função dessa minha aceitação, que aliás não era só minha, era de todo um público que permanece nos Estados Unidos como um resíduo deplorável, me criticava muito na forma de escrever, nas coisas que eu fazia, e cometeu algumas injustiças.

Uma ocasião, terminada uma tese em que ajudei... Nessa fase eu ajudava muito os alunos e até os colegas. Cheguei a fazer coisas absurdas, escrevi capítulos inteiros de teses como se fosse para mim, e não era doutor ainda. O Leinz um dia chegou para mim e disse: “Assistiu a tese? Gostou da defesa? Gostou das críticas?” Respondi: “Sim, gostei”. E ele disse; “Mas quando você for defender não vai ser o mesmo, porque você faz as coisas diferentes”. Achei de uma injustiça tremenda”, e essas coisas doíam muito, porque eu tinha feito aquele trabalho. Isso é muito particular e não é para ser relembrado agora. Fere terceiros que apenas se beneficiaram da minha boa vontade de sempre estar dando idéias e conhecimentos aos outros naquilo que eu

gostava e para o qual tinha um entusiasmo muito especial.

Eu gostaria de contar, nesse nível de pequenas injustiças, um caso só, que sempre permaneceu como uma farpa na pele. Desses estudos sobre paleoclimas e paleoecologias, alguns iniciados em colaboração com o professor Bigarela, outros particulares, outros complementados por estudos particulares de Bigarela e outros grupos, acabei percebendo uma coisa muito séria. Quando eu estava no Rio Grande do Sul, o Bigarela, que era mais um químico e petrógrafo e cuidava muito de Geomorgologia Costeira como uma atividade particular, me pediu que eu fosse a, Curitiba para ver algumas coisas novas que estavam sendo descobertas, mas que não tinham sido estudadas ainda, fazer o estudo e tirar as primeiras interpretações.

Fui a Curitiba e fiquei uma semana lá, no tempo daquela chamada legalidade. Inclusive, foi um período em que a gente não podia voltar – nem vir para São Paulo nem ir mais para Porto Alegre – e nós trabalhamos muito no campo nessa época. Disso resultou uma série de trabalhos e a descoberta de várias feições geomorfológicas que tinham profundo significado paleoclimático. Eu vinha de Porto Alegre, onde as coisas eram similares, e foi por isso que nós combinamos estudar a região de Curitiba, já que eu tinha observado lá também.

N.X. – Já que o senhor está falando em Porto Alegre, qual o ano que o senhor foi para lá?

AAS. – 1959/1960. Dois anos letivos certinhos. Então, ao trabalhar em Curitiba, detalhar os conhecimentos das coisas que estavam sendo descobertas e descobrir novas coisas também, eu firmei a idéia de que esses depósitos de valor paleoclimático ligados a climas secos deveriam pertencer a um clima seco que caminhou muito costeiramente, e do Sul para o Norte. Talvez tenha sido até uma intuição, porque eu vinha do Sul nesse momento acompanhando a presença de varias feições geomorfológicas de valor paleoclimático ligadas a um avanço de uma onda de semi-aridez.

Enquanto Bigarela estudava ocorrências eu imaginava a dinâmica. Quando regressei a São Paulo, no intervalo entre instalação de laboratórios etc., pude pensar melhor nessas coisas em caráter pessoal. Houve ainda um argumento que me consolidou essa idéia de que uma das vagas de semi-aridez teria caminhado costeiramente, em nível

baixo, de Sul para Norte, e teria se emendado com as outras áreas semi-áridas do Brasil, que seriam ampliações do domínio atual das caatingas. Imaginei que a caatinga inchou, entrou por alguns níveis de compartimentos interiores – porque eu tinha estudado os compartimentos e achado esses fatos –, e que uma semi-aridez viria do Sul não sei como.

Nos anos seguintes continuei meu pensamento e um dia percebi que Cabo Frio, onde havia uma ressurgência de águas frias frente à costa do Rio de Janeiro, era uma zona de diminuição de umidade e de precipitações. Eu disse: “Ei! Isso aí! Eureca!” já tinha sido estabelecido pelo Bigarela e por mim que o clima semi-árido predominava no Brasil quando o mar estava mais baixo e mais longo da costa, mas, nós não sabíamos a dinâmica, e eu estava preocupado com a dinâmica.

Então eu pensei que não foi só o fato do mar estar mais longe e mais baixo no período em que havia mais gelo retido nos pólos – períodos glaciais – que forçou o encaminhamento da semi-aridez, e sim a corrente fria que veio da zona da corrente da Patagônia e subiu pela costa brasileira talvez até o paralelo da Bahia. Essa corrente teria tido o mesmo papel de filtradora da umidade que tem a corrente costeira do Peru.

Há uma dissimetria atual nos continentes. O lado ocidental sempre é mais árido ou mais seco, por causa de correntes frias regionais, e o lado oriental, por causa das correntes predominantemente quentes, é mais servido por umidade. Não só por causa da corrente quente, mas porque a corrente não filtra umidade e deixa a umidade entrar muito adentro.

Isso me pareceu a descoberta fundamental, embora não soubesse nada sobre a Argentina, o Uruguai e entre-rios, para saber se essa semi-aridez também afetou mais áreas do que aquelas que eu esperava. Muito bem, isso eu estabeleci exatamente em 1966, depois de seis anos de pensar sobre os dados isolados e fragmentados. Nessa época o Bigarela estava voltando dos Estados Unidos.

O Bigarela teve uma carreira totalmente diferente da minha. Fez estágios, depois virou um pesquisador *globe-trotter* e é aceito em todas as sociedades do mundo com

muita facilidade. Ele, regressando dos Estados Unidos, me telefona – a minha situação familiar já tinha se modificado e foi difícil me encontrar – e pede para eu ir ao hotel em que ele estava para discutirmos coisas que estavam paradas há seis anos, Eu disse apenas: “Das únicas coisas novas que tenho uma é: descobri o mecanismo. Acho que foi a corrente fria mais ampla, mais ativa, mais flutuadora, que impediu o arejamento da zona costeira baixa e não impediu a testada superior da serra”.

Eu já tinha percebido no campo que a testada superior da Serra do Mar continua úmida mesmo nos períodos secos. Isso explicaria todas as coisas de retrabalhamento de depósitos de clima tropical que estavam nas posições altas e na testada úmida da serra como se fosse um brejo de encosta. Eu conhecia os problemas dos brejos de encosta do Nordeste, e os depósitos, então, foram fáceis de ser derruídos e reesparramados em posições diferentes. Seria a explicação de quase tudo.

Aconteceu aí uma coisa que tem sido continuamente freqüente na minha carreira, Eu estou sempre pesquisando mais do que a minha capa cidade para escrever o que pesquiso, e pensando em níveis mais desdobrados do que também a minha capacidade de encontrar um lugarzinho para escrever uma idéia. Idéias podem ser fundamentais, mais isso para ser escrito seria uma página, certo? Pois bem, em 1970, quando comecei a enunciar essas idéias em público, num Congresso de Geologia em Curitiba, e...

(Final da Fita 3 – B)

Fita 4

AAS. – Em 1970, publicaram nos Estados Unidos um famoso trabalho de Damut e Ferbetch, que é um dos maiores geomorfologistas e geocientistas contemporâneos. Ele faz um leque de atividades em pesquisa, Oceanografia, Geologia Estrutural e Geomorgologia. Ferbitel publicou um trabalho sobre o significado paleoclimático dos depósitos da plataforma continental, onde ele diz que os depósitos superficiais que estão no fundo do mar, ao longo do Atlântico brasileiro, provam que houve uma extensão da corrente fria do Sul para o Norte. É uma das coisas que doem, mesmo sendo sem nenhuma maldade.

Ferbrich escreveu o trabalho em colaboração com Damut. O Damut estudou os depósitos e ele fez as interpretações. Ele veio ao Brasil por volta de 67, 68, conversou com Bigarella, estudou toda a experiência brasileira dessas áreas que nós pesquisamos no período de 59, 60, retornou aos Estados Unidos, publicou o trabalho e não extravasou uma palavra sobre isso, Eu fiquei com muita mágoa, não tanto do Ferbrich, mas todo mundo foi testemunha minha sobre essa interpretação que é de interesse continental.

Um dia desses eu quis escrever sobre isso, mais ou menos nesses termos, mas o Vanzolini disse: “Não senhor. O senhor não vai descer a esse nível de dar essa explicação, de insinuar que o Bigarella reteve essa informação e deveria ter dito ao Ferbrich”. Isso é só para vocês terem uma idéia dos problemas da competição entre colegas. Não tem a menor importância, mas em certos momentos magoa, como eu devo ter magoado a eles em outras situações ao adotar certas coisas que escrevi sem a citação correta.

A citação é uma das coisas que considero mais fundamentais, por isso sou tremendamente exigente em relação a citação. Não sou um professor muito fértil, do ponto de vista universitário, em matéria de número de doutorados e mestrados. Há alguns doutores que foram meus orientandos, que me dão muita honra e muita alegria, e que hoje são professores em vários lugares. Outros poderiam ter sido mas eu me neguei por razoes pessoais, Mas eu sou muito exigente com citações. Não admito uma citação incorreta ou mesmo a citação de um fato que, tendo sido exposto em conferência ou oralmente, não seja relatado nesse nível.

N.X. – Professor, por que Geografia está junto com História aqui no Instituto?

AAS. – Não, não está mais. Nunca esteve,

N.X. – Nunca esteve?

AAS. – Não, no Instituto não.

N.X. – Como então funciona a sistemática das Geociências aqui na USP?

AAS. – Vou explicar a vocês. Quando houve, a famosa reestruturação universitária, que já é uma decorrência daquela crise de 68, o que demonstra que a.crise teve atuação apesar de ter sido reprimida num nível a meu ver, muito errado, muito exagerado e ocasionador de muitos problemas. Aquela crise teve efeito, porque daí a universidade brasileira foi reestruturada, mas na reestruturação deixou de haver uma coisa, fundamentai a meu ver: nunca ninguém quis fazer um inventário dos setores que estavam em funcionamento, ao nível das suas possibilidades, das suas dimensões, dos seus trabalhos, das suas atividades, para fazer uma estrutura melhor. Pelo contrário, foi resolvida nas cúpulas e coisas incríveis aconteceram.

A primeira dessas coisas foi o seguinte: como a Geografia é uma ciência híbrida, vê os grupos humanos sobre um espaço ecológico, sobre um espaço natural, capaz de sofrer modificações e imprimir modificações, ela tem que necessariamente se apoiar num suporte geoecológico, mas continua sendo ciência do homem. Existe uma herança de organização natural do espaço, uma sobreposição complexa, continuada e interativa da organização do espaço imposta pelos homens nos diferentes momentos históricos. O momento de hoje é apenas uma mera seqüência de um filme.

Bom, aqui na universidade, o grupo de Geologia, que era composto pelo Castro, o Leinz e o Josué, um grupo pequeno, se especializou muito depois desses primeiros tempos. À medida em que os doutorados foram feitos e depois que a CAGE instalou a Escola de Geologia, esse grupo ficou com muito mais força do que o de geógrafos.

Por outro lado, a Faculdade de Filosofia tinha um tremendo receio de se desintegrar, de se atomizar. Havia, uma espécie de tendência para quebrar a unidade do grupo da Filosofia, que era uma unidade incomodante para, muita gente e para muitos outros grupos. Então, a Faculdade se defendeu tentando reter o maior número de coisas que ela já tinha, formado. Mudou o nome Faculdade de Filosofia, letras e Ciência Humanas, mas pediu que as Letras ficassem, o que normalmente teria sido um erro. Essa medida, em face das circunstâncias, era necessária, senão esse grupo se atomizaria.

Bom, saiu a Psicologia, saíram as Ciências Exatas, saiu a Matemática, saiu a Física. Se saíssem as outras, a Geografia por exemplo, ficariam a Filosofia, a História e as Ciências Sociais. Então, fizemos aqui um plebiscito entre nós. Alguns achavam que deveríamos' ir para o Instituto de Geociências, que foi aglutinado inicialmente sob o nane de Instituto de Geociências e de Ciências Astronômicas e Instituto de Geologia e Astronomia, depois a Astronomia se desligou e ficou um Instituto a parte.

A Geografia acabou não entrando e eles continuaram com o nome de Instituto de Geociências, sem terem estrutura para ser um Instituto de Geociências, o que constitui um outro motivo de continuidade da minha crítica a eles. Eles se interpretam como um grupo que faz Geociência, quando tratam exclusivamente da Geologia que sempre fizeram.

Nós ficamos nas Ciências Humanas, de um modo incômodo para aqueles que fazem a parte especializada de Ciências da Terra, que normalmente deveriam estar lá na Geociências. Não havia uma solução viável. Se nós fossemos para lá, o pessoal das Ciências Geográficas Humanos e Econômicas ficaria desligado das ciências humanas. Dividir a Geografia não estava no espírito de ninguém. Nós queríamos garantir a unissidade da nossa, disciplina, por causa das possibilidades que ela tem enquanto trabalho integrado. Nós só iríamos em bloco para a Geociências, como uma ciência híbrida.

Permaneceu a idéia dos que faziam Ciências Geográficas Humanas, que estavam muito mais voltados para as Ciências do Homem, porque eles participaram de toda crise das Ciências do Homem em 1968. Nós também não reagimos muito. Nós que éramos da Ciência da Terra, quer dizer, os geomorfologistas, os climatologistas e os pedólogos, queria mos ficar na Filosofia e ficamos.

Nesse contexto o Instituto de Geografia passou a ter muita importância, porque dentro de uma Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas é quase impossível encontrar verbas e recursos para instalar laboratórios de Geografia Física, Pedologia, Sedimentologia, Geomorfologia etc., e o Instituto nesse memento tinha um conjunto de laboratórios a serviço da pesquisa. O Instituto de Geografia foi formado por elementos do Departamento de Geografia, para ser dirigido por professores do

Departamento de Geografia, com finalidades exclusivas de pesquisa.

M.B. – Quando isso?

AAS. – Por volta de 1965, 66. O Professor Haroldo usou de seu prestígio pessoal que era muito grande na Universidade. Sendo amigo pessoal do Gama e Silva, conseguiu dele a instalação do Instituto de Geografia.

Não sei se foi no fim da reitoria do professor Cintra ou no início do Gama e Silva, mas a instalação que você vê hoje foi a mão forte que o Gama e Silva deu ao Haroldo de Azevedo.

Eu, que estava voltando de Porto Alegre e começando meus laboratórios a canivete numa ala da antiga Reitoria, de repente fui chamado: "Não Aziz, agora vamos ter um espaço de presente". Então, dei tratos à bela para colaborar na organização do laboratório, que foi talvez meu maior papel na instalação desse Instituto.

Os problemas são os seguintes: o Departamento não pode crescer por que tem pouca verba. A divisão de verbas dentro de uma Faculdade complexa como e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é muito difícil. Nós de certa maneira, apesar de sermos um Instituto pequenino, somos os primos ricos dentro da pobreza. Nós temos verba para publicar, verbas para pequenos serviços, temos equipamentos bons, e o Departamento não tem.

Por outro lado, as diserções de 68 fizeram com que algumas pessoas trabalhassem no Instituto em função do seu diretor. Então, desde que saiu o Professor Haroldo, tivemos que enfrentar uma tremenda crise porque os grupos não queriam colaborar. O professor Ari França, meu antecessor já enfrentou esse problema. Eu fiz todos os esforços possíveis para obter o maior número de colaboração, mas minha posição é incomodante em relação a algumas pessoas.

Agora que o Instituto já fez seu papel inicial de acumular equipamentos, de formar laboratórios e que ofereceu os seus laboratórios em nível de pós-graduação, porque seus recursos não permitem que ofereça a nível de graduação – nós não podemos

agüentar em laboratório desse tamanho 60, 70 alunos de graduação –, então seria melhor que o Instituto fosse fundido de novo ao Departamento e que todo esse equipamento passasse a atuar, não só no nível de pós-graduação como no nível de graduação, com uma integração melhor de espaço, de equipamento, de salas e de pessoas.

Esse é o meu pensamento depois de refletir bem, com bom senso e espírito de conciliação. Evitaríamos os valores pessoais e as heranças de conflitos e falta de entendimento pessoal que,, infelizmente, foi universal a partir de 1968. 68 conseguiu quebrar o velho Instituto de Geografia da Sorbonne. Imagine então os nossos Institutos que estavam, naquele memento, perdendo os velhos que tinham uma força moral extraordinária. A saída do professor Haroldo, do professor Ari e a morte do professor João pesaram muito na vida do Departamento. Até então eles eram os elementos conciliadores. Os desentendimentos tornaram-se maiores com o desaparecimento dos fundadores do curso: Poderíamos entrar na pós-graduação agora?

M.B. – Certamente. O que nós queríamos saber basicamente seria como é que funciona o curso de bacharelado, mestrado e doutorado? Que linhas de pesquisa se desenvolvem aqui? Quem são as pessoas responsáveis por essas linhas de pesquisa? Como é que essas linhas se desenvolveram também, quer dizer, do início do Senhor enquanto aluno ou logo depois de formado. Como o que o Instituto cresceu? Se vêm alunos de fora, se vêm alunos de outros Estados do Brasil?

AAS. – Você me pede ao mesmo tempo uma série de informações, que acho justas e importantes, e informações que estão na ordem do dia, porque não existe muito trânsito de informações em nível de estado para estado, em nível da Universidade de São Paulo para Brasília, para Rio etc. Eu me permitiria solicitar um pouquinho de tempo para ler e analisar um documento um pouco antigo mas que me permite com facilidade retomar tópicos ligados à questão de linhas de pesquisa de pós-graduação.

Certa ocasião foi feito um guia de pós-graduação no nível do Departamento de Geografia em que eram explicados aos alunos problemas conceituais básicos da pós-graduação, roteiro operacional de entrada, tipo de estrutura dos novos cursos etc.

Aproveitando esse guia, fiz uma pequena plataforma em que discuti alguns dos aspectos considerados essenciais, menos as minhas temáticas, que agregarei e essa leitura discutida.

Eu disse o seguinte sobre esse guia num trabalho que se chamou: “Um guia e seu endereço” de ordem interna e de distribuição interna: “Todo esforço de organização que se traduz em um produto final racionalizado e de interesse comunitário é certamente digno de louvores. No caso particular do presente guia, o grau de interesse do trabalho realizado pelo Departamento de Geografia e Instituto de Geografia reside no seu cara ter de exame. Efetivamente trata-se mais de um bom exemplo do que se pode e se deve fazer a curto prazo, do que propriamente um modelo de documento acabado, pleno de perfeição e solidez. O que sempre esteve no espírito de seus organizadores – Conselho do Departamento de Geografia e Colegiado de Pós-Graduação Departamental – foi a tomada de uma iniciativa endereçada a toda uma clientela potencial que reside muito além dos limites do campus da USP. Entrementes, no meu modo de ver, a feitura do presente guia é uma demonstração cabal de que tal tipo de iniciativa deve emanar sempre dos Departamentos, ainda que seja uma tarefa a mais entre as muitas estafantes e desgastadoras tarefas da vida universitária. O somatório dos guias departamentais de pós-graduação constituirá, enfim, o guia de pós-graduação da própria Universidade. A permanente crise de crescimento que vem afetando as grandes universidades brasileiras, a par às sucessivas mudanças de estruturas, regimes e regulamentos, tem dificultado sobremaneira a elaboração de verdadeiros guias universitários atualizados e informativos”. É quase impossível um cidadão, atuando em ciência e pesquisa, largar tudo para ir cuidar de por em ordem os guias, os regulamentos, os roteiros, as listagens dos trabalhos feitos etc... Era preciso ter uma estrutura paralela para se fazer isso, e nós ainda estamos no mesmo pé em que eu deixei este escrito.

“Daí ser fácil de se compreender que o começo de tudo, na realidade como eterno recomeço, terá que partir das iniciativas dos Departamentos como unidades operacionais básicas do processo universitário dentro das novas estruturas em implantação. Tem sido sobremaneira desagradável aos responsáveis por alguns setores básicos do ensino universitário da USP o fato de ainda não possuírem informações racionalizadas, estruturação, regulamentos, programas para

fornecimento aos interessados residentes nas mais variadas áreas do País. O trânsito de informações em país de escala continental é difícil por princípio. Entretanto, ele assume um caráter dramático em muitos casos devido a falta de documentos e estudos suficientemente minuciosos e racionalizados para atender à natural curiosidade de alguns e aos múltiplos interesses de toda uma clientela. Os clientes potenciais estão um pouco por toda parte: alguns recém-formados, pouco maturos, que ouviram falar em pós-graduação mas não sabe bem o que seja; o pessoal universitário improvisado, ainda sem títulos e completamente isolado em termos de contatos; mestres polivalentes que sentiram um dia necessidade de se especializar (o que não entra no espírito da pós-graduação); profissionais de formação específica que pretendem mudar de área ou trabalhar na difícil faixa de confluência e inter-relações das fronteiras das ciências e até o caso mais triste dos que pretendem apenas a aventura de uma mudança de vida (é muito comum na pós-graduação, à custa de uma boa bolsa), sendo candidatos a ingressar nas fileiras das migrações internas para o Centro-Sul do país. São pessoas que ouviram falar em pós-graduação mas não sabem muito bem o significado de um legítimo processo de pós-graduação. Muitos não têm capacidade, ou vocação para ingressar em cursos pós-graduados, mas todos certamente devem ter o direito de analisar as condições e regras do jogo a fim de poderem testar as suas próprias forças, aptidões e possibilidades. Daí a importância básica dos guias do tipo do que o Departamento de Geografia acaba de elaborar".

Agora eu falo da pós-graduação: "A pós-graduação é um processo racional e acelerado para formação de uma elite cultural e científica. É uma séria experiência de iniciação científica, e cultural com vistas ao aceleramento do processo de formação de pesquisadores por meio de sucessivas ascensões e conquistas culturais. O caráter elitizante de que se reveste o sistema de pós-graduação é uma condição insuperável. Trata-se de um mal necessário que escapa ao controle de nosso idealismo; Mesmo porque, em nenhuma sociedade moderna, a Universidade, em termos de cursos pós-graduados, pôde se libertar desse lamentável condicionamento diferencial que envolve a própria miséria da condição humana. O velho regime de cátedra e a estrutura piramidal, que sustentava as universidades brasileiras até a alguns anos, era particularmente infértil no incentivo, na escolha e no desdobramento da matéria crítica básica representada pelo professor universitário de carreira independente, sistemática e versátil. Havia uma elite sócio-cultural acomodada aos homens de

braços longos que tiveram oportunidade única de atingir o topo de uma carreira plena de privilégios. A pós-graduação é a negação dos privilégios e a ampliação das aberturas para os quem tem aptidões reais e possuem dimensões próprias de reagibilidade. Ela se dirige sobretudo para os que têm possibilidades intelectuais e de iniciação científica suficientemente diferenciadas para pretenderem o ingresso na Universidade pelo seu mais amplo portão frontal". Desculpe a linguagem escrita que é bastante diferente da linguagem oral.

"Existem mil e uma maneiras para um cidadão qualquer diplomado adquirir experiência, aprimorar a sua cultura geral e até mesmo especializar-se; trabalho empresarial, leituras intensivas, participação em atividades culturais, vivência social, cursos os mais diversos, a maioria pagos. No entanto, para, aqueles que quiserem ingressar nos cursos de pós-graduação de uma universidade organizada e atuante existem limitações e regras sem as quais, nada feito. Os interessados terão que disputar um lugar; terão que se adaptar às contingências de um tutor universitário, ou seja, o seu orientador; terão que possuir certas condições pessoais de trabalho: pensar claro, redigir bem, ter fôlego para leituras, possuir tempo para meditar, ter proficiência em línguas vivas consideradas indispensáveis para consultas de trabalhos e obras especializadas, e mais do que isso, terão que ter consciência que a maior parte do processo dependerá deles próprios. A Universidade é o ambiente; o laboratório polivalente; a biblioteca ativa; a atualidade científica; a oportunidade de orientação; o ponto de encontro com as posições teóricas, metodológicas e ideológicas mais férteis, porém não muito mais do que isso. O orientador organiza o programa de atividades; faz triagens; controla os projetos; encaminha o orientando para estágios; programa parte das leituras especializadas; participa ativamente do planejamento do trabalho em termos de métodos e técnicas, mas não é um substituto da condição paternal, um psiquiatra e muito menos um pajem de seus orientadores". Eu vou parar aqui.

M.B. – Como é que funciona isso aqui na prática?

AAS. – Depois dessa plataforma, os anos me deram uma idéia de como isso funciona na prática. Nos primeiros tempos, os orientadores defenderam a idéia de receber muitos

orientandos. Foi uma idéia catastrófica. Aqui na Universidade houve a tendência para o recebimento de umas, duas dezenas de orientandos por orientador credenciado ou mais. Alguns, que não conseguiram se desligar dos cursos teóricos e nem entender de modo algum a estruturação do processo acelerado de formar um pesquisador através da pós-graduação, se sentiram à vontade para receber algumas dezenas. Depois eles bloquearam o processo em relação a qualquer possibilidade de moralização. Isso para mim foi um drama.

Num certo momento, enquanto eu estava dirigindo a Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, eu aceitei idéias que eram paralelas às minhas sobre a necessidade de controlar o sistema e diminuir o número de pós-graduandos a serviço de um trabalho bem feito. Nós balizamos então em doze aproximadamente. Isso não quer dizer que eventualmente uma pessoa, autorizada pela Comissão, não pudesse receber mais um, menos um, ou reaceitar um pós-graduando que já tinha feito mestrado, aceitar pós-graduandos de alguém que se aposentou ou viajou, coisas desse tipo. Era flexível.

Foi uma luta tremenda. Em primeiro lugar, havia uma falta não é de fidelidade, mas uma falta de seriedade no processo, por parte de alguns. O problema era continuar com todo o paternalismo do passado, era aceitar as estruturas novas mas continuar fazendo o que sempre fizeram. No meu modo de entender hoje, de um modo geral as faculdades que têm cursos de pós-graduação em nível de Ciências Humanas... Nós estamos numa situação carecedora de uma renovação total. Por quê? Bom, eu me explico.

Existe uma espécie de dualismo nessa atitude de aceitar formalmente, de um modo epidérmico, mas sem estar convencido da necessidade de adotar novos padrões de exigência perante a pós-graduação. Então, aceita-se uma estrutura nova porém tudo está amarrado a uma conjuntura do passado. Continua-se aceitando pessoas a nível de simpatia pessoal, de compadrio, de igrejinha, de relações interfamiliares, e isto só pode conduzir a uma deformação do processo. Eu acho que estamos vivendo um período dualístico, em que as estruturas implantadas não têm apoio na realidade e, sobretudo, na sinceridade de propósitos dos que tiveram que se convencionar às novas estruturas.

Nesse ponto eu gostaria de dizer o que penso realmente da universidade brasileira em termos de seleção de pessoal. Eu disse a vocês que a gente tem que ter o senso suficiente para imaginar que uma universidade não surge do nada e que, na sua primeira fase, ela aglutina pessoas das mais diferentes formações. Porém, é preciso que, com o tempo, seja eliminado o caráter subjetivo, os particularismos, o paternalismo, e que se adote medidas culturais eficientes para a seleção.

Por outro lado, essa seleção feita na base deveria ser, a meu ver, compensada por um outro tipo de conquista de valores para a universidade, independentemente do degrau inicial, mas a universidade reage a isso. Como dizem alguns colegas que estão fora da universidade – e eu considero muito o ponto de vista deles – : a universidade é autofágica; ela engole os seus próprios ex-alunos em processos iniciais de formação cultural, em termos de um nível, de pesquisa, de depois se encarrega de dar o respaldo para todos aqueles que entraram, sem haver nenhuma condição de rejeição.

Isso, a meu ver, tem conduzido a irregularidades muito sérias na seleção, principalmente para o pessoal de top, o pessoal que segurou a bandeira de uma universidade renovada, produtiva, fértil, entendendo por universidade um campo de defesa da ciência, de idéias e de produtividade, sem teto em termos culturais. O tipo de ingresso nos degraus iniciais da carreira se faz com muita suavidade. “Ah! vai ganhar muito pouquinho”, quando nós sabemos que esses argumentos não funcionam.

Muita gente, para entrar nos quadros da Universidade, preferiu entrar às vezes sem perceber honorários, o que foi inicialmente outro erro. Essas pessoas passaram a ter não vínculos empregatícios com a universidade, mas vínculos morais por parte daqueles que, por comodidade, querendo ter uma clientela de trabalhadores complementares, acabou por criar uma massa de assistentes-fantasmas. Considero isso um verdadeiro passa-moleque na reestruturação da universidade brasileira. Acabou-se com o catedrático e, escamoteadamente, alguns elementos passaram a ser verdadeiros catedráticos tão ou mais nocivos em termos de aliciamento de pessoal ao nível das primeiras categorias do que os próprios antigos catedráticos. Isso mostra

que na prática as coisas se complicaram muito e eu penso que é mais ou menos nacional.

Bom, muita gente poderia dizer: “Então, o que você sugere para melhorar?” A primeira melhoria é que houvesse um critério de seleção mais rigoroso. A segunda melhoria e que não se atentasse para valores pessoais e subjetivos na escolha das pessoas e dos diversos interessados, mesmo porque vai haver sempre pressão na universidade. No campo das Ciências Humanas, por exemplo, onde o mercado de trabalho é pequeno, as pessoas preferem ficar trabalhando na própria universidade, então é preciso disputar e competir para chegar a esse nível, tendo ou não condições. Agora, quem avalia essas condições não são os candidatos a meu ver. Nesse ponto sou rígido e impessoal, não deve ser.

Outra possibilidade é que houvesse um sistema menos rígido, menos burocrático, para contratação de pessoas de alto nível no Brasil e no exterior, que houvesse troca de professores periodicamente de universidade para universidade. Eu vejo a universidade brasileira sujeita a um hermetismo e a essa autofagia de um modo permanente. É muito mais difícil de obter um trabalho de um cidadão que tem uma linha de pesquisa muito boa, está inovando e que reside a apenas 300 ou 400 Km de distância do que colocar 10 pessoas novas que não são uma interrogação do ponto de vista cultural.

Sempre que acontece de sobrar um pouquinho de verba pela salda de um elemento que já atingiu um nível de carreira muito alto, atomiza-se a verba a favor da multiplicação do trabalhador de nível inicial, de monitores e auxiliares de ensino em nível inicial. Eu vejo isso com muito maus olhos e digo mais a vocês: no momento está para se travar uma luta terrível, porque aquelas universidades que a dotarem outro sistema de arrebanhamento de mão-de-obra e massa crítica vão ficar numa posição de tal maneira mais aberta a todos os ‘ventos da cultura e da ciência que as outras, que estão adotando um sistema mais ou menos em círculo vicioso e esclerosável por princípio, vão ficar obsoletas.

Eu vejo, por exemplo, os esforços da UNICAMP que faz uma pequena e talvez até uma grande autopromoção. Mas a UNICAMP está com toda razão. Ela está se

formando agora e procura contratar os melhores em face de certos critérios pré-estabelecidos pelos grupos, pelos pares; pelos que tomaram a bandeira de fundar uma Universidade de aí to nível no interior. Outras universidades ou mesmo institutos poderão chegar a esse mesmo tipo de operacionalização em termos de contratação, e nós então vamos ver as universidades, que ficaram na rotina terem problemas, a meu ver. Talvez eu não assista ainda dentro da universidade de São Paulo a esses problemas, mas eles virão.

Por outro lado, gostaria de lembrar a vocês que acontecimentos históricos demonstram a incapacidade da universidade em integrar pessoas de alto nível de conhecimento. Ontem, o professor Rui Coelho, na Congregação dessa Faculdade, ainda lembrava um caso bastante conhecido entre nós: Mário de Andrade, que foi sem favor um dos líderes do movimento modernista brasileiro, que era um professor de História da Música, um nanem que fazia universidade antes que ela houvesse em São Paulo, não pode ser contratado na USP para ser professor de Teoria Literária ou Literatura Brasileira.

M.B. – Por que?

AAS. – Porque era impossível encontrar um modo de contratar um elemento de alto nível de conhecimento para, sem concurso, trabalhar numa universidade.

N.X. – Isso se deu naquela época?

AAS. – Naquela época, nos primórdios da Universidade de São Paulo. Do ponto de vista burocrático de verbas, as coisas ainda são mais dramáticas. Piaget concordou em vir trabalhar na Universidade de São Paulo em certo momento, mas por motivos de embaraços burocráticos não foi contratado. Bom, bastam dois casos desse tipo para mostrar a dificuldade.

Não existem realmente furos ou válvulas para que se tenha uma espécie de verbas em rodízio a favor de certas disciplinas fundamentais que possam ser postas à disposição de valores universais que queiram colaborar conosco. Aquele episódio das missões estrangeiras é passado pleno a meu ver. Acabou-se a possibilidade, a não ser casos

muitos isolados de convênios com professores de certas áreas especiais que têm uma espécie de tradição de ocupar uma cadeira nova, mas não é um sistema pelo qual a universidade seleciona seus professores visitantes, sobretudo a nível de pós-graduação. A única maneira de trazer um elemento capaz de formar pessoal dentro de uma área nova e de desenvolver a sua atividade dentro da universidade é através das agências de financiamento, que evidentemente estão muito mais interessadas na produção científica do que em fornecer verbas para cobrir as deficiências burocráticas da universidade nesse campo.

Eu teria muita coisa para dizer sobre isso, mas termino dizendo que eu, pessoalmente, de um modo muito amargo e até com muito pessimismo, travo uma luta em vários níveis no sentido de demonstrar esse caráter quase que suicida da universidade brasileira em matéria de revelação de valores. Esse caráter autofágico só pode conduzir a grandes grupos da mesma área sem o belo efeito dos contatos entre pessoas pertencentes a níveis culturais diferentes e valores internacionais que possam colaborar conosco.

Eu sei que existe a mística de que a universidade, deva ser regional e apenas estar voltada para os grandes problemas regionais. Nós sabemos que os problemas regionais estão vinculados aos problemas nacionais, e os problemas nacionais estão vinculados a fatores exógenos. Sendo assim, a universidade e a regionalidade do trabalho universitário tem que estar acoplados, senão vamos ter universidades caipiras e demagógicas. Pensando que estão trabalhando paira uma região, elas estão trabalhando em função apenas de um motivo regional mas não dos problemas estruturais que envolvem a região, o país.

M.B. – Como é funcionamento concreto da pós-graduação aqui? O problema das linhas de pesquisa como está?

AAS. – Devo esclarecer a vocês que não estou autorizado a falar dá pós-graduação em termos do panorama atual, mas vou falar pelo meu conhecimento pessoal.

M.B. – Inclusive, a interação Departamento de Geografia-Instituto como é que se dá?

AAS. – Certo, eu vou explicar a vocês. O sistema de pós-graduação adotado pela USP depois de alguns anos é o sistema federal, que é uma cópia de estrutura norte-americana, ou seja, através de um sistema de créditos, através da organização de um rol de disciplinas consideradas básicas no tradicional esquema das áreas de concentração e depois uma série de disciplinas que são consideradas complementares, ou de domínio conexo como se costuma dizer, e que a meu ver deveria envolver toda a Universidade.

O erro da estruturação foi estabelecer um pequeno rol de disciplinas na área de concentração e depois um segundo rol de disciplinas complementares pré-estabelecidas e formalmente instaladas, quando as disciplinas de domínio conexo devem ser, a meu ver, para a Universidade inteira e para todos os cursos de pós-graduação. Porém, na primeira fase, no momento da criação, optou-se pela idéia de que se deveria fazer-dois tipos de rol.

A esse tratamento das disciplinas segue-se o tratamento dado ao conjunto de atividades vinculadas à pós-graduação, e aí entra o Instituto de Geografia. O Instituto de Geografia oferece estágios especializados para os pós-graduandos encaminhados pelos orientadores e tem tido uma atuação às vezes muito intensa, às vezes menos intensa.

Durante algum tempo, no recém-instalado laboratório de Aerofotogeografia, fiz um trabalho pesado, intensivo e desgastante de estágios relacionados com as técnicas de foto-interpretação. Possivelmente a O1gay que ocupou aquele laboratório, tem continuado a mesma linha de modo sistemático. O professor Queiroz recebe estagiários de diversas procedências. Nós temos feito tudo para quebrar a idéia de que os estagiários sejam apenas aqueles que estão vinculados à chefia dos laboratórios. A exigência estrutural importante é que quem seja chefe de laboratório abra o seu laboratório a todos os pós-graduandos e não só àqueles que estão vinculados a sua orientação. Então, o Professor Queiroz tem recebido um grande, número de pessoas no nível de estudos de Sedimentologia e de Pedologia e, sobretudo depois de algum tempo, num nível de conhecimento das formações superficiais, ou seja, aquilo que nessa entrevista chamei também de estrutura superficial da paisagem.

Existem alguns desdobramento de trabalho entre nós, mas não vejo nenhuma dificuldade nisso. O terceiro laboratório muito ativo no recebimento de estagiários é o de Climatologia Dinâmica. Nós tivemos a sorte de conseguir vencer toda essa burocracia do autofagismo de que acabo de falar e conseguimos trazer um elemento que já tinha uma maturidade muito grande. Ele foi uma peça importante na instalação e na melhoria do nível da pós-graduação na universidade. É o professor Carlos Augusto Figueira de Monteiro, que veio de Brasília.

Carlos Augusto é de um temperamento muito extraordinário e de uma sensibilidade humana muito grande. Ele teve problemas em vários lugares onde trabalhou em função do seu caráter e de discordar de alguns problemas circunstanciais. Então, ele foi chamado da trabalhar, pelo próprio professor João Dias, na Faculdade de Filosofia de Florianópolis quando ele se iniciou. Depois o professor João Dias veio para Rio Claro e solicitou o trabalho de alguns de seus melhores colaboradores de Florianópolis, razão pela qual Rio Claro nasceu sob uma orientação muito boa. O professor Carlos Augusto desempenhou em Rio Claro um papel extraordinário e teve também a grande sorte circunstancial de estar se iniciando nesse momento a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Ele, como um trabalhador nato e um homem capaz de fazer trabalhos sobre projetos, começou alguns projetos que hoje foram divulgados pelo próprio Instituto de Geografia, como o Atlas Climático do Estado de São Paulo sobre um tipo especial da dinâmica climática do Estado de São Paulo.

O laboratório dele tem dado uma colaboração formidável em matéria de estágios e de boa formação paralela para os seus pós-graduandos e para os pós-graduandos de outros orientadores nesse bolo das atividades vinculadas ao processo de pós-graduação. O que mais me leva a fazer esse destaque em relação a pessoa do Carlos Augusto é a sua capacidade de ter posições teóricas firmes e sólidas no campo da Geografia Moderna e de ter um entendimento dos fluxos rápidos das mudanças na atividade científica dentro do campo da Geografia de tal maneira que a sua atividade corresponde a um momento dramático na mudança de orientação dentro da Geografia como um todo, que inclui análise de sistemas, quantificação e estudos espaciais sobre diversas abordagens. Então, ele nos dá um trabalho que extravasa ao

campo restrito da Climatologia Dinâmica, razão pela qual colegas, e pós-graduandos vinculados a outras áreas têm se beneficiado complementarmente de seus ensinamentos.

Bom, quanto às linhas de pesquisa eu me eximo de falar de todos os laboratórios. Inclusive, alguns estão menos operantes no momento por razoes particulares das suas chefias, dificuldades que eu não gostaria de comentar porque se entrosam com a problemática anterior mente falada sobre a crise de 68 e a falta de colaboração que algumas pessoas que estavam iniciando trabalho de laboratório em bom nível sentiram. Elas depois de desinteressaram por motivos particulares e devido à falta de conciliação de pontos de vista.

Permanecendo nesses três laboratórios e nesses orientadores que estão mais assiduamente vinculados a eles, devo dizer que temos tenta do fazer uma espécie de colegiado de orientadores para cada laboratório, de tal'maneira que possa existir uma chefia e ocasionalmente um rodízio. Tem sido difícil, porque as pessoas que têm sido chefes tem uma presença cultural de tal ordem grande que dificulta depois o rodízio.

(Final da Fita 4 – A)

AAS. – Em termos de linhas de trabalho e de temáticas preferenciais, os orientadores e os laboratórios se confundem, porque a temática do orientador ou de um grupo de orientadores de um modo geral é extravasada para os trabalhos de laboratórios e ficam mais ou menos acopladas.

Devo dizer a vocês que o professor Carlos Augusto, por exemplo, que é um orientador de escola **(?)**, até mesmo um *hors concours* como professor universitário e geógrafo de formação fundamentalmente climatológica, porém transitando bem em outros setores da Geografia, faz estudos de Climatologia Dinâmica e, sobretudo, tenta forçar a temática dos seus pós-graduandos para uma relação direta entre os ritmos climáticos, as flutuações climáticas de pequeno prazo de duração ao longo de poucos anos, e os fatos humanos e econômicos com vistas à correlações dos fatos. Num estudo de mais outra área, onde predomine a Resicultura, normalmente a Climatologia Dinâmica é entendida como um estudo do ritmo climático da área e de

suas conseqüências para a Resicultura.

Ele deixou de lado a possibilidade de dar ao seu laboratório um caráter meteorológico mais detalhado, ou seja, de física do ar e passou a fazer esses estudos rítmicos com uma intensidade muito grande, primeiramente acentuando os trabalhos sobre essa zona sul-oriental do Brasil, que vai do Estado do Rio e de São Paulo até Paraná e Rio Grande do Sul, procurando ver o ritmo das chuvas de inverno, os períodos mais secos ou mais úmidos e os períodos excepcionais de pluviosidade ao longo do tempo nessas áreas. Com esse esforço de vincular o seu trabalho científico as correlações com os fatos de ordem econômica e humana, ele conseguiu fazer coisas interessantíssimas. Por exemplo, estabeleceu um mecanismo que e muito sério para nós: se há um ano seco em São Paulo, o que estaria havendo no Rio Grande do Sul no mesmo momento, durante o inverno? Se lá há um excesso de umidade, há um ano muito pluvioso, muito chuvoso, ele imagina, pelas análises de flutuação de pluviosidade ao longo do espaço, que houve uma descarga quase que mais concreta, quase total de chuvas de inverno lá, não passando por São Paulo. Em outros casos a passagem é quase total, grandes chuvas em São Paulo e período seco no inverno do Rio Grande do Sul.

Bom, estou falando de um campo que conheço mal, mas esse é o sentido do seu trabalho. Os seus colaboradores atenderam a essa perspectiva de uma Climatologia a serviço do homem e passaram a fazer estudos sobre a propagação das ondas de frios no planalto brasileiro até a Amazônia etc... Outros passaram a fazer estudos sobre o outro período chuvoso principal, que é o período das chuvas de verão, complementando seus trabalhos sobre as chuvas de inverno. Tem havido uma colaboração formidável. Então, do trabalho do Professor Carlos Augusto tem emanado linhas de pesquisa nessa direção. Não é preciso dar exemplos e eu nem estaria com uma documentação para dar esses exemplos.

No campo do professor Queiroz, que originalmente dirigia o laboratório de Pedologia e Sedimentologia, houve um extravasamento para alguns setores da Geomorfologia, sobretudo o setor da estrutura superficial da paisagem sob a denominação genérica de formações superficiais. Houve um convênio entre São Paulo, o nosso laboratório, o Instituto, o Departamento e a Universidade de **(?)** na

França, onde existe um laboratório de Geomorfologia muito operoso e de alto nível, dirigido por nosso colega professor **(?)**, que foi um dos elementos que veio ao Brasil no Congresso de 56 e nunca mais deixou de ter um certo relacionamento conosco.

Desse convênio entre **(?)** e São Paulo resultou uma série linhas de pesquisa que são pró-parte pedológicas e pró-parte geomorfológicas, procurando vincular os estudos de Geomorfologia aos estudos de formações superficiais. Até certo ponto isso é um desdobramento da própria linha de pesquisa que eu particularmente fiz durante quase toda minha vida, mas, em se tratando de um laboratório organizado, operoso, com uma equipe de pós-graduandos e de estagiários muito boa, eu entendi que essas superposições fossem bastante aceitáveis e deveriam ser incentivadas. Hoje ternos vários grupos trabalhando em laboratórios diferentes dentro duma mesma ótica. A meu ver, não faz mal nenhum se os outros laboratórios cobrem também outros setores, na medida em que eles cuidem das suas próprias e específicas finalidades. Eu considero essas invasões amáveis como normais. Não devem ser acentuadas demais a fim de que os laboratórios não percam a sua especificidade, mas que devem ser discretamente tolerados até o nível em que a produção científica se beneficie.

O professor Queiroz organizou uma série de trabalhos em áreas específicas no Estado de São Paulo. Durante dois, três ou até quatro os franceses vêm, colaboram nos trabalhos de campo, fazem cursos intensivos muito rápidos colocando todo mundo a par de todas as novidades gerais e especiais, e depois os mapeamentos relacionados com as formações superficiais são feitos pró-parte pelo pessoal daqui e completados pelo pessoal de **(?)**. Esse convênio tem sido muito fértil em matéria de fixação de diretrizes para alguns pós-graduandos ao mesmo tempo em que produção científica e tam bem no intercâmbio de pessoal.

Por uma exigência minha, e aí entrei com minha velha experiência, acho que o convênio tem que ser mantido sob a condição de que se esgotem primeiro os recursos dentro da Universidade de São Paulo para melhorar a formação de uma pessoa. É preciso que a pessoa faça o mestrado aqui, para depois fazer um estágio no exterior, evitando a inversão que pode inclusive redundar em fuga de pessoal por razões humanas. Então, eles têm a responsabilidade de terminar o mestrado aqui, dentro desse trabalho duplo no Departamento, no Instituto e através do convênio, e depois

eventualmente os melhores são indicados para ir para a França.

M.B. – Mas aqui o Departamento também tem doutoramento.

AAS. – Tem o doutoramento, mas nós temos para os campos novos a idéia de que os doutoramentos devem também serem incentivados lá fora. A Universidade procurou ser muito rígida no início, determinou que os professores, o seu pessoal, docente mais velho, fizessem o doutoramento na própria casa e, se quisessem fazer fora, devessem ter uma autorização formal e previa da Congregação. Porém, no caso das áreas novas, essa autorização é automática.

Por exemplo, nós não podemos ter a pretensão de formar arqueólogos conhecedores de Renascença ou Pré-História, Arqueologia do Sul da Europa ou da Ásia Menor, aqui em São Paulo. Existe caso em que pessoas foram incentivadas, obtiveram bolsas, estiveram em Londres e fizeram seu doutorado em alto nível, diga-se de passagem. Gente relativamente muito moça que hoje tem um curso de Museologia, tem capacidade de trabalhar em museus e instituições de pesquisas ligadas à Arqueologia, Pré-História etc. Acho que foi uma fórmula salvadora e nós continuamos a incentivar isso para o pessoal que não; está vinculado à docência, porque esse tem plena liberdade de começar aqui e terminar lá. Mas, enquanto não se esgotarem todas as possibilidades habituais dentro das nossas dimensões de oferta de diretrizes metodológicas, técnicas e de informações, a gente pessoalmente tem reagido à idéia de forçar a salda para o exterior.

Isso também é uma linha de pesquisa. Essa linha de se esgotar primeiro as possibilidades dentro do país para depois procurar níveis outros de conhecimentos, de especialidades, tem sido uma linha da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Nós, sobretudo eu, seguramos essa... De forma que, quando há um furo no processo, eu chamo atenção: “Nós temos um compromisso de cavalheiros de primeiro esgotar os nossos próprios recursos”. Isto é muito diferencial de área para área. Tem certas áreas que precisam...

M.B. – Bom, o Senhor estava ainda, nas linhas de pesquisa. A última...

AAS. – Agora vamos falar das linhas de pesquisa do laboratório de Aerofoto e, especificamente, da Dona Olga Cruz. Olga Cruz estudou com o professor **(?)**, na França, num estágio feito quando o professor **(?)** dirigia um laboratório pequenino de Geomorfologia Litorânea na Bretanha e era chefe de conferências da Sorbonne, depois de ter estado muito anos no Brasil. Ela obteve muito cedo uma boa formação, uma bela formação em Foto-interpretação.

Dona Olga Cruz trabalhou inicialmente em Florianópolis, onde esteve ligada ao Carlos Augusto; veio para Rio Claro para completar o seu curso e passou a trabalhar depois em Rio Claro. Mais tarde se interessou em vir para a Universidade de São Paulo onde nós a acolhemos e a incentivamos a fazer o seu doutorado. Eu próprio fui o seu orientador no doutorado. Ela fez uma tese extraordinária sobre o problema desses escorregamentos lesionantes de terra em áreas de escarpa da Serra do Mar, sobretudo levando em conta a possibilidade de estudar aquele episódio dos escorregamentos de Paraguatatuba. Os escorregamentos na Serra do Mar à frente de Paraguatutuba e ao longo do Rio Santo Antônio foram dramáticos e catastróficos, processos que nós em Geomorfologia chamamos de processos espasmódicos. Não são processos rotineiros e de longa duração, mas são processos que, em pouco tempo, tem uma atividade capaz de imprimir lesionamentos e modificações muito grandes na paisagem.

Bom, a partir dessa primeira experiência de trabalho de maior fôlego – ela já tinha feito também um trabalho sobre iam setor costeiro lá da Bretanha, em Francês, que foi seu trabalho para diploma –, a Olga ficou muito à vontade para assumir uma certa diretriz que, por sua escolha, foi a das próprias escarpas intertropicais brasileiras. Então, os seus cursos são orientados no conhecimento dessas grandes escarpas revestidas por vegetação florestal, predominantemente devido à influência das chuvas orográficas, e ao mesmo tempo sobre todos assuntos vinculados a essa temática genérica: estudo de torrentes tropicais, estudo de vertentes das escarpas, estudo da fragilidade da estrutura superficial, e aí ela se encontra com os outros que trabalham nisso.

É uma linha de pesquisa muito interessante e muito importante para o Estado de São Paulo, porque até hoje o Estado de São Paulo é aquele que tem as maiores

deficiências de ligações entre o litoral e os planaltos interiores. Todo o desenvolvimento do Estado de São Paulo se deu em função da interiozação, da humanização e do desenvolvimento global pelos planaltos interiores, mas nós continuamos numa escarpa que separa o litoral dos planaltos interiores revestidos por florestas e milagrosamente preservados das ações antrópicas. Diretrizes para continuar preservando, para evitar novas catástrofes eventuais e, sobretudo, evitar catástrofes que possam se estender por espaços maiores e um programa crítico. A Serra do Mar é uma unidade estratégica do Estado de São Paulo em termos de preservação. Dona Olga Cruz defende suas inúmeras temáticas estratégicas para preservação de paisagens naturais integradas num contexto de organização do espaço de um Estado que está 93% ocupada por fatos lineares, areolares, ligados à vida rural, à vida urbana e à vida industrial.

Agora, outras linhas de pesquisas eventuais, cada orientador tem as suas preferências. Via de regra, aqui no Departamento existe uma tendência para que os orientadores mais novos provoquem trabalhos ligados aos assuntos de sua tese de doutoramento. Eu vejo isso com muito bons olhos, porque a tese de doutoramento equivale a uma experiência mais demorada, de maior fôlego, e se ela pode se traduzir em desdobramento, tanto melhor. Infelizmente, isso não pede ser muito intenso. Como nós recebemos gente de muitas áreas do Brasil, às vezes isso não pode ser mantido como uma regra, porque a pessoa provinda de outras áreas escolhe a sua própria área, justifica a escolha e a gente acaba, em alguns casos, acatando.

Então, há uma diversificação por esses dois pólos: um por viabilidade de trabalho em áreas justificadas do conhecimento do pós-graduando que procura a Universidade, outro por extravasamento do pólo de conhecimento principal do orientador. Eu só não justifico muito esse problema de extravasamento de conhecimento em função da tese em termos da formação global de um geógrafo, de um historiador ou de um cientista social, no que se refere a sua carreira.

Por exemplo, eu acho muito nocivo e muito pouco fértil aquele que monta na temática da sua tese e a vida inteira justifica todo o seu ensino, toda a sua orientação, todos os seus trabalhos em função daquele trabalho inicial. Era de se desejar que as pessoas encontrassem temas cada vez mais importantes, cada vez mais

diversificados, cada vez mais dirigidos as necessidades do país, da comunidade e da sociedade como um todo, do que ficar muito subjetivamente ligado a uma temática que foi, afinal, de um caneco de carreira. Mas isso falando em termos gerais, que não são os termos do nosso Departamento.

M.B. – O Sr. falou na missão francesa. É muito comum a vinda de professores ou pesquisadores estrangeiros por algum tempo para o Departamento? Como é esse intercâmbio?

AAS. – Esse convênio possibilitou a vinda ocasional, não permanente, não é uma contratação de decentes, mas sim um simples convênio de agências de financiamento. O **(?)** fornece parte das verbas necessárias para viagens e pesquisas e a FAPESP tem fornecido outra parte. Aliás, uma parte que não estava combinada com ela. A FAPESP foi extremamente generosa, aceitou, embora com reação, participar com o dinheiro da parte brasileira. Infelizmente os recursos dos departamentos são muito pequenos e o Instituto, que estava com a marca de ser fundido com o Departamento, também tem dificuldades insuperáveis no setor de fornecimento de verbas. Então a FAPESP acabou sendo quem agüentou com a parte financeira do convênio.

De um modo geral, a vinda de professores nos últimos tempos é esporádica, levando em conta todo o conjunto dos departamentos. Aqui na Universidade de São Paulo são os grupos da Filosofia que têm mantido o esquema do passado e, eu acho, à custa de uma série de arranjos que não conheço. Eles foram fieis a essa universidade do conhecimento universitário, o que tem sido muito bom para a Universidade de São Paulo e para as outras vizinhas, as novas que estão se farinando no interior.

Agora, os outros departamentos se refrearam. O que é um pouco triste, a meu ver, é que essa espécie de perda de uma tradição foi em função de motivos um pouco internos: "É preciso desdobrar as verbas, 'obter mais dinheiro para poder obter mão-de-obra". Isto não justifica, certo? Eu não gostaria de comentar esse assunto com mais vagar, porque é um assunto inclusive vulcânico. Ele envolve um resíduo de paternalismo e de subjetivismo na seleção dos elementos que concorrem à universidade brasileira.

M.B. – Agora, em relação aos alunos do curso, o Senhor falou que recebem alunos de outras partes do Brasil. É muito comum isso?

AAS. – Bom, no início da instalação dos cursos de pós-graduação no regime novo, e até mesmo um pouco antes, porque a Universidade de São Paulo e a pioneira nos cursos de doutorado em Geografia no Brasil... Nós há muito tempo temos um doutorado na Universidade de São Paulo que, apesar de não ter essa organização operacional que hoje nós conhecemos, redundou em teses muito boas. Todos os ex-professores e todos os atuais professores de casa fizeram seu doutorado na própria casa, por esse regime antigo.

Desde a professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho num estudo muito antigo sobre o litoral e o caiçara no litoral norte; Dona Nícia Lecoq Muller num estudo famoso sobre tipos de sitiantes no Estado de são Paulo; professor Petrone num trabalho sobre a baixada do Ribeira de Iguape; o professor João Dias da Silveira em trabalhos sobre a Mantiqueira Ocidental – estou falando de memória, os títulos certamente não estão corretos –; eu próprio num trabalho sobre a Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo; o professor Araújo num trabalho sobre a região de Itanhanhem, instalou-se essa tradição de doutorado.

Depois houve a instalação de uma pós-graduação com alguma estruturação, que logo teve que ser reestruturada porque nós tivemos que acompanhar o Governo Federal. Nesse nível dessa pós-graduação nacional, as coisas são muito desagradáveis para a Universidade de São Paulo em função de um processo competitivo que eu considero horroroso e asqueroso.

Nós já tínhamos o nosso doutorado, tínhamos feito a nossa pós-graduação antes que houvesse pós-graduação no Brasil e, de repente, adotando um novo sistema, passamos a sofrer sistematicamente as críticas e uma verdadeira guerra dos que estavam se iniciando na instalação da pós-graduação em outras áreas. Negócio extremamente difícil para nós, sobretudo os da Faculdade de Filosofia, porque inclusive surgiu, pela primeira vez, o problema de que a Universidade de São Paulo é uma grande universidade estadual e todas as outras são grandes universidades

federais. Chegou-se a incrível idéia de que os doutorados de São Paulo tinham que sofrer um processo especial de reconhecimento por rima série de órgãos muito novos e não estruturados para isso, para depois terem validade nacional. Então, toda a nossa pós-graduação praticamente está sendo feita ao nível de uma validade estadual. É um negócio absurdo.

M.B. – Esse processo existe para diplomas do exterior também? Tem que ser revalidados?

AAS. – Para o exterior sim, mas a nível nacional não tem sentido. Nós estamos inclusive num entrave muito grande. Nós recebemos gente de toda parte por super-solicitação, e os que conseguem chegar ao mestrado... É difícil para o estudante médio brasileiro, que provêm de licenciaturas feitas dentro de inumeráveis defeitos como nós sabemos, chegar ao mestrado. Ele faz bem os cursos, algumas atividades, excursões, mas na hora de redigir sua dissertação de mestrado ou sua tese de doutoramento surgem n entraves que revelam coisas que vem lá do passado: falta de, capacidade de redação e falta de metodologia. Os próprios cursos, por mais intensivos que sejam na parte de informes metodológicos e de técnicas, não conseguem recauchutar e reciclar uma pessoa que veio com dificuldade. No começo nós fomos muito, vamos dizer, tapeados pelo grande nível verbal das pessoas que vem de certas áreas. Pessoas que, do ponto de vista verbal, pareciam que tinham todas as condições necessárias para a pós-graduação, mas na realidade aquilo era esvaziante, e só o tempo nos alertou sobre esses assuntos.

No momento nós temos esse grande problema, mas não podemos parar com a pós-graduação para fazer processos burocráticos e mutantes, porque cada vez pedem um tipo de documentação. Fazer um histórico de uma faculdade pequena não é nada, mas fazer um histórico de uma universidade como é a Universidade de São Paulo para depois incluir num processo que ninguém vai ler é um absurdo.

Outro absurdo é o seguinte: fomos nós que fizemos os primeiros laboratórios e temos os melhores, no entanto temos que colocar fotografias dós laboratórios, dimensões, coisas desse tipo, quando é sabido que, no mundo inteiro, um laboratório é função dos elementos e da massa crítica que os dirige. O espaço é, sobretudo para certos setores, o menos importante. As prescrições burocráticas são enormes nesse sentido,

então nós permanecemos numa atitude de marginalização e de inferioridade incrível nesse setor.

Por outro lado, existem coisas que historicamente só o tempo vai colocar numa análise bem feita. As Universidades Federais Brasileiras durante muito tempo fizeram livre-docência sem condicionamentos a títulos prévios, nem mestrado nem doutorado. Muito bem, esse sistema praticamente era de se imaginar que tivesse terminado para sempre no dia em que se instalaram, em nível nacional, as novas estruturas da pós-graduação. Pois bem, de quando em vez certas universidades, e nem sempre as melhores, voltam ao processo antigo de fazer livre-docência sem exigir mestrado e doutorado para corrigir o problema da não titulação dos seus professores. O pior e que eles fazem umas coisas um pouco assim de competição de interesse estadual, a meu ver horrorosa, que é a de que a livre-docência ainda equivale a ganhar o título de doutor como um acréscimo ao processo de formação do docente-livre. Isso a meu ver é um passa-moleque na pós-graduação.

Veja bem que eu entendo os problemas pessoais inenarráveis e dramáticos das pessoas que fizeram universidade há muito tempo e que hoje estão na contingência de precisar de uma titulação. Mas atenção, não vamos quebrar todas as estruturas para resolver os problemas pessoais. Era preferível que houvesse um capítulo de tolerância ou de uma função especial para aqueles professores que não cuidaram da sua carreira ao longo dos anos, mas que tem conhecimento, bibliografia e currículo, mas não esse sistema que cria situações muito ruins, sobretudo essa de que nós estamos trabalhando em nível de doutorado e depois o doutorado vem de presente para quem fizer livre-docência. Em que fica a estrutura e os direitos dos que fazem as coisas com os degraus todos certos?

Bom, esse é um problema que me afeta muito porque eu sou chamado, eu e meus colegas, a participar de bancas de livre-docência para pessoas que praticamente vão ser promovidas a livre-docentes com um concurso. Esse concurso devia ser para outra coisa e não incluir um título de doutorado, normalmente. Agora, eu reconheço que há problemas residuais nesse campo. Tem gente de altíssimo nível que começou por outros campos, ou no campo do serviço público ou das instituições paraestatais ou governamentais, que chegaram a níveis culturais científicos excelentes e que não

tiveram oportunidades de fazer um doutoramento, o que demonstra que para eles deveria haver um nível muito especial, um nível de professor colaborador fora da carreira até certo ponto, mas com todos os direitos e atendendo a toda dignidade do seu trabalho e da sua produtividade. Porém, isso é um tratamento meu, pessoal.

M.B. – Em relação aos alunos regularmente matriculados no curso, tem algum de outros estados?

AAS. – Em relação aos alunos eu vou dar a experiência que nós temos. Nós temos tido muita gente do Nordeste, gente que se alertou cedo para o problema da titulação, Temos tido alguns professores de algumas universidades que se alertaram e se desarvoraram pelo fato de não terem aquela titulação que passou a ser exigida nesses termos que estou falando para vocês. Então, houve uma super-solicitação de lugares e nem sempre com aquela sinceridade de propósito que seria de se desejar. Eles queriam uma inscrição, um orientador, uma oficialização e às vezes, o que é mais serio, utilizaram-se do título de estarem inscritos na pós-graduação para continuarem a obter favores e vantagens na sua Universidade. Isso foi dramático sabe.

Nós estamos vivendo um período de transição complicado nesse nível. As áreas que têm mais solicitado ingresso na Geografia são: Nordeste, especificamente Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e alguns raros de Pernambuco, que felizmente agora se alertou para o problema e instalou cursos. Eu tive a felicidade de poder dar minha opinião sobre o problema na instalação dos cursos de Recife. Acho que eles têm gente muito boa para fazer, embora, a massa, crítica não seja, muito abrangente. Mas, há que começar, não é possível ter todo um corpo de professores de pós-graduação sem ter a pós-graduação. Bem, muitos vieram do Pará, alguns de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, muitos de Goiás.

Os de Goiás criaram alguns problemas. Houve a tentativa de resolver o problema através de um convênio pouco discriminatório em relação aos outros alunos. Todos os créditos e os cursos depois poderiam ser aceitos aqui mesmo. Não, desculpem, houve uma tentativa de que, em Goiás, pudessem ser feitos cursos por vários professores daqui, cursos em nível de pós-graduação que em seu conjunto depois dessem títulos e créditos para que eles pudessem terminar a sua pós-graduação aqui.

Isso seria válido se a gente pudesse fazer para todo Brasil. Em que ficamos com os outros?

Houve uma cláusula sábia nesse convênio que me faz sempre pensar no valor de algumas palavras. Com os cursos dados por alguns professores dentro de convênio, um pouco unilateral e um pouco não muito integrado no conceito de pós-graduação, lá em Goiás, em Goiânia, pretendia-se que aqueles créditos obtidos desses cursos, dados em fim de semana, esporádicos, embora intensivos e pelos nossos próprios professores, pudessem valer créditos aqui. O grupo do convênio dizia: "deverão valer créditos". A Comissão de Pós-Graduação da Reitoria da Universidade de São Paulo teve o cuidado de colocar: "poderão". Isso fez com que cada caso fosse um caso. Por muitos anos nós mantivemos a fórmula de que só consideraríamos uma equivalência se realmente o mestrado tivesse sido terminado lá. Aí então a pessoa teria feito cursos, atividades, desenvolvido pesquisa e ter minado um documento probatório da sua capacitação cultural e científica, dentro de uma experiência de pós-graduação. Confesso a vocês que houve muita duvida e muitas pressões para que este poderão e deverão pudessem ser trocados de posição. As coisas no Brasil são complicadas nisso.

M.B. – Em relação aos alunos em geral daqui, como é a absorção deles? Existe alguma política deliberada para o próprio Instituto de Geografia absorvê-los ou existe um mercado de trabalho alternativo fora da Universidade?

AAS. – Não. As experiências da instalação de um corpo de geógrafos no Instituto de Geografia, a meu ver, foi um fracasso. Foram feitos concursos muito prematuros, e as pessoas que ingressaram oficialmente, via concurso, depois se sentiram à vontade para não precisar nem mesmo continuar seu curso de pós-graduação até o término. Então, eu preferiria não falar nessa experiência. Uma das minhas ações pessoais, levando em conta o não sucesso instaurado e o não comprovado através de falta de trabalhos adequados, levaram-me, inclusive a obrigar a recolher trabalhos por outras vias, de outras pessoas. Isso está muito bem documentado nas publicações do Instituto de Geografia, que não são publicações dos seus geógrafos apenas, mas são sobretudo de n pessoas que se vincularam a trabalhos no Departamento, tese de mestrado, tese de doutorado, e de pessoas que estiveram vinculadas a temáticas

paralelas. Então, não ampliamos muito quadro quando percebemos que a abertura de concursos oficiais e semi-vitalícios era negativa. Agora, de um modo geral, toda essa clientela que vem para a Universidade de São Paulo e que consegue terminar o seu mestrado não tem problema de mercado de trabalho.

M.B. – Qual é esse mercado?

AAS. – O mercado de trabalho são as faculdades do interior de São Paulo: Franca, Presidente Prudente, Rio Claro, e as faculdades da área de origem, sobretudo as faculdades do Nordeste. Além disso, devemos lembrar que alguns vieram porque estavam num começo de carreira docente. Esses só tiveram a vantagem de uma titulação ao regressar, porque reassumiram as suas funções.

Agora, no campo do planejamento existe muita solicitação de pós-graduandos mas, via de regra, eles trabalham nesse campo ancilarmente até o momento em que podem encontrar um lugar na Universidade. O planejamento está correspondendo a um interface entre o início do curso, o meio do curso e a época da defesa de tese. Defendida a tese, via de regra, os melhores, mais ativos e reconhecida, mente bons não têm tido problemas de disputar um lugar em São Paulo ou fora de São Paulo.

Havia reclamação de mão-de-obra, mesmo antes da pós-graduação ter sido instalada, para cooperar com algumas unidades de outros estados. Curiosamente, os que foram sem o mestrado ou antes de terminar o seu mestrado protelaram o termino do curso *sine die*, o que também mostra como o problema é complicado. Nesses casos os alunos entraram numa posição tal, tiveram vantagens especiais, instalaram-se nos lugares de procedência e passaram a ter problemas para terminar o seu mestrado. Às vezes a área escolhida também não combinava com a sede. Existem problemas de todo tipo, sobretudo no campo dos geógrafos que podem operar em qualquer área do Brasil.

Posso lhe dar uma idéia dos temas de doutores da fase antiga e da fase moderna, sem discriminação, formados por mim? Por Exemplo, D. Margarida Penteado, que hoje está em Brasília, casou-se e tem o nome agora diferente, ela fez uma tese sobre geomorfologia da porção centro-ocidental da depressão periférica paulista, onde se

situa a bacia detrítica de Rio Claro e a cidade de Rio Claro, bacia essa que está muito próxima das encostas da Serra Geral. A D. Olga Cruz fez esse trabalho sobre a Serra do Mar e também estudos, pequenos do setor do litoral de Caraguatatuba. Professor Carlos Augusto estava em Brasília e fez tese sob minha orientação ainda fora da Universidade. Ele nem precisaria de um orientador, a meu ver, mas teve. Ele fez sobre o ritmo das chuvas de inverno nessa parte sul-oriental da fachada atlântica brasileira.

Existe um rapaz do Nordeste, o professor Marcas, que fez um trabalho de mestrado sobre o vale do Choró no Ceará. Eu gostaria fazer um comentário sobre isso. Um orientador que está preocupado com métodos e técnicas, que dá cursos, faz excursões na sua área de laboratório, ou seja, não muito longe de São Paulo, para poder orientar uma tese da Geografia ou Geologia em outros lugares, é preciso ter estrutura para se deslocar. No caso desse aluno eu tinha que dar um apoio no campo, e um apoio que seria fundamental, porque, apesar ser um aluno do Nordeste, ele ainda não tinha condições de fazer totalmente a estruturação de sua tese e o conhecimento de alguns problemas de campo sem a presença do orientador.

Então veja, eu me desloquei até lá mas de um modo ocasional, porque eu não posso me deslocar para todos. Aproveitei-me de um convênio que a Academia Brasileira de Ciências fazia em torno do reexame das regiões semi-áridas. Ao ensejo de percorrer todo o Ceará e, sobretudo, a fronteira do Ceará com o Piauí, na região entre picos e fronteiras e na chapada do Araripe, eu fiz um destaque especial dentro do conjunto das excursões para a área do Choro. Isso é só para dar uma idéia das dificuldades. Uma outra moça do Rio Grande do Sul começou o mestrado comigo mas não terminou. Não teve a sorte de eu poder me deslocar até lá e curiosamente esse mestrado foi paralisado.

Bom, continuando com os temas de trabalhos de mestrado e doutorado, às vezes a gente aceita um tema um pouco marginal à Geomorfologia ou Geografia Física. Eu aceitei um estudo de um cidadão, o professor Jacques Valle, que fez um trabalho sobre o entreposto de pesca no litoral, na região de Santos, e o sistema de abastecimento de pescado na região de são Paulo. Isso porque eu queria que ele desse uma conotação ecológica ‘aos problemas das áreas de pesca na costa. Mesmo que o

trabalho não saia com essa conotação, acaba podendo ser defendido em nível de mestrado. Com críticas sérias, mas acaba sendo defendido.

D. Lílian Cotrinaria, uma moça argentina que tinha feito um estágio muito bom na França, em Strasburg, com o professor **(?)**, depois que voltou para a Argentina, teve problema de lugar e de adequação ao nível que ela tinha conseguido no exterior. Então, ela solicitou minha orientação e também minha intervenção para arranjar bolsa para sobrevivência dela aqui no Brasil. À custa de boi sas do CNPq – uma das raras que pedi na minha vida –, da FAPESP e um pouco de alternância com algum financiamento do próprio Instituto, ela fez um excelente trabalho sobre a Geomorfologia da região de Guaratinguetá.

Eu sempre me impressionei com a posição de Guará dentro do conjunto do compartimento do Médio Vale do Paraíba, por causa de uma certa simetria topográfica, geomorfológica, que existe ali. Eu dei esse tema a duas pessoas. A primeira não fez. A segunda correspondeu plenamente a minha confiança e fez um trabalho de excelente nível que está publicado naquelas monografias. Isso para dar uma idéia a vocês desses trabalhos.

De um modo geral a minha atividade em pós-graduação, no momento, está um pouco bloqueda por razões administrativas e porque eu me reservei o direito de continuar os meus trabalhos de pesquisa. Eu gostaria talvez de terminar essa entrevista dizendo o que eu estou fazendo. Vou dizer uma coisa a vocês sem vaidade nenhuma, é que eu entendo um professor universitário como um trabalhador que não possa medir sacrifícios em termos da pesquisa e da preparação dos seus trabalhos. Nesse sentido nunca me acomodei à idéia de que deveria ter um tema apenas perseguido por algum tempo e depois passar a outro. Normalmente eu tenho muita coisa a fazer. Ontem, no fim da noite, terminei um trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido há muitos anos. Vou começar por ele.

Chama-se: “A Problemática da Desertificação e da Savanização no Brasil Intertropical”. Por que esse trabalho? Eu soube há uns meses através, de colegas argentinos, que iria haver uma reunião em Nairob para discutir os problemas de desertificação a nível mundial. Esse problema é muito sério porque por

desertificação nós podemos entender muita coisa: lesionamentos ou mudanças climáticas naturais, ou mudanças climáticas locais, microclimáticas, provocadas. Então, eu fiquei apavorada com a idéia de que alguém pudesse fazer um estudo sobre esse problema bitolado por um único conceito só.

O meu colega, professor Virgílio Rui, que está encarregado de apresentar em nome da Argentina o mapa do Cone Sul, sobretudo incluindo a Argentina e Chile, sobre os problemas de desertificação, pediu-me uma colaboração me procurando em nível mais ou menos pessoal. Veja como são essas coisas. Fui a Mendonça; dei minha colaboração em nível pessoal; uma longa conferência sobre o Nordeste, sobre os problemas principais do conceito de desertificação aplicado ao Brasil na área nordestina, na área do cerrado, na área pré-amazônica, na própria área Amazônica, no Sul, Sudeste etc., mas depois fiquei pensando que a minha obrigação em primeiro lugar, antes de mandar um texto para o meu colega e amigo pessoal e que foi quem me pediu a informação inicialmente, era mandar um trabalho desse para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, porque o Brasil vai se representar nessa conferência.

Acontece que entre nós são chamadas em ultimo lugar as pessoas que entendem de um certo assunto. Sempre é organizado um grupo, em geral sempre o mesmo, que faz uma tremenda demagogia em torno de assuntos sérios, que repete coisas, coisas ultra repetitivas numa conferência internacional. Nesse momento dando um exemplo a você de como eu vou proceder. Antes de mandar para o Rui, pedi a um amigo que encaminhasse ao Itamaraty, sem compromisso, é um presente, uma pesquisa minha, fruto do meu trabalho etc...

Um outro trabalho que acabo de terminar, está faltando apenas o desdobramento da bibliografia, seria esse aqui. Já está preparado para ir para a gráfica: “Espaços Ocupados pela Expansão dos Climas Secos na América do Sul por Ocasião dos Períodos Glaciais Quaternários”. É uma espécie de retrospectiva sobre como penetraram os climas secos quando o nível do mar estava mais baixo, a linha de costa mais distante ...

(Final da Fita 4 – B)

AAS. – Esses tipos de trabalhos sobre Paleoclimas e Paleoecologias estão sendo reclamados pelos nossos colegas naturalistas de um modo tão intensivo, através de cartas, contatos pessoais etc., que me vi na obrigação de, antes mesmo de colocar toda a bibliografia que reuni, que é muito grande e que afeta todos os rios da América do Sul, colocar uma bibliografia primária baseada apenas naquilo que serviu de apoio. Desdobrei a bibliografia sobre Paleoclimas para outro boletim, a fim de que isso possa ser publicado e posto à disposição de meus colegas.

O professor Vanzolini é um dos que me exigem que eu dê o título, o número do boletim e a série onde vai ser publicado, porque ele já tem que citar pelo menos o mapa que acompanha isso. Antes mesmo desse trabalho que ele vai publicar, ele já apresentou um primeiro, esboço baseado nesse mapa que acompanha o trabalho lá em Tucumã, na Argentina. São coisas que obrigam o pesquisador a se apressar e, inclusive, incorrer em deficiências graves, como por exemplo bibliográficas, como por exemplo a de não dar tanto tempo para se ofertar às pessoas de diferentes especialidades para avaliarem o trabalho etc.

Outro tipo de trabalho meu é o seguinte: eu havia feito um estudo sobre os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos no Brasil, depois ampliei esse trabalho e divulguei-o de várias formas, entre geógrafos, entre naturalistas, entre biogeógrafos. Devo dizer que, insensivelmente, ao apresentar esse trabalho para vários tipos de colegas de disciplinas diferentes, eu estava testando o trabalho. O tempo se encarregou de dizer que esse trabalho estava bem e agora eu o estendi para a América do Sul.

Fiz um mapa que vai entrar nesse trabalho na categoria de ilustração fundamental, mas na realidade tinha que ser o contrário: o mapa é o principal e o trabalho é a memória sobre o mapa. Esse trabalho vai especificamente para o Doutor Paulo Nogueira Neto que, através de uma reunião em Brasília, depois de uma longa intervenção minha, solicitou, que nós fizéssemos um esboço de visualização sobre os grandes domínios macro-ecológicos da América do Sul para uso do CEMA.

O meu trabalho é esse primeiro esboço. A partir daqui outras pessoas vão detalhar

para o próprio CEMA, em outras escalas mais importantes ainda do que essa, a área específica das chamadas reservas naturais ou das estações biológicas que o CEMA está organizando. Isso é um quadro global válido para a América do Sul; depois pequenos pontos ou sub-áreas desse conjunto serão detalhados.

Aí, então, entra uma metodologia que não é minha, que é uma metodologia às vezes guiada por diretrizes internacionais, mapas geomorfológicos de pequena escala ou de grandes detalhes e mapas também como aqueles que o professor Jurnot acaba de programar em **(?).** São mapas das condições ambientais dinâmicas, quer dizer, um mapa capaz de, através da sutileza cartográfica, revelar fatos da dinâmica dos processos. Esse seria o ideal para se fazer na escala do estudo das pequenas estações.

Essa é a orientação que nós, Vanzolini e eu, temos dado para o Doutor Paulo Nogueira Neto. Fazemos esse trabalho de presente geral e depois ele encomenda trabalhos detalhados aos especialistas: a uma Olga Cruz, a um Luiz Guimarães Azevedo, a um dos alunos colaboradores do professor Queiroz que já esteja preparado para isso. A minha classe está preparada para isso, mas não quero comentar.

Fora disso, nesse mesmo momento... Vocês vejam como é um pouco difícil a vida da gente, porque essas coisas só a gente conhece. Na categoria de conselheiro do CONDEFAT-SP, que é o Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arqueológico e Histórico do Estado de São Paulo, nossa instituição paralela ao IPHAN a nível nacional, eu me encarreguei de problemas de preservação de recursos naturais e de política de preservação a nível do Conselho.

Acabo de terminar um pequeno trabalho, que vou ter que publicar um pouco forçado, porque as idéias essências estão ali, devem ser divulgadas logo e eu não teria tempo para ampliá-las, chamado: “Diretrizes para a Preservação dos Recursos Naturais, das Potencialidades Paisagísticas e dos Pontos de Turismo do Estado de São Paulo”.

Lembro a vocês que trabalhar a nível nacional e uma coisa, seria trabalhar para uma política de preservação de áreas naturais que podem ser agredidas extensivamente por modelos de ocupação irracionais, como é o caso da Amazônia, sobretudo da

faixa Pré-Amazônica, onde chove menos e existe mais fragilidade. Mas trabalhar ao nível do Estado de São Paulo é o oposto, porque é ao nível de um Estado extremamente humanizado, com densas redes urbanas, com industrialização e com comprometimento de quase todos os espaços.

Dentro dessa conjuntura já implantada, encontrar possibilidades de indicações para uma política de preservação, não é fácil. Interfere com interesses dos especuladores em matéria de glebas de turismo, de lazer litorâneo, lazer de veraneio etc., e também interfere com os projetos do próprio Governo que às vezes é obrigado a utilizar esses últimos recursos de espaços existentes numa área tão profunda e intensivamente ocupada. Veja que a dificuldade não é de se desprezar. É uma dificuldade grande.

M.B. – Nós poderíamos considerar que esse seria um campo, na Geografia, onde se daria uma interação entre Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada?

AAS. – Eu mostrei o que estou fazendo para depois dizer a vocês que, apesar da deformação básica rigidamente ligada à Geomorfologia, à Geografia Física em geral, mas sobretudo à Geomorfologia Estrutural e Climática, acabei por chegar a um ponto em que tive que fazer concessões ao Planejamento e às aplicações da Ciência.

Digo fazer concessões porque acho que as aplicações da Ciência nunca são diretas, nunca são um extravasamento canalizado de um setor para o Planejamento, mas sim de muitos setores e de muitas combinações de setores adequados para o Planejamento. Então, pretender fazer Planejamento apenas retirando ilações de conhecimentos básicos jogados para uma diretriz de aplicação direta, a meu ver, pode atingir o nível da chantagem. Não existe isso em Ciência.

Agora, as ciências bem combinadas entre si e dentro de roteiros operacionais racionalizados podem servir ao Planejamento em muitos setores. Mas notem que as combinações são variáveis. O grau de participação de cada cientista pertencente a cada campo varia conforme a sua possibilidade de aglutinação com os conhecimentos dos vizinhos em termos de ciências ou de técnicas.

Eu vejo bem claro o problema da aplicação das ciências. O que existe são aplicações

das ciências e das tecnologias combinadas entre si na direção de projetos e Planejamento, que pode ser a nível regional, urbano, planejamento do patrimônio ambiental urbano e outros tipos de Planejamento: preservador, reorganizador do espaço etc. Minhas experiências dentro dessa ótica são, no momento, razoáveis.

Eu me iniciei nesse campo do Planejamento um pouco nacionalisticamente. Não vi o Planejamento como uma possibilidade apenas de trabalho profissional, mas de colaboração no sentido de atingir parcelas das comunidades que estão mais próximas de nós ou de outras que estão muito distantes e que merecem muito o trabalho dos que tiveram felicidade de ter a condição de pensar em níveis adequados para propor mudanças.

Nesse nível, eu trabalhei sempre em estudos básicos até onde pude, quer dizer, ofertas de panoramas de situação, panoramas de conjuntura sobretudo de áreas, regiões, bacias, províncias geomorfológicas e estados. Sempre foi uma tendência para inventariar integradamente a conjuntura e ofertar aos outros que, sobre as minhas observações básicas, fizeram diagnósticos e puderam propor. Mas aí eu tam bem me reservei o direito de, depois da análise das conjunturas, me interessar pelas proposituras. Então preparei os diagnósticos. Houve diagnósticos de grupos interdisciplinares e as propostas também foram pouco fiscalizadas. Não devo dizer a vocês que os resultados posteriores tenham sido sempre bons, porque uma coisa é o planejamento no Brasil provocado por pedidos de instituições estatais e paraestatais e outra coisa é a sua implantação.

Eu ainda participo da idéia de que o ideal seria a existência de Planejamento a nível das instituições por chamamento de pesquisadores capazes de fazer avaliações conjunturais e propor coisas racionalizadas. Imediatamente essas instituições partiriam das primeiras propostas aprovadas para a implantação e não fariam propostas, inclusive sob o nome ridículo de "pacotes", que depois ficassem à disposição de 'n' clientes que também não têm condições de implantar.

O atual Sistema de Planejamento, em que se gasta a meu ver um dinheiro imenso da Nação, pode deformar o sistema de relacionamento entre os cientistas e o objetivo dos planejamentos. Um dia as pessoas podem se acostumar apenas a servir de mão-

de-obra para os es critérios de Planejamento sem nenhum interesse na implantação.

Devo dizer que tenho sido rigoroso e, nesse sentido, um pouco cáustico. Fiz um planejamento para a CESP, aqui no Estado de São Paulo, junto com dois colegas. A pedido de colegas arquitetos e urbanistas da CESP, fizemos um trabalho modelar sobre tratamento paisagístico de lesões de paisagem em torno de uma área de uma represa num mar de morros – mar de morros devido a esse enorme volume de decomposição de rochas e devido aos lesionamentos por raspagens – para poder formar os embasamentos dos aterros na área de barragens, com diversos tipos de solo de massas decompostas de rochas.

Os lesionamentos sendo muito grandes exigem um tratamento muito especial. Então, eu e os meus colegas fizemos uma proposta de reafeiçoamento das formas, de eliminação dos pontos críticos que eram capazes de acelerar a erosão etc., e, por indicação do meu colega Chassel com quem mantive um tratamento muito fraternal nesse processo, fizemos um outro para o reflorestamento maciço de todas as áreas reafeiçoadas.

Devo dizer que a experiência valeu, até certo ponto, porque o engenheiro que estava na fase terminal de obras entendeu e atendeu às nossas diretrizes, reafeiçoou usando o tempo disponível, o tempo ocioso da maquinaria e cobriu com terra vegetal. Sobre esse assunto nós insistimos muito. O grande erro depois de não existir disponibilidades para reafeiçoar uma paisagem lesionada e que as primeiras capas do solo, os primeiros horizontes do solo são retirados e jogados na base dos aterros. É preciso retirar, armazenar, fazer os aterros e depois usar esse silo de material para recompor a paisagem.

Eu fiz um paralelo, para poder explicar didaticamente àqueles que estavam trabalhando, com o princípio das series inversas em Geologia: o primeiro material que se retira por erosão de uma área é jogado na base; o segundo é jogado no meio; o terceiro é jogado por cima do meio e assim por diante. Quem entendeu o princípio das séries inversas pode adotar formulas de Planejamento evitando a textura disso na pratica, nas áreas de aterros. Apliquei isso ao caso do tratamento paisagístico da região do Paraibuna e apliquei isso ao caso do tratamento paisagístico do distrito

industrial de Manaus, onde existiam sérios lesionamentos.

Agora, sé vocês têm curiosidade em saber quais essas colaborações paralelas e ocasionais, as primeiras foram sobre barragens. O problema de como uma barragem cria um lago artificial e acrescenta à natureza uma massa de água especial onde não existia antes esse estoque de água acumulada. Uma barragem cria novos visuais; de certa maneira cria ambientes muito especiais, microclimáticos e também estéticos; lesiona alguns lugares e também dificulta à passagem transversal de certas estruturas de áreas que ficam sincopadas.

A partir desses estudos sobre algumas barragens, sobretudo uma no Tietê que se chamava: "Projeto Leinz", depois eu fiz um trabalho para o Metrô. Reuni todo o conjunto de conhecimentos essências sobre o sistema de colinas da região de São Paulo. Isso foi para mim um trabalho muito entusiasmante porque nós não tínhamos Metrô no Brasil. Poder fazer um estudo básico para apresentar aos colegas técnicos, que no caso vinham de diferentes áreas tecnológicas e também de diferentes países e regiões: uns da Alemanha, outros de dentro do Brasil mas de outros Estados, do Rio sobretudo, foi uma tarefa especial. Eu ainda desdobrei fazendo um mapa geológico, um mapa geomorfológico novo para servir de base a esse trabalho, que foi publicado muito parcialmente no Relatório do Metrô de São Paulo nos dois volumes que eles fizeram. Eles fizeram apenas um destaque pequeno para isso.

Depois eu continuei os estudos sobre modelos de implantação completamente por minha iniciativa e desligado de qualquer profissional. Na maior parte das vezes, eram modelos para melhorar a abertura de clareiras na Amazônia brasileira, com a finalidade de preservar as matas que estão nos interflúvios planos e secos, evitar os cortes das matas das cabeceiras dos mananciais é evitar os cortes das matas ao longo dos igarapés, dos ressaltos da topografia e das áreas corrugadas.

Quando passei pela Belém-Brasília a primeira vez e, sobretudo1, na área norte de Imperatriz, no Maranhão, fiquei desesperado com o quadro que vi. Por uma questão de economia e por uma questão de irracionalidade metodológica do ponto de vista agronômico e do ponto de vista de possibilidade de mensurações, eles abriam uma

frente a partir dos pontos limites em que podiam começar a trabalhar nas glebas à margem da Belém-Brasília e depois faziam o desnudamento generalizado, passando por todos os níveis da topografia e sem atendimento às áreas corrugadas, aos mananciais, aos interflúvios planos, aos igarapés. Eles modificaram em pouco tempo a própria funcionalidade e fisiologia da paisagem nessas áreas. Isso eu considero não uma desertificação, mas uma coisa equivalente à desertificação, entre aspas, porque possibilita um quadro irreversível. Esse trabalho eu tenho muito cuidado com ele. Ofertei-o para o Doutor Paulo Nogueira Neto e não posso saber o destino que vai ter. Infelizmente há essa barreira, você faz o Planejamento e não tem resposta posterior de ninguém.

Colaborei também em estudos básicos sobre a geomorfologia do Vale do Tietê para a instalação desse chamado: Parque Ecológico do Tietê. Eu digo chamado porque existem problemas. Essa expressão, até certo ponto de vista, foi demagógica. É mais fácil aceitar um projeto com o nome de Parque Ecológico num momento em que a Ecologia está muito atual, tem um grau de atualidade muito grande, do que aceitar verdadeiramente as diretrizes ecológicas para o projeto. A meu ver o projeto já teve algumas saídas em falso, porque pressupunha que se preservaria alguma coisa da Ecologia contanto que se fizessem algumas retificações no rio nas áreas de meandros remanescentes e muitas obras de arquitetura dentro da planície. Eu tinha uns pontos de vista um pouco diferentes que foram sempre muito bem acatados pelos meus colegas do grupo do arquiteto Rui Altarque e do arquiteto Hélio Pasta. Eles me ouviram com muita seriedade, mas também tiveram que fazer suas concessões profissionais às autoridades que tinham outro pensamento sobre isso. Esses são os tipos de trabalho que faço.

Agora passei para essa questão de colaboração com órgãos aos quais eu, por indicação do Departamento de Geografia, foi agregado. Eles tiveram a boa idéia de que o CONDEFAT em São Paulo deveria ser representado por elementos saídos de diversas instituições e não por um colegiado exclusivamente organizado ao acaso. O Departamento de Geografia, chamado a falar, indicou três nomes e o Governo escolheu o meu. Dentro dos meus limites de tempo, tenho dado uma colaboração graciosa, não remunerada.

Procuro fazer da melhor maneira possível, embora ache muito difícil no meu setor, dado às dificuldades de reorganização dos espaços nos países liberais. É evidente que os países do bloco socialista não têm problemas de organização do espaço porque eles impõem a organização deles. Mas, dentro de um quadro pré-estabelecido, complexo, tentar estabelecer diretrizes para zonear, arrumar as coisas e ordenar a organização dos espaços é uma tarefa difícil e perigosa. É muito fácil as pessoas, dentro de um ciclo macarthista, picharem o indivíduo que tem noção sobre organização do espaço, alguém que esteja frontalmente contra a figura, por exemplo, da propriedade privada.

O meu maior esforço é encontrar fórmulas para defender os últimos remanescentes de natureza, corno áreas de filtro de biosfera, como áreas de amostras ecológicas, integradas ou não, como amostras ou trás de interesse para estudos o de permanência para padrão de cotejo com as paisagens que estão sendo profundamente modificadas devido às ações antrópicas que se sucedem no mesmo espaço por muito tempo. Isso, no momento, é a minha preocupação.

Eu pessoalmente acho, e para terminar, que esse campo é tão sério, tão difícil e tão essencial para a administração pública, para uma renovação dos ideais de uma organização pública em que as racionais sejam mais obedecidas e inclusive ditadas, que merecia, no Brasil, um Ministério. Em vez de alguns Ministérios inoperantes, devíamos ter um Ministério do **(?)** como a França possui, embora em estagio inicial e cheio de imperfeições, mas um Ministério que cuidasse especificamente da compreensão da organização do espaço a nível regional e a nível local e que tivesse o gerenciamento dos recursos naturais.

Eu tenho proposto cursos sobre gerenciamento de recursos naturais. Isso não é nenhuma novidade nos Estados Unidos, mas no Brasil nós não temos ninguém para gerenciar as coisas que, inclusive, já possuem legislação. A Serra do Mar tem uma legislação prévia enorme, mas qualquer pessoa pode transgredir porque não existem gerenciadores e nem rede de instalação de fiscalização. Estou absolutamente convencido de que, se há uma coisa em que a intransigência e o, radicalismo na preservação bem estudados e bem editados seriam aceitos por toda a população brasileira, é o campo das questões da preservação da natureza nesse nível em que

estou falando, filtros de biosfera.

Alguns países inclusive já se se alertaram para o fato de que essa fiscalização tem que ser mais rígida do que a fiscalização de outras coisas menores, tais como imposto que atrasa uma transgressão de um puxadinho numa casa num subúrbio – dormitório miserável, em que a população não tem condições realmente de ter estética mas precisa de espaço para viver. Acredito que essa ótica de uma campanha de gerenciamento dos recursos naturais com vistas à melhoria e ordenação da organização do espaço seja aquela de que o Brasil está carecendo, era termos da sua estrutura administrativa, para realmente se renovar.

Eu disse no meio da minha entrevista que as reformas, revoluções não estruturais, acabam por ter prolongamentos muito distorcidos, mas estou firmemente convencido de que ainda podemos, com uma nova ótica de gerenciamento de recursos e de compreensão das realidades instaladas e com o respeito geral para a propriedade privada no campo e na cidade, pôr em ordem muita coisa. Acontece que não há esse espírito de modo nenhum, no Brasil, nesse momento. As instituições são remédios parciais, isolados, não integrados. As expressões “Planejamento Integrado”, “Planejamento Municipal Integrado” etc... foram dadas apenas e não serviram para nada, a meu ver.

Gostaria de lembrar a vocês que esse campo da preservação da natureza, até onde ela possa ser preservada, de maneira nenhuma se situa no plano de dizer que a Ecologia tem que ser respeitada ao nível das paisagens primarias. Tenho noção clara que existe uma dinâmica e integração progressiva entre as paisagens naturais e a ocupação dos solos pelos homens, mas acontece que tenho também noção de que os exageros são muito grandes. E para esses exageros, essas invasões, esse caotismo da organização do espaço segundo os interesses mais cruzados que eu remeto as minhas reflexões e o meu trabalho.

M.B. – Professor, voltando um pouco ao Instituto. O Instituto recebe financiamentos de que fontes? Independentemente dessa questão de que o Instituto vai desaparecer, uma série de cursos de pós-graduação recebem algum dinheiro do CNPq, ou dinheiro da CAPES ou da FAPESP. Como é que funciona isso aqui dentro?

AAS. – Em primeiro lugar eu vou reproduzir um pouquinho esse problema. Com a reestruturação da Universidade de São Paulo, o Instituto de Geografia ficou ameaçado de desaparecer porque parte daquelas funções que o Instituto de Geografia deveria ter ficaram no Departamento de Geografia, já que não se criou um instituto autônomo para a Geografia. Acresce ainda o fato de que se criou um instituto especial para Geociências, inicialmente unindo a Geologia e o Instituto Astronômico e Geofísico, mas para o qual não foram passados setores da Geografia Física, por exemplo. Existindo um Instituto de Geociências e um Departamento de Geografia, não havia condição para a permanência do Instituto de Geografia.

Eu, quando assumi, já sabia desse fato e inclusive assimilei a idéia de que era muito provisório. Esse provisório, como tudo no Brasil, devido a várias coisas, entre as quais uma que considero importante: o movimento editorial do Instituto de Geografia, que foi o maior do País em alguns desses últimos anos... Nós conseguimos, carreando algumas verbas de serviços para o setor de publicações, ter algum dinheiro para publicar coisas muito importantes. As teses de mestrado e doutorado que são feitas no Departamento deveriam ser publicadas por alguém, e ninguém mais indicado a não ser o Instituto de Geografia, que tinha condições pequenas, mas tinha muito boa vontade para isso. Então, passamos a publicar os modelos principais das teses que são feitas lá.

Não tivemos uma colaboração muito grande do pessoal de dentro, por razões que não gostaria de comentar. Nós tínhamos só três geógrafos e esses três geógrafos, acomodados a um concurso público, estão até hoje fazendo os seus mestrados. Talvez o Instituto termine e eles ainda permaneçam fazendo os seus mestrados, o que é doloroso para mim do ponto de vista histórico, mas são os erros de se abrir concurso para gente muito nova que ainda não está inteiramente maturo para fazer um trabalho continuado, sério, e para atender às exigências da direção de uma instituição científica. Esse é o problema.

Eu fui tremendamente exigente e não consegui nada, então adotei ou trás formas para produzir em nível pessoal, laboratorial e em nível da Universidade, no campo da Geografia. Abri as portas também para publicação da produção de outros lugares.

Por exemplo, a Faculdade de Filosofia de Rio Claro publicou muita coisa, e coisas muito importantes, nas Monografias e nos Boletins. Obtive também a colaboração de algumas pessoas isoladas que eram especialistas em certos setores. Por exemplo, em Biogeografia o... Maia ajudou muito e estou ampliando para outras pessoas que queiram colaborar. O professor Vanzolini ajudou, o professor Luiz Guimarães Azevedo numa certa época deu alguma colaboração mas felizmente depois mudou, e assim por diante. Na Paleoclimas eu iniciei com um especialista que tinha o melhor gabarito dentro do campo que é o professor João José Bigarela.

Eu ampliei demais o conjunto das publicações do Instituto de Geografia. Ele é representado por um conjunto chamado: “Monografias”. Estamos na vigésima oitava em sete anos. Para você ter uma idéia do que seja isso, o Conselho Nacional de Geografia edita duas a três monografias por ano. Em sete anos nós conseguimos, quando nada, chegar a vinte e oito monografias, algumas das quais, como “Teoria Clima-Urbana”, “Organização do Espaço”, “Clima e Organização do Espaço do Estado de São Paulo”, são teses importantíssimas.

Depois desdobrei as séries cômodas, nas quais aceitei uma espécie de misto inicial de trabalhos oriundos de pesquisa original e, eventual mente, numa porcentagem de até dez por cento – isso eu revelo a você, até dez por cento –, transcrições selecionadas ou traduções consideradas indispensáveis para o pós-graduante. Esse é o caso daquele trabalho do Brian Berry, que acabo de dar a vocês, sobre mudanças liberadas nos sistemas espaciais. Vale a pena deixar de publicar um original para publicar um negócio muito importante que está relativamente perdido. Esse trabalho foi publicado no Sul da África.

As séries foram: Geomorfologia, que está mais ou menos no número cinqüenta; Geografia Econômica –, que já tinha sido iniciada em forma multivetada pelo professor Haroldo, tinha uns cinco ou seis números de cadernos longos e eu homogeneizei para os nossos cadernos; Geografia Urbana, que tem um certo número mas infelizmente não tem tido muita colaboração; Geografia das Indústrias, que tem alguns trabalhos essências, nem sempre dos geógrafos, tem um trabalho sobre a política da indústria.automobilística na América do Sul que é muito importante e é solicitado por grandes universidades ao Instituto; de pois uma série chamada

Climatologia; uma série de Pedologia e Sedimentologia e, mais recentemente, uma de Paleoclimas e uma de Cartografia.

A Cartografia, infelizmente, ficou bloqueada por uma coisa simples: o professor Libout, que era o encarregado do Atlas no Estado de São Paulo no Instituto já desde o tempo do Professor Haroldo e do Professor Ari, pretendia fazer, para cada folha do Atlas, uma memória pequena e incisiva. Nesse ínterim, ele, que era uma pessoa bastante velha, teve alguns problemas relacionados com sua aposentadoria na França, voltou para lá e então não fez as memórias do Atlas, que de veriam ser o primeiro estoque do Boletim de Cartografia. Ele deu dois comentários e agora nós tivemos que continuar com outros tipos de trabalho, porque esse era um trabalho pessoal dele. Ele tinha todas as matrizes, tinha todas as informações e todo o conteúdo. Talvez um dia alguém queira fazer um livreto de memórias mais frouxo, quer dizer, menos ligado ao trabalho em si, e isso venha a ser realizado numa publicação à parte. Eu não podia parar indefinidamente a série de Cartografia e então retomei".

Havia uma preocupação minha em, se o Instituto permanecesse na sua estrutura atual, fazer um boletim com o título de "Bibliogeo", em que seriam incluídos trabalhos da História das Ciências e trabalhos bibliográficos, bibliografias setoriais e bibliografias sobre artigos. Cheguei a reunir algumas dessas bibliografias: uma sobre pesca no Brasil, outra sobre Geomorfologia no Brasil, e pretendia depois, de cinco em cinco anos, continuar. Fiz trabalhos sobre História das Geociências no Brasil. Uma primeira parte bastante avantajada foi publicada no Estado de São Paulo e também deveria ser transcrita nessa Bibliogeo, mas acho que, a essa altura dos acontecimentos, devo jogar esses tipos de trabalho diretamente para os outros Boletins. Por exemplo se houver uma bibliografia de Paleoclima, vai para a série de Paleoclima. Além disso, a parte de história das Ciências será colocada num setor de boletins miscelânea que se chama : "Caderno de Ciências da Terra".

Todos os trabalhos de alunos, todas as transcrições didáticas de Interesse para o ensino em graduação ou em pós-graduação que não cabiam nas outras séries, eu os fiz colocar numa série chamada "Caderno de Ciências da Terra", que está em sessenta mais ou menos. Talvez seja a mais extensa das publicações do Instituto de

Geografia.

Devo dizer a vocês que tenho uma particular afeição pela História das Ciências, então fiz muitos trabalhos sobre a História das Ciências, História da Geomorfologia no Brasil, História das Geociências no Brasil etc. Embora sem pretender me comparar com os grandes estudiosos da História das Ciências da Terra no Brasil, como é o caso do Othon Leonardos que acaba de publicar dois volumes que o transformam no maior historiador da História das Ciências no Brasil, eu, dentro de uma outra ótica mais conjuntural, tentei fazer coisas parecidas e vou continuar ainda, isto é um programa para mais tarde. A gente colabora com outros setores aqui da História, participando de seminários, conferências e até de aulas para alunos de História das Ciências que é uma disciplina optativa do curso de História entre nós.

Fora dos Boletins e das Monografias, ainda temos as publicações nobres que estão em dois pontos: em primeiro lugar, o Atlas do Carlos Augusto sobre o ritmo climático do Estado de São Paulo. “A Análise do clima do Estado de São Paulo sob a Forma de Atlas”, tem um nome complicado, é uma obra que eu gostaria de mostrar a vocês e que representa realmente um esforço extra-curso, como trabalho, como desempenho de pesquisa de laboratório de Climatologia, com texto acoplado ao trabalho. É um negócio muito bem feito e nobre.

Nós pagamos uma parte da edição e eu consegui que a FAPESP, um pouco forçadamente na verdade, pagasse o restante. Um pouco forçadamente porque isso foi alto. É um trabalho em papel muito bom, em formato gigante, com ilustrações em muitas cores, e não é fácil editar. Mas eu tinha pena de ver o Carlos Augusto andando com aquelegrande Atlas dentro de uma caixinha de madeira a tiracolo, oferecendo-o pa ra editoras e para instituições as mais variadas, que nunca quiseram dar mais do que cinco por cento, talvez, do custo total da edição. Então, eu aproveitei, e isso é um pouco pessoal no sentido de estratégia, o fim de um ano administrativo em que liberaram as verbas de reserva, formei um bloco, paguei o começo do Atlas e pedi à Fundação que, quando terminasse a edição, eles pagassem o restante.

Terminada a edição, peguei novo bloco de fim de verbas no terminal de um ano e

agreguei ao da Fundação. Foi assim. Em três exercícios financeiros do Instituto de Geografia conseguimos pagar quinhentos ou seiscentos exemplares e a Fundação pagou os quinhentos ou seiscentos restantes. É um trabalho que ficaria, hoje, em meio milhão de cruzeiros, e custou uma importância pequena porque foi antes do encarecimento do papel. Custou Cr$ 186.000,00.

O outro é o Atlas do professor Libout que foi baseado num Atlas do Estado de São Paulo, um Atlas Geográfico Regional, muito bem estruturado, com muitas folhas, das quais foram feitas, no período em que ele estava trabalhando intensivamente aqui, vinte e uma. Esse Atlas, com vinte e uma folhas físicas, humanas e econômicas, eu aglutinei no primeiro fascículo para poder distribuir e justificar o trabalho do professor Libout. De repente ele foi embora e me deixou, inclusive, com as prestações de contas do Atlas, em termos culturais e em termos do orçamento que ele usou no CNPq e na FAPESP.

Esse fato mostra também outro problema: o diretor de uma instituição, por pequena que seja, é responsável por verbas que ele nem conhece. Esse Atlas, por exemplo se iniciou antes da minha administração. O professor Haroldo tinha começado uma série de trabalhos simples, de edição em forma de “pequenos atlas em branco e preto, que diziam respeito a estudos de assuntos referentes a algumas cidades. Um desses trabalhos foi publicado na sua própria casa. Eu agreguei a essa coleção de publicações em forma de pequenos atlas uma segunda, que é o Relatório daquela Comissão que estudou a problemática da mudança da capital do Estado de São Paulo para o interior.

Bom, esse é o conjunto das publicações. Ao todo são uns duzentos e cinqüenta Boletins nesses últimos oito anos. Peguei o Instituto de Geografia com esse setor muito pequeno. Havia uns quatro volumes de Geomorfologia, que eram fruto do meu trabalho no laboratório, eu mesmo tinha incentivado; um ou dois de Aerofotogeografia; mais as folhas do Atlas que estavam caminhando; os cadernos multivetados e meia dúzia de cadernos de Geografia Econômica. Aí eu não fiz um trabalho grande porque foi muito mal entendido. O pessoal preferia que essas verbas de serviços fossem comodamente encaminhadas aos laboratórios.

O nosso sistema de trabalho faz com que o laboratório tenha mais força do que o Instituto, porque é ele quem pede, através dos seus pesquisadores, as verbas para as pesquisas. O laboratório recebe material de consumo e recebe equipamentos. Lá a nossa verba não era muito pequena, embora nunca chagasse a mais de Cr$ 60.000,00 anuais, mas deu para comprar os telescópios e, pelo menos quando não havia muita restrição à compra de aparelhagem estrangeira, deu para comprar bastante e bons instrumentos para os laboratórios. Agora, eu não tive dúvidas, a verba de serviços nós utilizamos nas pequenas despesas e, sobretudo, na publicação. Essa foi a fórmula que encontrei para poder intensificar.

O nosso trabalho era sabido pela Reitoria e pelas autoridades, universitárias. Nós mantemos intercâmbio com quase todas as Universidades do mundo. De certa maneira, isso também pesava um pouco em decretar, de saída, a fusão. Mas acredito que agora não. Se há que se fazer o anteprojeto definitivo de reestruturação, de regulamento, de estatuto etc., evidentemente que o Instituto não vai poder ter continuidade. Eu espero que, nessa conjuntura, ele ofereça todos os seus laboratórios e os seus equipamentos para o trabalho do Departamento ao nível das áreas didáticas.

Existem diferentes áreas didáticas no Departamento de Geografia, fora do regulamento formal. Essas áreas são: Geografia Física, Cartografia e Aerofoto, Geografia Humana e Geografia Econômica. Cada área vai assumir os seus laboratórios, e agora não há razão para que a área que tem unidades não participe totalmente do trabalho nos laboratórios. Espero que as áreas de Cartografia, com todos os seus membros, passe a trabalhar efetivamente no laboratório de Cartografia. Existe um embrião, um começo, desde o professor Libout, mas ainda não está tão ativado.

Espero também que os professores de Geografia Humana e Econômica, que são muitos, assumam os dois laboratórios de Ciências Humanas que existem dentro do Instituto e que, inclusive, têm equipamentos muito bons. O de Geografia Humana está vinculado a um teletipo que tem terminal acoplado com o computador central da Universidade, com o Centro de Computação – CCE, e o Instituto vai oferecer a todos. Enquanto era trabalho autônomo, a gente tinha que fazer restrições ao uso,

mesmo porque quem paga as horas de computador? Nós temos uma isenção até certo limite, uma coisa muito bem feita do COE, mas a partir disso é necessário verbas. Quer dizer, se todo mundo mexer, quem paga? Temos tido alguns problemas desse tipo: pessoas que começam, usam, depois desaparecem no nosso convívio e sobram as contas. Tudo isso é sério. Espero tam bem que essas divergências pessoais em termos de colaborar mais, colaborar menos, ou deixar de colaborar com o Instituto...

(Final da Fita 5 – A)

AAS. – A fusão do Instituto ao Departamento está ligada a alguns trabalhos começados, a algumas linhas de atividades começadas. Nós temos a impressão de que essa autonomia relativa de verbas que o Instituto tinha... Nossas verbas não eram muito grandes, somando todas elas em matéria de consumo, material permanente e serviços não atingiam Cr$. Cr$ 400.000,00 por ano. Quatrocentos mil cruzeiros, para você ter uma idéia, é o ordenado de um professor titular na USP, em tempo integral. Então, tudo o que se pôde fazer foi, no fundo, com muito pouco dinheiro.

Quanto ao pessoal, nosso pessoal administrativo é muito simples e tem funções muito árduas. Nós fomos obrigados a fretar um pessoal de função muito baixinha, ganhando muito pouco, para atendimento de uma sala ambiente que tem uma biblioteca de Geografia que atende alunos do ensino secundário e para atender a uma Secretaria extremamente ativa. Aliás, vocês foram testemunhas do problema. Gente que está num nível eu não posso dizer de serventes, mas são casos de uma injustiça tremenda.

Os geógrafos, que têm um padrão um pouco melhor equivalente, em termos de docência, a MS-2 ou MS-1, não me lembro, e mais um pequeno *pro labore* de nível universitário, levam a maior parte das verbas do Instituto de Geografia. Quanto aos chefes de laboratórios, esses não ganham nada. Ganham um ambiente de trabalho, ganham equipamentos, ganham a possibilidade de aglutinar pessoas num serviço de pesquisas, ganham pesquisas laboratoriais à vontade, porém não têm gratificação, o que mostra um dos entraves fundamentais do Instituto.

Nós usamos, nos níveis mais importantes das atividades, pessoas que não custam

nada ao IG, que pertencem ao Departamento de Geografia onde eles percebem. Isso cria um problema estrutural e psicológico: quem trabalha de um modo totalmente gracioso exige muito mais da instituição, porque está trabalhando corretamente e dando toda a parte do seu tempo que poderia ser dedicada a outras coisas. Por isso também existe uma aguerrida solicitação de verbas a mais do que aquelas que eles recebem, o que me deixa desesperado porque eu, positivamente, não posso interferir em nada.

Vocês poderiam dizer: “Professor, o senhor poderia pedir, diretamente às agências de financiamento, complementações”. Não há um sistema. As agências de financiamento, trabalham num regime de apoiar projetos de pesquisa. A única ocasião em que pretendi trazer um professor de Geografia Urbana que resolveria um problema de mudança, inclusive desse tipo de relacionamento Departamento e Instituto, e criaria uma chefia dentro do Instituto, pelo menos pelo tempo em que ele fosse subvencionado pelo CNPq, foi um silêncio total e negativo. De forma que o Instituto, nesse sentido, fora o auxilio ao professor Libout que foi muito bem amparado pela sua qualidade de ex-professor da Sorbonne e pelo projeto que era realmente muito bom, não tive ajuda nenhuma.

Quanto à FAPESP, ela dá ajuda baseada numa política de atendimento ao pesquisador com o aval do diretor do Instituto, aval quase obrigatório. O pesquisador faz um projeto e me pede para avalizar. Às vezes não tenho condições de analisar o projeto dele, então tenho que depositar toda a minha confiança no trabalho que ele faz, que é reconhecido globalmente. As concessões de auxílio de pesquisas ao Instituto praticamente não existem, a não ser em casos de pronto socorro. Por duas vezes nós pedimos para comprar exemplares do Atlas do Carlos Augusto e para pagar os clichês de uma tese paleogeográfica, que é aquela tese do professor Júlio Catiço sobre o caso do **(?)** em São Paulo, onde o dinheirinho nosso não dá para pagar a parte nobre do trabalho que são as ilustrações e o papel.

M.B. – E CNPq, FINEP, BNDE, fundações como a Kellogs, a FORD?

AAS. – Não temos. Não temos tido. A OEA trabalha na América do Sul dando uma atenção especial às Universidades da Argentina. Eles têm um pouco de razão a Universidade

da Argentina foi aquela que sofreu, depois da fase de aglutinação inicial e depois de ter uma certa tradição, o maior impacto político possível. Perón destruiu a Universidade da Argentina. Ainda hoje a Universidade da Argentina é alternante. O grupo que está dentro da Universidade procura colocar para fora todos aqueles com quem não se entendem. Eu pessoalmente, sobre isso, gostaria de dizer a vocês que sou extremamente tolerante em relação à convivência num mesmo espaço. As minhas divergências pessoais são divergências pessoais e culturais, que podem prosseguir por muito tempo, mas não interferem em prejuízo das posições dos meus colegas. Isto não acontece na Argentina. As coisas lá são tremendas.

Outro problema que temos que tolerar é cara feia, sobretudo quem trabalha numa comunidade de homens onde cada qual tem sua ideologia, seu modo de encarar o mundo e a vida e sua experiência particular das coisas. Então, acho que tolerância para cara feia é uma necessidade democrática. Mas a OEA ampara muito a Geografia em Mendonça, na Argentina, colegas nossos que trabalham em Mendonça.

A Rockefeller, aqui em São Paulo, ajudou um projeto de Geografia da FUNBEC, os livros didáticos que são dirigidos, com uma coordenadoria um pouco frouxa, por mim próprio, mas é o único caso que conheço de um projeto geográfico da Rockefeller. Nós fizemos um livro sobre formas de relevo. Um livro do professor, um livro do aluno e diretrizes para o professor manejar o livro do aluno. Fizemos um livro na FUNBEC sobre Agricultura, um tema e abordagens muito interessantes, fortemente influenciados pelo Seron de Rio Claro. O de formas de relevo é meu mesmo e o de Agricultura e do Seron e colaboradores lá do FUNBEC. Já terminamos um sobre localização industrial, que é do grupo da FUNBEC, um grupo de professores secundários que se entrosou com o projeto, e vamos partir para um sobre Climatologia Dinâmica, com exercícios para os alunos.

É tudo a nível médio, mas sem uma direção exata quanto ao nível, não é nem para o primeiro grau, nem exclusivamente para o segundo grau, e, eventualmente, ele serve para treinar didaticamente alunos da Universidade. Aí foi a Rockefeller quem ajudou. Faz uns três anos. Eu gostaria que vocês tivessem alguns exemplares, se eu puder arranjar hoje. A distribuição é toda deles, vendem comercialmente, mas eu arranjo para vocês. Faço questão que vocês tenham esses livros e vou conseguir.

É uma tarefa extremamente inglória, fazer um livro para o professor, modesto, com temas escolhidos. Nós primeiro nos preparamos metodologicamente, didaticamente e pedagogicamente para fazer isso. Trouxemos um colega americano que mostrou as tendências do ensino da Geografia nos Estados Unidos. Depois fizemos seminários entre nós, coordenamos tudo e fizemos uma programação dos livros – dez livros – dentro de uma seleção abrangente, mas fazer um livro para o professor, um livro para o aluno e ainda um livro-questionário para o professor usar para implantar o sistema, não é fácil.

Quanto ao auxílio que temos recebido da Fundação, é grande, afinal é a nossa agência paulista de financiamento de pesquisa. Mas a Fundação tem uma razão para não aumentar o fornecimento de verbas para o setor da Geografia, é que há muita solicitação de bolsas por essas pessoas que vêm de fora e que ainda estão no nível não exatamente da pós-graduação, estão no nível de candidato a pós-graduação e o resultado é que muito dinheiro sai para bolsas.

A outra parte do dinheiro que a Fundação poderia dar para as pesquisas está bloqueada porque os projetos não são muitos e não são bons. Bons projetos seriam atendidos pela Fundação, mas o pessoal tem receio de fazer projetos e pedir. A Fundação é muito exigente no controle dos projetos e na prestação das contas culturais, sobretudo.

O outro problema é que se pede muito para reuniões científicas, pa ra viagens, para estágio no exterior etc, que também é uma atividade ancilar. Agora com o problema dos dezesseis mil cruzeiros, todo mundo super-solicita, super-exagera a solicitação porque é caro. A Fundação deveria dar o dinheiro, praticamente liberar a exigência do deposito, ainda dar dinheiro para participar da reunião e até para a Instituição. Isso faz com que a Fundação se retraia no campo da Geografia e eu sofra puxões de orelhas homéricos aqui, por parte da Direção: “Que Diabo! Vocês fazem o Convênio e depois nós somos agrega dos ao Convênio como se fosse uma obrigação nossa.”

As pessoas pedem auxilio para viagens e para qualquer reunião que to do mundo, evidentemente, gostaria de ir, sem razões fundamentais, às vezes levando trabalhos

simples, às vezes não levando trabalhos específicos e até sem inscrição oficial. Então, a situação não é fácil. Os geógrafos ainda não se acostumaram a formalizar o seu tratamento com as agências de financiamento.

Eu particularmente não conto porque, realmente, tenho bloqueios muito grandes nesse tipo de coisa. Eu não sei pedir para os meus trabalhos, não sei copiar, e sou muito sensível à concessão indiscriminada de verbas para pessoas que considero medíocres. A minha posição, então, é extremamente desagradável nisso. Vejo um festival de verbas de muitas instituições financiadoras para pessoas que estão em início de carreira ou em especialidades outras e que não têm às vezes aquele trabalho interdisciplinar que nós gostaríamos que tivessem. Estas são as pessoas que não têm medo de pedir. Já vi pessoas que pedem para a sua pesquisa, o seu trabalho particular, e para manutenção de seu *staff* e de suas comunidades internas. Pedem mais do que o setor de Geografia inteiro tem a coragem de pedir.

Então, é extremamente ao acaso o problema do financiamento. Eu não culpo ninguém por isso, porque é difícil realmente avaliar quem é quem e é muito mais difícil coibir os abusos dos medíocres. Esse País precisa ser gerenciado em relação à mediocridade, no meu modo de entender, porque o medíocre não tem medidas para pedir. As pessoas que concedem a todo mundo, que são permissivas, alimentam essa mediocridade, a meu ver.

M.B. – O senhor nunca pediu dinheiro do CNPq, da FINEP ou da FAPESP?

AAS. – Não tenho muita possibilidade de diálogo com as pessoas. Não tive durante muito tempo e não tenho. Quando fui entrosado numa pesquisa relacionada com o CNPq, com o maior gosto, eu tive motivos para conhecer internamente o CNPq e fiz uma avaliação horrorosa. Uma vez me pediram para colaborar num famoso projeto em que cada disciplina ou área seria reanalisada. Houve um livreto sobre Geociências, eu trabalhei com o maior cuidado naquilo e, quando voltei a São Paulo, um colega do Rio eliminou os colegas que ele não conhecia. Não se pode trabalhar nessa base, isso é óbvio. A auto-avaliação à moda agressiva de um colega que está começando a sua carreira, não tem prestígio nem nacional nem internacional, apenas começa mais ou menos bem, essas coisas me desagradam.

A estrutura interna do CNPq era péssima. Uma série de pessoas que praticamente não eram de lá, trabalhavam para eles. Não tinha máquina, não tinha papel, não tinha coisa nenhuma. A estrutura do CNPq era muito pequenina, até onde eu o conheci.

Por outro lado, algumas pessoas tinham aqueles resíduos de competição Rio-São Paulo, que foram extremamente negativas. Por exemplo, em 1956, já quantos anos fazem isso, eu colaborei para o Congresso Internacional fazendo mais da metade de um livro e participando das excursões preparatórias para outro livro lá no Nordeste, com o professor Mario Lacerda de Melo. Participei cientificamente, participei na organização etc. Para o primeiro Congresso Internacional de Geografia novo que houve no exterior, escolheram as pessoas por vias paternalistas e subjetivas. Isso desagrada e determina uma retração.

Uma das coisas melhores que tive, em matéria de colaboração com instituições de financiamento e de cultura científica nesse País, foi o meu relacionamento recente, através de contatos não com geógrafos mas com o professor Vanzolini, com o pessoal da Academia Brasileira de Ciências e por extensão com a FINEP, colaboração puramente num nível científico. Por sinal que até agora não foi publicado o trabalho da reunião de Fortaleza e Recife sobre o Projeto Semi-Árido, o Projeto Caatinga da Academia.

M.B. – O senhor tocou noutro ponto, que nos interessa também, que é o problema da Academia de Ciências, da Academia Paulista de Ciências, da Sociedade de Geografia. Como é que o senhor vê o papel dessas associações?

AAS. – Acho que o papel das sociedades científicas no encaminhamento da política científica de um País como o nosso é muito maior do que o papel das academias similares em países desenvolvidos. Nos países desenvolvidos existem possibilidades quase que não mensuráveis de auxílio à pesquisa e uma sistemática preestabelecida, correta, já implantada e tradicionalizada. No Brasil as associações e as academias vão ter a responsabilidade de planejar a política científica para um país que tem necessidades e carências nos mais diferentes setores. Então, dentro do meu modo de entender, todo o apoio que se puder dar para as sociedades científicas ainda é pouco,

sobretudo em termos culturais. Não falo em termos do financiamento de lá para cá que e extremamente relativo e para o qual não tenho nenhuma disponibilidade.

Dentre as coisas da minha vida mais importantes, que eu julgo que tenha sido um reconhecimento público, uma é o fato de ter sido indicado para membro da Academia Brasileira de Ciências e, por extensão, para a Academia Paulista de Ciências que foi fundada pouco depois. A Academia Paulista está em fase de instalação, tateando ainda nos seus primeiros momentos. Acho que não há uma mentalidade de desdobrar as academias, mas apenas deixar cada qual trabalhando em setores, níveis e profundidades diferentes, de forma que eu apóio perfeitamente.

Eu tenho algumas dificuldades para entrar em muitas associações pelo seguinte: nas minhas condições de trabalho, de vida e de possibilidades financeiras, não posso me desdobrar, eu pessoalmente, em ser *fellow* e associado de "n" coisas científicas, porque começa a pesar. Não quero contar a vocês, mas às vezes acumulam as cobranças das sociedades científicas que cobram mais caro e eu tenho dificuldade para pagar. Então, dentro dessas limitações, mas de um modo muito abrangente, eu colaboro independentemente, às vezes, de ser sócio.

Por exemplo, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência a minha colaboração é inusitada, porque, sem ser sócio, já me convidaram para organizar vários Simpósios: Simpósio de Ecologia Inter tropical na Bahia, Simpósio de Estudos Geográficos em Curitiba, e depois para representá-los no Simpósio da Interciências, em Boston. De forma que a colaboração para mim é mais fácil de ser dada do que realmente pertencer, academicamente, a muitas delas. Devo dizer a vocês que na eventualidade atual e na conjuntura atual, eu, que nunca pertenci à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e que colaborei efetivamente com ela, vou esquecer todos os meus dramas pessoais e os meus bloqueios e vou entrar nesse momento. Não é hoje nem amanhã, mas nesse momento, porque acho o momento crítico, é um momento em que ninguém devia estar de fora.

M.B. – O senhor é *fellow* ou associado de associações de geógrafos estrangeiras?

AAS. – Sou muito pouco afeiçoado a esse academicismo, entende? Eu não sou. Entre os

meus títulos obtidos voluntariamente, do exterior eu tenho só as... *Academique* do Governo Francês e um diploma de serviços relevantes prestados à FAB num curso que eles davam de preparação de oficiais para a EMFA, aqui em Cumbicas. Só isso.

M.B. – O senhor vê alguma diferença no que deveria ser uma Academia de Ciências e a SBPC ou os papéis seriam mais ou menos iguais?

AAS. – Acho que o associativismo científico, no Brasil, copiou um pouco os modelos internacionais. Isso e preciso dizer. Acho também que o grau de participação da SBPC, a nível da Ciência e da conjuntura político-social, foi inevitável. O que se poderia desejar da comunidade científica brasileira com tantas incoerências? A minha resposta sobre esse quesito está ligada à minha interpretação anterior, que já está lá no meio da massa.

Quanto à Academia Brasileira de Ciências, o nosso esforço é sempre de colaborar nos projetos dinâmicos, culturais, e também naquelas discussões sobre diretrizes para viabilizar mais os projetos. Tem sido uma tarefa extremamente agradável colaborar com a Academia nesta fase da presidência do Doutor Alcides Pacheco Leão, que nos recebe com muita alegria, a mim e ao Vanzolini. Quase sempre estamos lá em conjunto, embora também independentemente possamos ser solicitados. Posso dizer a vocês que, com a experiência que a gente tem de reunião, de conduzir a temática, de viabilizar os assuntos e, inclusive, planificar, tem sido extremamente útil a colaboração dos dois lados, a que se oferta e a que se recebe, em termos do diálogo.

Não gosto, nas sociedades científicas, dos grupos, das capelinhas e das igrejinhas. Acho que muitas sociedades científicas se desvirtuaram por terem sido controladas por indivíduos que ainda não estavam à altura de arcar com as responsabilidades extraordinárias de cargos que são de importância nacional. Disso decorrem muitas injustiças, muitas distorções, e também decorre uma série de coisas extremamente injustas para eles próprios, porque certos projetos, certas iniciativas, não têm a expressão que poderiam ter se as coisas emanassem de um quadro, de um mecanismo mais... Então, há proteções dentro das sociedades científicas, no sentido de elevar indivíduos, que estão começando, à categoria de alta cúpula científica do País.

Eu assisti a uma conferência da Triple AAS nos Estados Unidos, em Boston, e vi o que são as cúpulas dirigentes da política científica dos Estados Unidos. Elas são representadas pela inteligência norte-americana, no melhor padrão. Lá estava presente a Margareth Mead, lá estavam presentes todos os grandes cientistas americanos nas posições devidas. Agora, no Brasil, ainda existe um esforço para pequenas inversões, para formação de grupetos, que às vezes são chamados setorialmente de pequenas máfias, e isto não me agrada. Inclusive, às vezes a gente deixa de colaborar porque não há condições frente a este quadro negativo de seleção às avessas, de inversões. Evidentemente que as reuniões, as discussões etc. devem ser as mais amplas, as mais dialogadas, mas existem setores onde as coisas poderiam ser mais sérias.

M.B. – Em relação às publicações do Instituto. É comum a troça de publicações com outras instituições, quer nacionais, quer do exterior?

AAS. – Sim, nós fizemos uma política "à brasileira" de publicações. Como você sabe, as publicações dos países ditos desenvolvidos são vendi das e caras. Trocadas, ao preço do cruzeiro elas seriam muito mais caras ainda. Então, nós não adotamos o esquema do preço. Nós começamos a divulgar para os Departamentos de Geografia das principais

faculdades, das universidades americanas, francesas e alemãs, e depois fomos em círculos abrangentes. Tentamos, mas numa época inoportuna, dar prioridade à África. Enviamos nossas publicações à maior parte das universidades africanas, no que fomos um pouco precipitados, porque era um momento inoportuno. A África estava em transformações políticas fantásticas, mudanças de grupos dirigentes universidades etc; mas vamos retornar a isso. De resto, naturalmente segundo à sensibilidade das respostas, nós damos continuidade ao intercâmbio.

Primeiro fizemos uma generalização e trabalhamos muito generosamente também. Mas, posteriormente, nós selecionamos mais em função das respostas. Com os Estados Unidos é extremamente agradável fazer esse intercâmbio. Eles são sérios e generosos. Quando mandamos publicações, mesmo não pedindo troca ou não discriminando o material de troca, eles procuram as publicações que eles têm

disponíveis, nos enviam e insistem, através das relações das duplicatas, que a gente escolha. Isso não é geral. A nossa Europa Ocidental, onde se situam as nossas raízes, não prima por um bom relacionamento nesse campo, o que é ruim para a gente porque as publicações deles são fundamentais, importantes, e saem muito caras a preços de troca cambial aqui no Brasil.

M.B. – A biblioteca daqui é bem equipada em termos de revistas estrangeiras?

AAS. – A biblioteca do Departamento de Geografia, que é mal conhecida e no momento tem problemas sérios de gerenciamento e administração porque não tem recursos, teve a característica de procurar, desde cedo, se munir das produções seriadas. Além de receber um bom número de publicações seriadas, essa biblioteca fez mais do que isso. Através de uma época boa de mercado de publicações usadas, compraram-se coleções inteiras das revistas geográficas francesas, italianas, norte-americanas e alemãs. Estão, do ponto de vista de aglutinação de um estoque, foi extraordinário o papel que se fez no passado.

Infelizmente, dado ao fato de que as coisas mudaram em termos de verbas, em termos de inflação, em termos de reservas da própria Faculdade... As Faculdades não são muito equânimes na distribuição das suas verbas aos Departamentos, isto é sabido e é motivo de muito conflito pessoal inclusive. Em função dessas coisas todas, não foi possível prosseguir na atualização do número inicial de publicações adquiridas, o que mostra já um problema. Apesar disso, outras publicações foram recebidas e eu considero o Departamento de Geografia, somando-se os prós e os contras, aquele que possui o maior acervo de trabalho geográfico no Brasil. Entretanto, está com dificuldades, no momento, para se atualizar.

Do ponto de vista do Instituto, estou comprando, para a sala-ambiente de Geografia, alguma coisa que possua vir a compensar as deficiências da Biblioteca de Geografia. Então, os livros mais novos que vim ao Brasil, através da Livraria Francesa, eu adquiro e coloco lá. Um dia será fundido, fatalmente. Essa é a política que estou adotando. Agora eu gostaria de fazer um comentário sobre a Biblioteca da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros é a nossa associação de profissionais e acadêmicos e já têm um lastro de colaboração científica e de produção muito grande, através de seus anais, boletins setoriais, estaduais etc. Depois dos boletins: Boletim Paulista de Geografia, Boletim Carioca de Geografia, Boletim Mineiro de Geografia, Boletim Baiano de Geografia etc, tentou-se fazer, por influência do professor Haroldo, boletins setoriais com nomes dentro de uma mesma linhagem.

A Associação, para uma das suas reuniões em São Paulo, solicitou uma verba de colaboração para a parte de operacionalização da reunião. Aí nós, a Fundação e eu como assessor, sentimos a possibilidade de condicionar o fornecimento dessa verba, não me lembro se foi para essa reunião ou para a outra, à reorganização do acervo bibliográfico reunido pela Associação até então. Condicionando a concessão da verba à essa reorganização, os moços resolveram colocar em ordem o acervo.

O acervo se constituía fundamentalmente de revistas recebidas por intercâmbio com o Boletim Paulista de Geografia e com os anais da AGB. Havia também uma biblioteca de um ex-colega nosso, que teve muita importância nas minhas amizades em termos culturais e científicos, o professor José Veríssimo da Costa Pereira, lá do Rio, que foi comprada pela AGB depois do seu falecimento.

A Associação tem uma sala dentro do Departamento de Geografia, onde tem uma xerox, a biblioteca e mais a venda de mapas e publicações do CNG, do Rio. Uma iniciativa muito interessante, de forma que nós não precisávamos nos movimentar para ir à cidade ou ir ao Rio para comprar mapas, cartas ou publicações do CNG, e nem para fazer xerox. A Associação, não tendo um espaço muito grande, caprichou nos seriados, e hoje ela possui, devido ao intercâmbio, maior número de seria dos do que o Departamento e o Instituto juntos.

Eu diria que o nosso sistema de apoio bibliográfico é muito bom, pela somatória dessas iniciativas. Essas velhas iniciativas do Departamento de Geografia comprando coleções inteiras através da Livraria Kosmos, que num certo momento foi especialista nessas vendas; a continuidade de compras, embora irregulares; mais a Biblioteca da AGB, especializada em coleções seriadas de Geografia Regional,

Física, Humana etc., e mais o pequeno esforço recente do Instituto de Geografia. O Instituto não pode ter Biblioteca por lei, pelo regulamento inicial, porque o professor Haroldo achava que teríamos que dar ênfase à biblioteca do Departamento e então não quis desdobrar. Eu apenas contornei isso, fundando uma célula um pouco mais ampliada para atender alunos do ensino secundário, e aproveitei a oportunidade para comprar alguns livros que podem ser úteis numa fase de fusão.

Além disso, temos aqui dentro do prédio duas outras bibliotecas: a biblioteca de Geografia, que está fundida com a de História no mesmo espaço, e tem a biblioteca Brasiliana, a famosa biblioteca herança Ian de Almeida Prado. Ela foi ofertada à Prefeitura de São Paulo que, ignorantemente, não a recebeu porque precisava construir um prédio especial para ela. A Universidade de São Paulo, através do professor Sérgio Buarque de Holanda e outros colegas bem avisados, interessou-se e, além de receber a biblioteca Brasiliana de Almeida Prado, fundou sobre ela um Instituto de Estudos Brasileiros que tem ação de presença na produção científica nacional.

No Museu de Arte e de Arqueologia existe uma biblioteca especializada em Arqueologia, Renascença, Pré-História etc. Com essa reestruturação é possível que o instituto autônomo, fundado por Paulo **(?)** com o nome de Instituto de Pré-História, que está na mesma situação que o Instituto de Geografia, venha a ser legado também ao Museu. Então, nós teremos o acervo acumulado no Instituto de Pré-História dentro do Museu de Arte e Arqueologia. A nossa situação é boa.

Fora isso, na parte de Ciências Sociais, de Arquitetura, Urbanismo e Urbanização, a biblioteca da FAO é extremamente variada, diversificada e muito bem organizada. Tem um prédio muito bom. Eles tiveram mais sorte do que nós. Aqui dedicaram uma parte do prédio que é um semi-porão, mas lá dedicaram uma parte nobre do edifício da FAO para a biblioteca. Trabalhar numa biblioteca perfeitamente preparada para receber estoque de livros, com salas de leitura, catálogos etc., eu considero uma coisa essencial. Não que haja nenhuma preocupação com luxo, mas por funcionalidade, limpeza e preservação.

M.B. – Professor, uma outra questão que nos interessa de perto é saber como se coloca, em

termos de Geografia, o problema da aparelhagem para pesquisa. É um problema sério a se enfrentar? É necessária a aparelhagem?

AAS. – É um problema sério o problema da aparelhagem, desde o instante em que essa aparelhagem não seja comprada dentro de uma política de uso efetivo. No passado, no Brasil, antes das Faculdades de Filosofia, dos Departamentos de Geografia e de Geologia, tudo o que havia de compra de equipamento era para figurar em armários fechados. Eu mesmo, na minha vida, assisti casos em que um professor de Fisiologia foi fazer um curso intensivo de aperfeiçoamento e não pode usar equipamento nenhum porque o armário estava fechado com a chave, não liberado para o próprio professor de Fisiologia. Existiam deformações incríveis.

Nós aqui fomos mais práticos. Toda a aparelhagem, com exceção de casos muito pequenos, foi comprada em função das necessidades e das instalações. Houve algumas iniciativas excepcionalmente mais amplas, como por exemplo a compra de documentos. Eu sou responsável pela idéia da formação de um arquivo de fotografias aéreas, que nasceu de um diálogo bem feito com os antigos diretores da FAPESP, primeiro o professor Albuquerque, depois o doutor Saad, um é biologista e o outro é um cirurgião ilustre.

Eu fiz ver a eles que o setor das fotografias aéreas poderiam conduzir a FAPESP a um quase desfalque de verbas desnecessárias. Cada cidadão que fazia uma pesquisa de Geologia ou de Geomorfologia pedia para a área do seu trabalho uma quantidade enorme de fotografias aéreas muito maior do que a necessária, e depois tomava aquilo como um arquivo particular, e não da instituição. Éramos muito poucos e não tínhamos como organizar as coisas.

Sugeri a eles que, ao invés de conceder verbas para compra de fotografias aéreas, fizéssemos um esforço global para reunir todas as fotografias aéreas disponíveis de um mesmo levantamento, em uma mesma época, em uma mesma escala, sob uma mesma diretriz, que no caso era o levantamento do Álvaro **(?)** aqui para São Paulo, reunir tudo isso e criar um sistema de proteção e de atendimento para todos os pesquisadores do Estado de São Paulo. Essa iniciativa foi o Instituto de Geografia

que promoveu. Eu não era diretor.

Foi um pouco difícil porque ainda se falava em presente de grego, porque ia determinar muito serviço. É realmente um presente de grego, porque nós trabalhamos para todo mundo e sofremos a insistência dos que não querem entrar nas nossas malhas. Nós cedemos as fotografias, em número de dezesseis, são oito pares de trabalhos, por quinze dias, para o pessoal de são Paulo. Concedemos fotografias a qual quer pesquisador credenciado, credenciado pela sua condição e não por análise de currículo, e também aos pós-graduandos com a autorização do orientador. Isso porque, os pós-graduandos, muitos entram e não continuam, e no começo nós percebemos que as fotografias estavam sendo... Eles não tinham responsabilidade perante aquele documento. Foi um problema sério. Então, tivemos que fazer essa discriminação a favor da manutenção do acervo.

O meu pensamento é que esse acervo, daqui a cinquenta anos, deixe de ser um acervo de fotografias aéreas para uso dos geógrafos e dos geólogos apenas, e passe a ser um acervo de historiadores. Será um documento da organização do espaço num certo momento, num certo ano, um novo tipo de documento histórico. Não há mal nenhum. Além disso, se for repetido de época em época, será permitido ao pesquisador analisar a evolução das citações: foto de 1964, foto de 1965.

Infelizmente o preço subiu de tal maneira para aquisição desse material... Só para controle de voeis, são 1.500 mosaicos, 150 foto-índices e 33.000 fotografias aéreas. O preço por foto no momento em que nós tomamos a iniciativa e a Fundação apoiou: comprou as fotos, comprou as mesas, comprou os arquivos, deu o dinheiro para as mapotecas etc, nesse momento era Cr$ 1,50 por foto. Agora custam Cr$... Cr$ 40,00. Façam a conta de 33.000 fotografias. Infelizmente não é possível convencer ao pesquisador comodista de que, ao levar essas fotos e não cuidar perfeitamente bem delas, ele está lesando os outros frequentemente.

Sobre isso existe uma pequena entrevista que foi feita pelo jornalzinho da USP. Posso agregá-lo entre os documentos que gostaria de encaminhar a vocês. É uma iniciativa um pouco particular, e talvez única, no Brasil. Temos tido trabalho e temos tido problemas, é claro. O indivíduo leva as fotos por quinze dias e depois não quer

vir renovar. O outro mora no interior e gostaria de ter as fotos e os outros tipos de documentos, que não podem sair. Os índices, por exemplo, se saírem, como é que vai funcionar o encontro das fotos?

Os mosaicos, apesar de poderem sair, poderiam sair sob certas condições. Eles são acompanhantes da documentação. Nós preferimos em prestar só as fotos e não os mosaicos. Eles feitos na mesma escala, são aglutinações de vários fotos, cortando o miolo fora da foto e emendando, mas dando a idéia de um espaço por muitas mais dezenas de quilômetros. Uma foto pode ter uma área de quatorze, dezesseis quilômetros e um mosaico ter uma área muito maior. Ele mostra, realmente, a organização do espaço para aquele momento. Então, nós fazemos restrições ao empréstimo do mosaico para fora. Há consulta interna como se fosse uma cartoteca.

Esse equipamento foi muito importante, mas agora já temos outros equipamentos que seriam necessários. Eu me refiro, especificamente, às imagens de radar. Esse laboratório, em que vocês estão, será reestruturado para receber imagens de radar. Numa fase em que haja a reativação do laboratório ele terá então, especificamente – e por parte da Instituição e não do arquivo, que ainda está sob o nome de FAPESP e Instituto de Geografia – o acervo de imagens de radar da Amazônia.

Antes mesmo de comprar as imagens de radar, estamos carecendo de um outro tipo de documento que são as imagens de satélite. Para essas sei que as dificuldades vão ser imensas, porque o satélite passa um certo número de dias, tem um periodismo de talvez duas passagens por mês, e a acumulação desses documentos é incrível, só é possível numa instituição especialmente feita para isso, como é o caso do Instituto de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos. Então já vejo o problema. O que posso tentar é fazer uma seleção entre as imagens melhores de uma certa época para ter aqui. Depois de algum tempo tem que renovar, comprar de novo, porque o satélite passa continuamente, já mudou o projeto e passarão outros. Assim teremos sempre imagens dinâmicas da evolução dos quadros do uso do espaço e das condições gerais da organização espacial no Brasil.

Os nossos equipamentos não são tão caros. Nós precisamos de este reoscópios, espelhos estereoscópios de bolso, certa aparelhagem e livraria para pedologia e para

solos. Não precisamos de aparelhagens sofisticadas, as quais muita gente começou por comprá-las e depois nunca usou. Por exemplo, os restituidores. Nós não somos empresas para fazer cartografia sistemática de coberturas contínuas. Isso fica muito bem para a Terrafoto, a antiga VAPS Aérofoto, para a Cruzeiro do Sul, para a Prospec. Nós vamos ser os que vão interpretar essa documentação, e não montar uma empresa para produzir cartas. Essa é a nossa diferença essencial em relação às empresas paraestatais que estão se dedicando a isso e às outras empresas particulares.

Aliás, o Brasil tem algumas das maiores empresas do mundo para serviços do gênero. A Cruzeiro do Sul, por exemplo. Agora a Terra-feto, antiga VASP Aérea de Fotobiometria está se equipando para ser também uma grande empresa. Então, a universidade aí... Para a Fotobiometria é preciso engenheiros, é preciso calculistas e restituidores, e não geógrafos e cientistas. Nós vamos interpretar as coisas. Isso diminui muito o preço do equipamento.

Agora, de quando em vez, temos necessidade de um equipamento um pouco especial e temos dificuldade para importar. A nossa dificuldade de importação e as restrições gerais para importações são grandes, além do que a nossa verba todinha de equipamento não pode suportar a importação de um aparelho necessário. Eu tenho várias idéias para aparelhos especiais para os laboratórios e não posso efetivá-las; outros me são solicitados, eu tenho que negar por princípio...

(Final da Fita 5 – B)

M.B. – O Sr. estava falando desse problema de aparelhagem. Toda pesquisa em Geografia depende de aparelhagem cara para ser de boa qualidade ou nem sempre? Como é que é isso?

AAS. – Existem pesquisadores que se utilizam de uma aparelhagem diferenciada. Quer dizer, existem pesquisadores que quando vão ao campo, levam a sua bússola e o seu altímetro, que são indispensáveis, sua caderneta de notas e o seu olho. Fora desse tipo de pesquisa exploratória e sistemática no campo, as metodologias recentes da Geografia, baseadas em quantificação e análises sistêmicas, passaram a exigir coisas mais sérias. É preciso solicitar a toda hora o computador, é preciso quantificar etc.

Então, isso depende muito da formação do pesquisador.

Esses trabalhos que acabei de mostrar a vocês, que são interdisciplinares e muito importantes, nenhum deles precisou de computador e de quantificações sofisticadas. Mas, alguém que vai estudar a difusão espacial de certos fatos no universo espacial do Estado de São Paulo, do Brasil; alguém que vai estudar Agricultura, tendências da Agricultura, força de trabalho; alguém que vai medir ângulos, densidades de drenagem por métodos automatizados, vai precisar de mais equipamentos sofisticados. Então é muito uma função do nível de sofisticação da metologia em termos sistêmicos e quantitativos.

Como nós temos que apoiar todos os tipos de pesquisa e o pesquisador no nível que ele realmente acha que está fazendo uma coisa certa, correta e moderna, começa a existir um leque muito grande de exigências em termos de equipamentos. Cabe aos que tem mais experiência ou não conceder, incentivar ou não, segundo as capacidades reais dos pesquisadores, sobretudo dos principiantes, em termos de finalização do trabalho. Eu não sou daqueles que pensam que necessariamente, num instituto de pesquisa, porque um cidadão que está começando se entusiasmou com o uso de um sofisticado sistema de computação, ele deva ter uma computador só para ele. Eu não chego a esse exagero, nunca. No entanto, faço tudo para que ele obtenha os recursos dentro do quadro mais geral da Universidade, para utilizar o computador geral a seu serviço. E isto tem me dado uma possibilidade muito grande.

Eu, por exemplo, não sou muito forte em quantificação, mas tenho colegas bons e experientes. Eu vou a eles: “Tenho um projeto assim, assado. Tem um pedido assim, assim. Diga-me o que você acha.” E eu ainda penso duas ou três vezes sobre aquilo. Meu mentor sobre isso, por incrível que pareça, é o próprio Vanzolini, que é o homem que faz quantificação e nem sempre usa toda a quantificação que faz. Ele conhece muito bem o uso de computador, computador de mesa, quantificação, e me dá um pouco de indicações que me permitem atender, deixar de atender ou procurar, inclusive, ampliar o atendimento. Só erramos uma vez na compra de um equipamento caro.

Num período em que houve um saldo terminal de verbas um pouco alto, quisemos

comprar um equipamento bom. Então, consultamos o pessoal de Cartografia, que indicou a compra de um restituidor de aerofotogametria, de marca americana e de tipo arcaico, para o qual não estávamos preparados. Foi comprado e o resultado está aí. Então, quando me pedem algum aparelho, eu me lembro daquele trambolho, que na época custou uns mil cruzeiros, que está lá e nem o pessoal da Aerofotogeografia nem o pessoal da fotografia quer. Quer dizer, foi uma compra errada na época em que foi feita, isso há muitos anos, e eu mesmo optei por isso. Podemos selecionar a compra de equipamentos, mas, mesmo com toda adequação entre a compra e a utilização, restam alguns problemas.

M.B. – Como é que o Senhor compara a qualidade da produção acadêmica, da produção de conhecimentos, aqui do Instituto com a de outras instituições tanto brasileiras quanto estrangeiras? O Senhor acha que os conhecimentos aqui produzidos são de boa qualidade? Que critérios teríamos para medir?

AAS. – Eu preferia não precisar opinar sobre isso, mas vou dar minha opinião sincera. Acho que, em termos de técnicas novas, o grupo que faz quantificação no Pio de Janeiro, historicamente centrado no antigo Conselho Regional de Geografia da Fundação IBGE, e o grupo de Rio Claro são ex-alunos nossos que depois adquiriram métodos e se entusiasmaram pela quantificação. Esses dois grupos estão na vanguarda da adoção de métodos novos e da aplicação dos métodos de um modo correto. Isso não quer dizer que eles não cometam homéricos erros. Eu pessoalmente acho que é preciso incentivar quem trabalha bem, buscando novas dimensões metodológicas e novas posições teóricas. Então, no meu modo de entender, quem está trabalhando melhor são os dois.

Bom, isso já mostra que nós estamos, com todo nosso empenho, numa posição dualística em que nós temos concessões ao passado, incentivamos a metodologia nova, mais ainda o produto final e um pouco tradicional de São Paulo não seguiu os modismos metodológicos numa mesma escala que esses dois grupos. Disso decorrem vantagens e desvantagens. Os nossos trabalhos, do ponto de vista bibliográfico, do ponto de vista de diretrizes, do ponto de vista da sua leitura e do ponto de vista da sua compreensão por n tipos de leitores, são trabalhos que têm mais difusão e, às vezes, até mais interesse.

Por outro lado, a nossa condição de gente que nunca se desligou do conhecimento de campo, da obtenção de dados no campo, e de usar o olho como um fundamento básico da atividade dos geógrafos na avaliação de paisagens, de conjunturas, de fatos de leitura de significado de algumas paisagens representativas, e insuperável porque é um conjunto de procedimentos que não pode ser ultrapassado apenas pela quantificação. Por quê? Porque a quantificação é dependente, é dependente do grau de informação estatística. Então, apesar dos quantificadores nunca dizerem isso, e não ser muito conveniente para eles, o nosso trabalho e o deles têm a mesma validade. O perigo deles é que se desviam cada vez mais do campo pela autopromoção dos métodos quantitativos e pela incapacidade de avaliar realidades ao nível da observação pessoal e particular.

Por exemplo, entre os muitos trabalhos que estou fazendo independentemente, estou fazendo um sobre o problema da ecologia urbana das áreas metropolitanas de países subdesenvolvidos. Posso afiançar a vocês que esse e um tipo de trabalho que, se você não for aos bairros-dormitórios, não percorrer os aglomerados e os conglomerados de habitações das periferias das áreas metropolitanas, você não tira conclusão nenhuma. As conclusões sobre renda per capita, baseadas em estatísticas ocasionais e sócio-culturais, são extremamente relativas. Eu acho que o olho e o diálogo no conhecimento da realidade, ainda que seja uma realidade apresentada de um modo caótico, são indispensáveis.

Entretanto, eu também sou dos que participam da idéia de que existem momentos é lugares onde a quantificação é mais necessária do que a qualificação e do que a observação direta, e existem momentos outros em que a observação direta e a qualificação dos fatos são indispensáveis. O que está acontecendo entre nós é uma tendência para trans formar até estudos de Geografia Social em quantificação, e isso é uma distorção. Esse é o meu ponto de vista.

Agora repito: é preciso incentivar e esperar um pouco. A fase inicial de revolução cultural baseada na análise sistêmica e na quantificação é uma fase em que se provoca uma espécie de conflito cultural e conflito de geração para poder impor um método. Então, o momento e muito ruim para qualquer entrave. Os métodos de

quantificação e de análise sistêmica, a meu ver, se resumirão e se integrarão num sistema científico mais complexo, ao saber do esclarecimento de certas deficiências suas. Aí então, nós teremos uma isenção normal da quantificação e da análise sistêmica nos outros processos. Isso aconteceu nas outras ciências, estou apenas repetindo uma coisa que, em todos os outros campos que antes da Geografia entraram na análise sistêmica e na quantificação, já foi confirmada. Se não fosse isso, um trabalho excelente da ordem daqueles que faz o Paulo Emílio Vanzolini em termos de Biogeografia e de Zoogeografia, hoje seria considerado obsoleto. Embora conhecendo muitíssimo bem a teorização dos métodos quantitativos e sistêmicos, ele venceu sem precisar introduzir, desde o roteiro metodológico inicial, uma idéia de quantificação e de análise sistêmica.

Agora, eu considero a análise sistêmica extremamente útil no preparo do entendimento dos sistemas complexos e também como roteiro para a discriminação de tópicos essenciais e para o encontro de problema ticas. Nesse sentido ela é insuperável, no meu modo de ver. Eu pessoalmente, apesar de não exercer, estou sempre de olho na análise sistêmica, embora ache que ela não faça tudo.

M.B. – Em algumas áreas um critério importante para medir qualidade de produção seria o número de publicações ou o local em que as publicações são feitas. Em Geografia isso vale também ou não?

AAS. – Os geógrafos e os historiadores em São Paulo tiveram o bem senso de não medir as pessoas pelo número de seus trabalhos. Ocasionalmente pode ocorrer essa medição, mas o mais importante sempre foi a qualidade do trabalho. Nesse sentido eu presto uma homenagem aos historiadores, aos geógrafos e aos cientistas sociais da Universidade de São Paulo que, com todas as dificuldades que têm tido, nunca ninguém avaliou pessoas pela quantidade de trabalhos, mas pela qualidade, diversidade da temática e capacidade de produção.

M.B. – Em relação a esse problema, a qualidade do trabalho por sua vez seria medida pela maior ou menor utilização desse trabalho por outros pesquisadores da área? Como é que se avalia essa qualidade?

AAS. – Eu avalio, primeiro, pela importância da temática. Existem temas importantes. Para mim os mais importantes são os estruturais. Por exemplo, no campo dos estudos agrários fundamentais, nós não estamos totalmente bem. No campo da Urbanização, nós caminhamos muito no passado e continuamos caminhando razoavelmente no presente, mas tem gente que está fazendo melhor, por exemplo, o pessoal de Rio Claro. No campo da Industrialização, existem alguns especialistas aqui, com boa formação, tentando obter sempre os melhores métodos. Estamos um pouco melhor no campo da Geografia Industrial, sobretudo porque houve um incentivo muito grande do professor Pierre George da Sorbonne, da Universidade de Paris, num contato, que ele teve conosco através do Instituto Geografia, por iniciativa do professor Haroldo e do professor Ari. A figura de Pierre George é impar, sobre ele direi algumas palavrinhas daqui a pouco.

Bom, no campo dos estudos sobre desenvolvimento, urbanização e melhoria de condições de vida, nós permanecemos numa interface que está entre o empirismo e o reconhecimento da situação. Eu gostaria que fosse mais enérgica a atenção dos geógrafos para esse setor. Alguns de nós têm procurado ler, na paisagem do cinturão subdesenvolvido das grandes áreas metropolitanas, o problema da inchação das áreas urbanas, o problema de uma mão-de-obra de reserva que procura continuadamente a grande cidade mas que não é absorvida, pelo menos em nível compatível com as condições médias do viver do mundo ocidental. Então, nós temos altos e baixos nessa questão da importância da temática.

Em segundo lugar nós temos, quanto ao aprofundamento de um programa regional, as melhores técnicas científicas, inclusive para aqueles problemas. Nesse nós estamos melhores. Os geógrafos de São Paulo escolhem pequenas e médias áreas e trabalham exaustivamente. Ultimamente saiu a tese do Armando Correia, que é formado em Ciências Sociais, fez um estágio em Economia e agora trabalha na Geografia, é, portanto um homem interdisciplinar por princípio. Ele é nosso assistente aqui em Geografia Econômica. O Armando fez um estudo exemplar sobre o litoral norte. É um dos estudos que eu até forneci a você.

Bom, os estudos sobre Geomorfologia, Serra do Mar, Médio Vale do Paraíba, pequenos compartimentos de planaltos, têm sido de nível excepcional. No Rio

acontecem isoladamente alguns bons estudos nesse nível, mas curiosamente têm sido dirigidos por gente de fora. Por exemplo, o Elmo do setor de Geomorfologia fez uma tese exemplar sobre a região de Rezende, mas dirigida pelo Bigarella do Paraná. Essas amáveis invasões de orientação, eu considero extremamente úteis para o aprimoramento das técnicas e da metodologia científica. Nós tentamos fazer o mesmo, com o mesmo sucesso, aglutinando pessoas de fora, mas nem sempre é possível por causa dos problemas pessoais e também dos problemas estruturais, de orçamentos etc.

Outro assunto são as aplicações da ciência geográfica. Nesse campo eu considero que os geógrafos podiam ter uma participação excepcional, no Brasil, para a melhoria dos defeitos de organização do espaço, como diria a Lígia Bernardes que, a meu ver, é uma das geógrafas mais categorizadas do país. No entanto, esse cruzamento entre ideologia e estudos dessa faixa tem sido prejudicial, porque diminui o gabarito científico do trabalho. Por outro lado, o sistema de fazer planejamento para empresas ou colaborar com secretarias e setores do Serviço Público é completamente negativo, porque são os tais pacotes de projetos em elaboração que nunca têm uma saída perfeita.

Eu acho que colaboração ainda não foi esgotada, ainda existe muita cancha para colaboração nesses níveis. Uma das qualidades maiores que o grupo de geógrafos de São Paulo, tem o grupo dos meus colegas do Departamento independentemente de amizade, é que eles estão sensibilizados dos grandes problemas da organização do espaço, linhagem introduzida por Pierre George, **(?)**, Bernardo **(?)**, e isto é uma qualidade que poderá redundar em trabalhos excepcionalmente importantes. Veja bem, eu já insisti sobre o problema de uma boa integração entre a preservação dentro do quadro geral de organização do espaço e também insisti sobre os efeitos de organização do espaço, da necessidade de ordenações e de gerenciamentos. Bom, se o grupo está sensibilizado para isso, com uma ótica voltada para essa problemática, ele já selecionou uma boa temática, apenas a profundidade da aplicação tem sido bem cortada.

Devo dizer a vocês que valeu a pena a luta global, no meu modo de entender, as iniciativas visando trabalhar no campo, entender a compartimentação, entender os

domínios, começar a entender as fisiologias diferenciadas e depois entender os paleos, os paleoclimas, as paleopaisagens, as paleontologias, depois aplicar todos esses fatos a conhecimentos básicos sobre áreas e regiões de diferentes escalas, e esforços para instalar os laboratórios, coisas que hoje estão perdidas, não há memória disso. Os esforços para fazer iniciativas especiais, tipo arquivo de fotografias aéreas, tipo acentuação do movimento editorial recuperando os trabalhos de mestrado e doutorado, em geral, ficam perdidos. Valeu também o esforço para exigir uma seleção melhor e falar em rejeição, embora eu pessoalmente, lá não fundo da minha formação da rejeição eu falo apenas um pouco ameaçadoramente. Eu acho que a boa Universidade tem que saber selecionar e tem que saber rejeitar, mas como é difícil rejeitar.

Bom, valeu tudo isso. Foi uma época. Foram trinta anos de trabalho no meu ponto de vista pessoal. Agora, os novos métodos e as novas técnicas talvez, curiosa e paradoxalmente, não venham a se agregar a minha possibilidade de trabalho, porque nessa altura dos acontecimentos, é preferível trabalhar dando continuidade aos grandes problemas já selecionados e, ao mesmo tempo, tentar fazer aplicações corretas do que me reduzir a trabalhos de modelos de escala menor que podem ser feitos por pessoas pertencentes a uma geração mais nova, com muito mais vantagem do ponto de vista do produto final.

M.B. – Uma última questão que é rapidíssima, o senhor mencionou no carro aquele dia o nome de um professor americano que estava aí.

AAS. – Keneth Caster.

M.B. – Caster, que foi trazido pelo professor Dreyfus. O senhor podia contar um pouco disso para nós.

AAS. – O esquema das missões estrangeiras sempre foi feito através de esforços prévios de uma espécie de emissário ao exterior ou por iniciativa particular de um pesquisador. No Caso da fundação da Faculdade de Filosofia, deslocou-se um professor de Matemática, famoso para a época, para a França, Alemanha e Itália, que entrou em contato com elementos culturalmente de cúpula, não necessariamente com a

Universidade. Eu me lembro, por exemplo, que no caso das Ciências Sociais, de Geografia e de História, foi através de George Dumas que se fez o contato com as pessoas e se ofertou a Universidade para o pessoal que estava cheio de potencialidades. Acenou-se com a possibilidade de virem ao Brasil. Eles tiveram por algum tempo o cargo de professor,, no nível de titular, e esta foi a forma.

Mais tarde, dos contatos eventuais que outros professores das primeiras gerações aqui da Universidade tiveram no exterior, repetiu-se isoladamente o mesmo esquema. Eu sei, por exemplo, por uma troca de correspondência ocasional do professor Caster com o professor Dreyfus, que ele lembrava: “Foi graças ao arranjo brasileiro, que você tornou possível, que hoje estou exercendo,o cargo de professor de Paleontologia e Geologia Geral”. Porque o Caster era paleontólogo, mas em aqui chegando, como muitos outros, foi obrigado a abranger e teve essa influência que eu lhe falei.

Quanto a outra fórmula que o tempo possibilitou, são os contatos por via dos estagiários que vão à França. Esses estagiários se impressionam mais ou menos por tais e tais elementos de alto nível e promovem a sua vinda através da Universidade, quando é possível, ou até de outras instituições. Michel Rostow veio muito para São Paulo trazido pela Secretaria de Planejamento o professor Pierre George veio pelo Instituto de Geografia; o professor Orlando Ribeiro veio pelo Departamento de Geografia; o professor Guido de Lacerda, que está em Bordeaux, veio pelo Departamento de Geografia; o professor Mombey veio pelo Departamento de Geografia e pelo convênio, entre outros grupos que auxiliaram e possibilitaram a vinda deles.

O professor Mombey fez toda sua carreira em São Paulo e teve influência profunda na nossa formação, sobretudo na formação dos geógrafos humanos. Muito tempo depôs Mombey, voltou ao Brasil, foi a Amazônia, organizou conosco uma pesquisa exploratória para conhecer a área, e depois colocou lá três ou quatro doutorandos fazendo tese sobre a Amazônia. Alguns deles fizeram trabalhos excepcionais, mal conhecidos e mal divulgados, que eu pretendia um dia talvez traduzir, mas eu tenho limitações no problema da tradução mesmo dos trabalhos essenciais. Já houve casos de traduções mal feita do inglês que nós tivemos que perder a edição.

Esses trabalhos do grupo do professor Mombey são alguns capítulos de tese ou até algumas apreciações previas, como é o caso de um trabalho de um geógrafo de Lion que escreveu: “**(?)** sur la valorization de la Amazonie”, um trabalho excelente, a melhor coisa que se fez sobre a avaliação desses esforços de integração e de in formação, de agropecuária, de acrópoles e rurópoles etc., etc. Hoje esse trabalho está perdido. Saiu na *Documentation Française*, que tem feito vários trabalhos sobre a América do Sul. Acho que no mesmo número até que tem um trabalho sobre a pampa Argentina e tem um número dedicado à evolução política e social do Brasil num governo XY.

Realmente tem havido contatos, mas não muito continuados. Eu preferia que uma disciplina da Universidade de são Paulo ficasse reserva da para o contrato anual ou bi-anual de um professor, continuando as nossas relações a nível de uma Universidade mais ampla e sem fronteiras. Aí entra um nacionalismo que eu acho que às vezes é por excesso de protecionismo em relação a outros. Sobra uma verba, desaparece um professor, aposenta-se outro, imediatamente já tem um candidato pré-fixado e definido. Eu tenho lutado contra isso de um modo agressivo.

A Universidade americana é o que é hoje porque soube organizar a massa crítica independentemente de nacionalidade. Eu conheci Harvard e fiquei admirado do estoque acumulado de bibliografia nas bibliotecas setoriais. A Biblioteca Central de Harvard, mesmo genérica, tem quatro milhões de volumes, depois tem as setoriais e depois tem as bibliotecas dos museus. Realmente nesse nível, nós ainda estamos entre a cruz e a espada em termos de biblioteca. Não sabemos se devemos ter uma central ou algumas departamentais, o que demonstra uma desoladora falta de compreensão do problema da integração dentro de um campus. Tínhamos que ter condições de organizar a nossa Central genérica, deixar as departamentais especializadas, e ter o controle de todo o estoque na Central, além das bibliotecas eventuais e setoriais.

M.B. – Eu agradeço ao Senhor, e se o Senhor tiver alguma coisa para acrescentar...

AAS. – Eu só queria acrescentar uma coisa. Se eu pudesse fazer um destaque na minha

formação, fora do quadro de minha especialidade, diria que fui influenciado, em momentos diferentes, por Caster; indiretamente por Luíz Flores de Moraes Rego, que não conheci; por Fernando de Almeida; por Josué Camargo Mendes, e mais tarde a influência maior que eu tive foi desse grupo de professores da universidade francesa de Ciências da Terra, que vieram para o Congresso Internacional de Geografia no Brasil, em 1956. Sobretudo ao Professor Jean Tricart, apesar não mantermos as relações mais cordiais, eu dedico o melhor dos respeitos e tenho consciência da sua influência profunda, sobretudo em termos de pensamento interdisciplinar. Considero os livros *Principes et Méthodes de la Geomorfologie, Epiderme de la Terra, La Terre Planète* e numerosos outros trabalhos de Tricart sobre o Brasil e outras áreas tropicais e subtropicais, uma contribuição essencial para a Geomorfologia Climática e Regional moderna.

Também tive muita influência de pessoas de grande experiência como Orlando Ribeiro, um professor de Geografia Humana mas com boa formação geomorfológica da Universidade de Lisboa, que tem uma maneira muito pessoal de encarar os grandes problemas da temática das redes urbanas, da organização do espaço e da Geografia como uma disciplina unificada.

Porém, dentre todos eles, há um especialista que mais me impressionou. Tenho uma particular ligação com o modo de trabalhar e com o modo de entender a Geografia de Pierre George. O seu livro *Geografia Ativa*, que às vezes foi mal lido e mal utilizado e para o qual eu poderia reservar alguns acréscimos, na realidade foi fundamental nessa transposição do espírito do jovem, de um observador e de um contemplador, para um homem interessado em fazer estudos básicos integrados dentro das diversas conjunturas que se superpõem com vistas à melhoria das condições das comunidades e das sociedades como um todo. O livro é um elemento de ligação entre a Geografia Humana no seu nascedouro, Geografia Humana de **(?)**, a Geografia Humana do grupo da Escola de Geografia Regional na França, e essa renovação atendendo a uma aplicação global da ciência geográfica com vistas à sociedade. Nesse sentido, quando o Pierre George diz que: “Quando se analisa uma conjuntura, se percebe os seus defeitos e se fazem propostas, nós estamos fazendo política”, eu o considero absolutamente certo. É impossível separar, de um momento do estudo básico para um momento de uma proposta, o sentido político da ordenação do espaço. Basta

dizer isso para saber em que nível todas essas coisas que a gente vem fazendo nos últimos tempos é extravasamento de uma diretriz parecida

Também gostaria de dizer a vocês que me impressionou muito o grupo de Toulouse, na figura do Professor Bernardo **(?)** que é um homem extremamente ativo, discípulo de Pierre George, e que escreveu trabalhos fundamentais. Um dos trabalhos dele, traduzido pelo grupo de geógrafos daqui, que eu vim a conhecer posteriormente diga-se de passagem, chama-se *Tipologia dos Espaços nos Países Subdesenvolvidos*. Isso mostra uma linhagem de abrangência muito grande. Os espaços organizados pelos homens ou a organizar por outros homens e outras gerações têm diferenças fundamentais nos países subdesenvolvidos e nos países desenvolvidos de velha instalação humana e solidificação social e cultural.

Eu também devo ao grupo de Toulose um conhecimento que hoje me é muito caro e importante, que é o problema das escalas. Tricart chamou atenção para os problemas de tempos espaciais em Geomorfologia e em Ciências da Natureza, e Bertrand fez uma taxionomia dos espaços mostrando em que nível devem ser entendidos os espaços, os domínios, as zonas morfoclimáticas, topográficas, os geo-sistemas, o topo e o geo-sistema, cada qual com concentrações muito definidas.

Eu, que vinha trabalhando no Brasil com domínios morfoclimáticos tentando estabelecer, dentro do interior de cada domínio, os padrões da paisagem e as relações entre essas paisagens ou zonas, naturalmente entrei no cruzamento com essa linhagem de Bertrand. Ele tinha uma taxionomia, eu apenas generalizava para **(?)**. Hoje eu sei que os americanos generalizam apenas para **(?).** Evidentemente, essa separação dos fatos em escalas diferentes possibilita graus de aprofundamento também diferenciados, além do que a introdução da idéia de geo-sistema possibilita a compreensão da evolução integrada de paisagens naturais e paisagens humanas. Isso é essencial na Geografia moderna, ainda que as abordagens de outros setores da Geografia possam fazer análises outras, procurando sondar as dimensões da realidade à custa de outras óticas e de outras metodologias.

(FINAL DA ENTREVISTA)